

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LV

FLORIANÓPOLIS, 25 DE MAIO DE 2006

NÚMERO 5.600

15ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia  
**PRESIDENTE**  
Herneus de Nadal  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Lício Mauro da Silveira  
**1º SECRETÁRIO**  
Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**  
Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**  
José Paulo Serafim  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Celestino Secco  
**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota  
**PARTIDO DA FRENTE  
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron  
**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Francisco de Assis  
**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Clésio Salvaro  
**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto  
**PARTIDO LIBERAL**

Líder: Odete de Jesus  
**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Altair Guidi  
**PARTIDO SOCIALISMO E  
LIBERDADE**

Líder: Afrânio Boppré  
**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**

Líder: Nilson Nelson Machado  
**PARTIDO SOCIALISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello - Presidente  
Celestino Secco - Vice Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Francisco de Assis  
Gelson Merísio  
Moacir Solpesa  
Afrânio Boppré  
Paulo Eccel  
João Henrique Blasi  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Vice Presidente  
Djalma Berger  
Vânio dos Santos  
Altair Guidi  
Nelson Goetten  
Afrânio Boppré  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Paulo Eccel - Presidente  
Celestino Secco - Vice Presidente  
José Carlos Vieira  
Dionei Walter da Silva  
Romildo Titon  
Jorginho Mello  
Gelson Sorgato  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori - Presidente  
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente  
Luiz Eduardo Cherem  
Genésio Goulart  
Moacir Solpesa  
Gelson Merísio  
Ronaldo Benedet  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Vânio dos Santos - Presidente  
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente  
Afrânio Boppré  
José Carlos Vieira  
Paulo Eccel  
João Henrique Blasi  
Clésio Salvaro  
**Terças-feiras, às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira - Dentinho - Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Antônio Ceron  
Antônio Carlos Vieira  
Dionei Walter da Silva  
Manoel Mota  
Romildo Titon  
Odete de Jesus  
Djalma Berger  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva - Presidente  
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente  
Wilson Vieira - Dentinho  
Ronaldo Benedet  
Jorginho Mello  
Nilson Nelson Machado  
Antônio Carlos Vieira  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merísio - Presidente  
Wilson Vieira - Dentinho - Vice Presidente  
Gilmar Knaesel  
Antônio Carlos Vieira  
Altair Guidi  
Gelson Sorgato  
Sérgio Godinho  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E  
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho - Presidente  
Vânio dos Santos - Vice Presidente  
Gilmar Knaesel  
Nelson Goetten  
Francisco de Assis  
Reno Caramori  
Manoel Mota  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Onofre Santo Agostini - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice Presidente  
Joares Ponticelli  
Luiz Eduardo Cherem  
Simone Schramm  
Sérgio Godinho  
Antônio Aguiar  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,  
DE AMPARO À FAMÍLIA E À  
MULHER**

Djalma Berger - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice Presidente  
Reno Caramori  
Gelson Merísio  
Francisco de Assis  
Nilson Nelson Machado  
Antônio Aguiar  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon - Presidente  
Odete de Jesus - Vice Presidente  
Joares Ponticelli  
Antônio Ceron  
Gilmar Knaesel  
Paulo Eccel  
Simone Schramm  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Celestino Secco - Presidente  
Vânio dos Santos - Vice Presidente  
Cesar Souza  
Simone Schramm  
Luiz Eduardo Cherem  
Moacir Solpesa  
Narcizo Parisotto  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E  
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro - Presidente  
Francisco de Assis - Vice Presidente  
Celestino Secco  
Antônio Ceron  
Wilson Vieira - Dentinho  
Cesar Souza  
Antônio Aguiar  
Narcizo Parisotto  
João Henrique Blasi  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XII - NÚMERO 1824**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 035ª Sessão Ordinária da  
15ª realizada em 16/05/2006.....2  
Ata da 036ª Sessão Ordinária da  
15ª realizada em 17/05/2006...18  
Ata da 019ª Sessão  
Extraordinária da 15ª realizada  
em 17/05/2006 .....26  
Ata da 037ª Sessão Ordinária da  
15ª realizada em 18/05/2006...29

**Atos da Mesa**

Atos da Mesa .....36

**Publicações Diversas**

Portarias .....38  
Redações Finais.....39

**PLENÁRIO**

# ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Antônio Carlos Vieira - Celestino Secco - Cesar Souza - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Gelson Merísio - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onófre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sérgio Godinho - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

**SUMÁRIO**

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Solicita retificação de ata.

Breves Comunicações

**DEPUTADO SÉRGIO GODINHO** - Refere-se à parceria entre o PNUD e a Assembléia Legislativa; felicita os municípios de Otacílio Costa e Correia Pinto pelo aniversário de emancipação; homenageia as mães pela passagem do seu dia; aborda a onda de violência em São Paulo; registra a nomeação de dom Orlando Brandes a arcebispo de Joinville.

**DEPUTADO PAULO ECCEL** - Reporta-se à sessão solene que outorgou medalhas a entidades e cidadão em 15 de maio; sugere que em sessões solenes apenas dois deputados se manifestem; registra a decisão do Magistério de manter a greve; exalta a lei sancionada pelo presidente Lula que permite aos trabalhadores da educação aposentarem-se com o mesmo tempo de serviço dos professores.

**DEPUTADO NILSON MACHADO** (aparte) - Sugere que os deputados, em sessões solenes, limitem-se a falar em nome do Parlamento ou em nome do partido.

Partidos Políticos

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Manifesta-se acerca da audiência da Usitesc, a usina de geração de energia a carvão do sul do estado.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Fala sobre o Consad; aborda as cestas básicas oferecidas aos municípios em estado de emergência em função da seca.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** (aparte) - Critica o governo estadual pela falta de sensibilidade com relação ao agricultor catarinense na compra dos produtos da cesta básica fornecida aos municípios em estado de emergência.

**DEPUTADO NELSON GOETTEN** - Discorre sobre as dificuldades por que passa o agricultor brasileiro; refere-se à alta taxa de juros.

**DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** (aparte) - Fala da necessidade de não aumentar mais a carga tributária do país.

**DEPUTADO RONALDO BENEDET** - Tece comentários acerca da onda de violência que atinge São Paulo.

**DEPUTADO WILSON VIEIRA** (aparte) - Refere-se à carência de policiais no estado.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Critica a postura do governador de São Paulo diante da onda de violência na cidade; elogia a atuação das Polícias Civil e Militar.

**DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Manifesta-se sobre a greve do transporte urbano e o risco dos cobradores perderem o emprego.

Ordem do Dia

**DEPUTADO GELSON MERÍSIO** (pela ordem) - Pede que os espaços cedidos durante a sessão a pessoas e entidades extra Casa sejam descontados dos solicitantes.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** (pela ordem) - Solicita assinar moção de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita extinção das emendas parlamentares individuais e garantia de repasse aos municípios de acordo com o índice do FPM.

Explicação Pessoal

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Reporta-se à greve do Magistério; cumprimenta o prefeito de Bom Retiro, que assumiu a presidência da Amures.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Registra o falecimento de Ivan Bertaso e a necessidade da redução do número de pronunciamentos em sessões solenes; critica o governador licenciado Luiz Henrique por haver se pronunciado durante sessão solene.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** (aparte) - Manifesta-se contra o fato do governador Luiz Henrique ter-se pronunciado durante sessão solene.

**DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** (aparte) - Tece críticas ao comportamento do governador Luiz Henrique, que se pronunciou durante sessão solene.

**DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS** - Tece críticas ao governo do estado que deixou de pagar as empresas que construíram obras públicas; posiciona-se a respeito da greve do Magistério.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Esclarece os valores deixados em caixa pelo governo anterior para a construção de ginásios de esporte.

**DEPUTADO RONALDO BENEDET** - Critica a forma como o deputado Joares Ponticelli se referiu ao governador licenciado; defende a posição do governo estadual na greve do Magistério.

**DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - analisa a presença e o comportamento do governador licenciado na sessão solene; critica o PFL e o PT em relação apolítica econômica do governo.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Tece críticas à postura do governador licenciado, que se estaria esquivando dos compromissos assumidos.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Critica a política do governo federal relativa à agricultura.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** - Pronuncia-se acerca da presença do governador licenciado na sessão solene; refere-se à questão dos ginásios de esporte inconclusos; compara os salários dos professores estaduais e federais; enaltece a figura do ex-desembargador Norberto Ulysséa Ungaretti.

**DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Comenta a entrega do Prêmio Embraco de Ecologia; posiciona-se frente à crise que se abate sobre a agricultura.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** - Defende o governo federal e suas políticas para o setor agrícola.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Critica a fraca atuação do governo do estado na área da agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

À consideração do Plenário as atas que acabam de ser lidas.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, os sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, ontem aconteceu a mesma coisa e eu não sei se estou errado porque de música entendo muito pouco, mas dizem que ontem foi realizada a apresentação do quinteto de cordas. De cordas não houve nada, foi realizada a apresentação do quinteto de metais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Foi anunciado o quarteto de cordas e apresentou-se o quinteto de cordas.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Exatamente. E na ata consta quinteto de cordas. Misturou. Tirou o quarto e botou o quinto. Só manteve o termo cordas, quando acredito que deva ser metais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Solicitamos à assessoria que providencie a alteração da ata que acabou de ser lida, de acordo com manifestação do deputado Antônio Carlos Vieira.

Continua em deliberação as atas que acabaram de ser lidas.

(Pausa)

Não havendo mais alterações, damos-las por aprovadas.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados, está de posse da Mesa um requerimento de autoria do sr. deputado Celestino Secco, que requer, na condição de presidente da Escola do Legislativo, a suspensão da sessão por até 15 minutos, para que possa ser apresentado para os parlamentares o acordo de cooperação entre o PNUD e a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Esta Presidência solicita a aquiescência das lideranças para proceder à suspensão da sessão.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo concordância de todos os srs. líderes, a sessão está suspensa por até 15 minutos e passamos o comando dessa celebração do acordo de cooperação entre o PNUD e a Assembléia Legislativa ao deputado Celestino Secco.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Sérgio Godinho, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. presidente, srs. deputados, quero parabenizar a Assembléia Legislativa por essa parceria com o PNUD, que certamente vai contribuir muito com o estado de Santa Catarina.

Quero aqui, sr. presidente e srs. deputados, render uma homenagem aos municípios de Correia Pinto e Otacílio Costa, pois os dois no dia 15 de maio festejaram suas emancipações. Desejo a esses dois municípios que continuem nesse pleno sucesso de desenvolvimento. Parabéns aos prefeitos de Otacílio Costa e de Correia Pinto. Espero que eles possam, nessa homenagem singela, agregar tudo aquilo que vêm buscando dentro das Câmaras de Vereadores, dos municípios, para diminuir as desigualdades sociais, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram nesses dois municípios.

Sr. presidente e srs. deputados, eu quero aqui, com a vênica de todos, prestar uma homenagem, na ocasião não pude fazer, pela passagem do Dia das Mães.

Gostaria de ler uma mensagem maravilhosa, para a nossa reflexão, que tem tudo a ver com aquilo que todos nós individualmente pensamos, agimos e remetemos a todas as mães.

(Passa a ler)

"Mãe, todos podem falhar em nossos apelos...

Ela não.

Seus braços... ela esteja viva...

ela esteja morta...

brandamente vêm nos envolver na sombra...

na penumbra... no crepúsculo... na doce hora da meditação... e do recolhimento...

É você, mamãe?

É ela sim... a única que pode repetir os versos de Maiakovsky.

Com ela viu-se doída a anatomia... ela é toda um coração.

Filho algum conseguirá pagar o tributo de gratidão que deve àquela que nos deu a vida, que nos mostrou a luz, que nos educou... imprimindo o caráter e a honra.

Hoje, Dias das Mães, prestemos nossa homenagem, ainda que singela, àquela que, quando viva, não soubemos dar valor, porque sob sua proteção apagam-se todas as dores e, morta, tudo que somos é tudo que daríamos para tê-la de volta."

Com essa homenagem quero deixar aqui a nossa homenagem a todas as mães de Santa Catarina, às nossas mães, para que possamos entender essa valorosa contribuição à vida, essa valorosa contribuição à educação, à saúde e ao acolhimento de toda hora.

Sr. presidente, no dia de hoje também gostaria de falar sobre o que a sociedade discute a respeito da violência.

(Passa a ler)

"No dia de hoje, a sociedade discute qual é a resposta que o estado deve dar a essa ação violenta que chocou o Brasil." E também estamos preocupados que essa onda chegue ao nosso estado, coisa que talvez não seja impossível. Proponho que lembremos que o estado brasileiro talvez possa dar contra-ataque a essa onda de violência.

(Continua lendo)

"O morro deve ser invadido. O estado deve mostrar seu poder, sua força. O morro deve ser invadido por professores, médicos, psicólogos, assistentes sociais e tudo que essa comunidade marginalizada precisa. O estado presente forma cidadãos e ausente forma bandidos."

Queria também prestar uma homenagem aos policiais mortos nessa grande violência que o nosso país sofreu, através do estado de São Paulo.

Gostaria de ler aqui uma mensagem que se chama um tributo aos policiais.

(Passa a ler)

"Eles são a linha de frente da democracia. Além de manter a ordem, sua função é garantir a nossa liberdade.

Há coisas que consideramos certas, como o ar que se respira, e que só valorizamos quando as perdemos: como a saúde, a liberdade, a vida.

É fácil criticá-los, são eles que morrem por nós. Num fim de semana foram 80 policiais. O Dia das Mães foi o dia do enterro dos filhos, policiais civis, policiais militares e também um bombeiro!

O nome oficial é agente do estado, mas desde criança aprendemos a chamá-lo de 'seu guarda'.

Guardam! Vivem e morrem para nos guardar.

Quem sabe, essa tragédia não seja a oportunidade que nos faltava para refletir sobre esses homens e mulheres, que por tão pouco soldo protegem algo muito frágil, delicado: a construção do Brasil!?

Sua principal arma não é de fogo nem branca, é letra, palavra: em nome da lei.

Então perplexos! Assistimos a essa violência brutal no estado de São Paulo, repito, que talvez chegue até nós, sr. presidente, sr. vice-presidente, devido à falta de uma ação mais forte, uma ação que pudesse contemplar todos numa harmonia. E entendemos que a exclusão social tem sido a causa maior dessas rebeliões. Inclusive, estudos sociológicos mostraram que os problemas sociais dariam nisso que está acontecendo, em que não se consegue mais a ordem, a autoridade, a segurança para transitar nas ruas.

Hoje, assistimos estarecidos a essa troca de ação daqueles que estão excluídos pela sociedade, marginalizados, que se encontram à beira da lei, à beira da sociedade, à beira da legalidade, que se fortalecem através do tráfico de drogas, da corrupção. Eles vêm combater de forma implacável as instituições que nos dariam suporte e que nos dariam talvez o alento da segurança.

Então, com essa mensagem remeto a sensibilidade nossa pela morte de pessoas inocentes que cumpriam o seu dever no trabalho como policiais. Fica aqui a manifestação também do Partido Socialista Brasileiro, que entende que a melhor arma seria a procura da inclusão das camadas mais pobres da sociedade, para que tivessem oportunidade de serem excluídas da marginalidade.

Sr. presidente, eu quero citar aqui hoje também com grande orgulho a nomeação de dom Orlando Brandes, arcebispo da cidade de Joinville.

(Passa a ler).

“Dom Orlando Brandes é natural do município de Urubici, região serrana do estado de Santa Catarina, licenciado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e Teologia Moral pela Pontifícia Academia Alfonsiana da capital italiana. Foi ordenado sacerdote em julho de 1974 pela diocese de Lages e posteriormente ocupou o cargo de diretor do Instituto Teológico de Santa Catarina.

Foi elevado bispo de Joinville em 1994 e nesses 12 anos de trabalho na diocese de Joinville destaca-se pela atuação que realizou nos grupos bíblicos de reflexão. E ele deixa pelo menos cinco mil grupos estruturados no estado e também a formação de lideranças para atuar nos ministérios da igreja, incentivando o surgimento de oito escolas de formação. Durante o trabalho pastoral de dom Orlando também foram criadas 14 paróquias e a diocese de Blumenau”.

Então, é com muito orgulho, como serrano, como catarinense, assistir a dom Orlando, natural de Urubici, ser hoje destacado e nomeado pelo Papa Bento XVI como arcebispo. Isso para nós, catarinenses, é muito importante. É louvável ver um homem serrano chegar numa das hierarquias máximas da igreja católica. Então, dom Orlando, Urubici, Joinville, Santa Catarina, a igreja católica e todo o povo catarinense está de parabéns pela elevação, pela nomeação desse magnífico homem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Paulo Eccel, a quem concedemos a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, cidadãos que nos acompanham através dos veículos de comunicação,

Inicialmente sr. presidente, quero cumprimentar o cerimonial da Assembléia Legislativa e também a Mesa Diretora por mais uma belíssima sessão solene realizada em homenagem a 40 cidadãos, cidades, autoridades, entidades, que se destacaram no estado, nas suas mais variadas categorias, relativamente às medalhas disponibilizadas e outorgadas na noite de ontem. Foi uma sessão concorrida, uma sessão bonita, uma sessão que emocionou muita gente.

Entretanto, gostaria de fazer uma sugestão, sr. presidente: que a exemplo das sessões anteriores houvesse uma limitação, uma redução nas manifestações feitas da tribuna. Ontem, sete deputados usaram a palavra. Todos foram bastante concisos, usaram dois minutos, três minutos, quatro minutos. De qualquer forma ainda considero, com todo o respeito, um número exagerado sete manifestações antecedentes à outorga das medalhas.

Na realidade, a sessão de ontem foi brilhantemente conduzida pelo nosso então presidente Herneus de Nadal, e a resolução que trata da matéria não estabelece que haverá essas sete manifestações. Gostaria de sugerir, a exemplo das outras medalhas, que tivesse um deputado representando o governo e outro deputado representando a Oposição, para que possamos dar mais agilidade à sessão e partir, efetivamente, para aquilo que é o objeto, que é a outorga das medalhas.

Então, fica essa modesta contribuição à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e também ao cerimonial, para a próxima sessão de outorga de medalhas, que ocorrerá no mês de setembro próximo.

O Sr. Deputado Nilson Machado - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Machado - Eu gostaria de lembrar aos nobres deputados desta Casa que quando fazem uso da palavra para falar em nome deste Parlamento ou em nome do partido, não podem simplesmente ler o currículo do seu homenageado, deixando os demais constrangidos.

Acho que deveriam falar em nome do Parlamento ou em nome do partido e não ler exclusivamente o currículo, a história do seu homenageado.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Deputado Duduco, também incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento, que fica aqui como sugestão para a próxima sessão de outorga, que acontecerá no próximo mês de setembro. Que haja uma redução das falas daqueles que usam a palavra, embora a importância do seu homenageado, mas que seja falado para todos os 40 ou quarenta e tantos homenageados da noite.

O segundo assunto, sr. presidente, que quero rapidamente repercutir aqui é que na rodada de negociação ocorrida no dia de ontem novamente não se chegou a um acordo entre a secretaria da Educação, o governo do estado e os professores em greve pela terceira semana consecutiva. E o que me causa perplexidade e até bastante indignação é uma afirmação que hoje o *Diário Catarinense* traz a respeito da posição do governo do estado sobre a proposta feita no dia de ontem de incorporar o abono não mais em sete parcelas, como era a proposta inicial, mas agora em três parcelas, sendo a primeira incorporação a partir de junho.

A informação que o *Diário Catarinense* traz hoje é que o governo diz que “as bases consultadas concordaram com a proposta”, referindo-se ao apoio obtido na semana passada com os gerentes regionais de educação. Para quem não sabe, gerente regional de educação são cargos comissionados. Nós temos 30 gerentes regionais de educação espalhados por Santa Catarina. O que a nota fala hoje é que o governo disse que a base apóia, sim, essa nova proposta, porque os 30 gerentes regionais de educação foram consultados na semana passada. Os gerentes regionais de educação não falam nas regionais pelos professores. Eles falam nas regionais pelo governo do estado. Quem precisa ser consultado se apóia ou não essas propostas não são as coordenadorias regionais, não são os gerentes regionais, não são as Gereis ou o nome que se queira dar. Quem precisa ser consultado se apóia ou não, se concorda ou não com essa proposta, são os professores. E os professores, ontem, disseram mais uma vez que não concordam com essa proposta e que a greve continua.

Quero destacar que a greve assumiu proporções que certamente nem o sindicato nem o governo do estado imaginavam que fosse atingir, em termos de proporção.

Então, é necessário, sim, um cuidado maior por parte do governo do estado na hora de apresentar as propostas e não fazer como fez na semana passada, jogar gasolina na fogueira com propostas indecentes como foi aquela de parcelar R\$ 100,00 em sete vezes, sendo a primeira em dezembro, a segunda em fevereiro e a última em dezembro de 2007, aproximadamente R\$ 13,00 ou R\$ 14,00 por mês, em sete parcelas de incorporação. Isso chega a beirar a indecência e o ridículo por parte do governo.

Mas, por fim, sr. presidente, quero trazer uma boa notícia para os trabalhadores em educação, não só de Santa Catarina, mas de todo o Brasil: é que na semana passada foi sancionada, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei n. 11.301, de 10 de maio de 2006.

O que traz essa lei? Ela permite que todos os trabalhadores em educação sejam eles assistentes pedagógicos, sejam eles coordenadores, sejam eles assessores de direção, sejam eles diretores de escola, possam se aposentar pelo mesmo tempo de serviço que os trabalhadores, que os professores, que o magistério.

A legislação permitia que somente os professores, aqueles que estão em sala de aula pudessem se aposentar: mulheres, com 25 anos de profissão e 50 anos de idade, e homens 30 anos de profissão e 55 anos de idade. Mas esse benefício seria permitido somente àqueles que estivessem em sala de aula. E a partir da edição dessa lei, com certeza, se faz justiça a todos os demais trabalhadores em educação, porque tanto os assistentes, como os auxiliares, como os próprios diretores de escola que, muitas vezes resistiram até a uma indicação ou mesmo a participar num processo de eleição direta na sua comunidade, na sua escola, porque aquele tempo que estivessem fora da sala de aula não contaria para tempo de serviço da aposentadoria especial de professores.

Então foi uma medida importante do governo federal e, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, mais de 2 milhões de professores da educação básica de todo o Brasil poderão, a partir de agora, assumir cargos de direção, de coordenação em suas escolas sem perderem o direito à aposentadoria especial, até então prevista somente para o magistério público de todo o país.

Essa é uma medida importantíssima, que vem sendo comemorada por todos os trabalhadores em educação do país, porque todos nós sabemos, já frequentamos os bancos de escola ou atuamos no magistério, do desgaste que provoca pelo exercício da função de professor. É em função desse desgaste que uma boa parte dos professores de Santa Catarina hoje se encontram readaptados, ou seja, não estão mais exercendo a função de sala de aula, ou estão de licença médica em função de problemas profissionais.

Nós solicitamos, sr. presidente, uma informação à secretaria da Administração e da Educação a respeito dos professores que estão hoje afastados das salas de aulas por problemas de saúde. Certamente durante a semana traremos essa informação aqui, para mostrar o quadro alarmante que vive essa categoria profissional, acometida por várias doenças, principalmente o estresse, problemas respiratórios, em função do uso do giz, enfim, todas as diversas outras doenças profissionais que são cometidas.

Então, nós precisamos, sim, parabenizar medidas como essa tomada pelo governo federal, mas também precisamos evoluir no sentido de que os professores e professoras do Brasil possam se aposentar apenas considerando tempo de serviço e não tenham que ter também o tempo de idade.

Voltaremos com esse assunto numa próxima oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Inscrito o deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos..

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, enfim, chega a audiência da Usitesc, a tão esperada usina de geração de energia a carvão do sul do estado de Santa Catarina.

Vou ler aqui o jornal *A Tribuna*, de Rodrigo Medeiros, redação de Milena Nandi.

(Passa a ler)

"Mais de sete anos após as primeiras conversas em torno da Usina Termelétrica Sul Catarinense (Usitesc), finalmente o projeto chega hoje à fase de enfrentar a audiência pública para discussão dos relatórios e estudos de impacto ambiental. A audiência acontece às 19h, no Centro Comunitário de Treviso. Além dos empreendedores da usina, participam do encontro a Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e o Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas (Ipat/Unesc), responsável pela elaboração do estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) da Usitesc.

A audiência é o último passo necessário para que o empreendimento possa obter a licença ambiental prévia (LAP). O processo para o recebimento da licença ambiental prévia da Fatma iniciou em 2003, e estendeu-se durante mais de dois anos, devido à falta de documentação, segundo o órgão ambiental. A usina aguarda a LAP para poder 'vender' o projeto a empresários. Os estudos suplementares foram exigidos pelo Ministério Público Federal no final de 2004. O estudo dos acessórios ao empreendimento foi entregue no início de março deste ano para a Fatma, que não tem prazo para terminar a análise.

Os estudos demonstram enormes impactos à economia da região. Nos trabalhos suplementares elaborados pelo Ipat/Unesc, números da Fundação Getúlio Vargas apontam que apenas produção de carvão para gerar 440 megawatts somariam R\$ 25 milhões, que resultariam em um impacto econômico da ordem de R\$ 87,5 milhões. O estudo do Ipat/Unesc aponta atualmente para uma estagnação da atividade econômica de Treviso, que deve ser revertida à medida que um novo empreendimento se desloque para a região e que se invista na infra-estrutura local. Com a instalação da Usitesc em Treviso, o município estaria reiterando a sua vocação para atividades extrativas.

O estudo do Ipat/Unesc constatou que a mineração é a principal atividade econômica de Treviso. Do total de empregos gerados no município em 2004, 85% das novas vagas foram abertas pela mineração, ou seja, dos 88 novos empregos, 75 foram na atividade extrativa mineral. Entre janeiro e agosto de 2005, o saldo de empregos gerados foi de 120, dos quais 85,8% foram gerados pela mineração. Segundo o estudo, o 'significante número de empregos que a usina gerará, juntamente com a atividade econômica extrativa, irão estimular a economia da região'.

O levantamento afirma ainda que a geração de energia baseada em carvão, é mais significativa economicamente que a gerada por meio de gás natural, devido a quantidade de empregos. Segundo o levantamento, a média salarial da atividade extrativa mineral, em 2004, é 56% maior que na Amrec: R\$ 534,71 contra os R\$ 871,83 da mineração. Com relação a Treviso, a média salarial da mineração é 14% superior a das demais atividades, ou seja, R\$ 769,55. Treviso recebe por ano aproximadamente R\$ 859,5 mil relativos à arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos, calculada sobre o faturamento líquido mensal obtido pelas empresas com a comercialização de recursos minerais. No caso das carboníferas, o valor a ser repassado é de 2%. Em Treviso, as três carboníferas extraem 47,2 mil toneladas de carvão por mês.

Termelétrica pode marcar uma nova tendência na tecnologia do setor.

Segundo o estudo do Ipat/Unesc, a Usitesc utilizará 70% de carvão bruto e 30% de rejeito. A utilização do carvão não beneficiado é vista como algo inovador. De acordo com o estudo, a Usitesc pode inaugurar uma nova tendência entre as termelétricas, por utilizar o carvão bruto e rejeitos como combustível, em vez da utilização do carvão bruto beneficiado. Segundo o Ipat, para cada tonelada de carvão extraído, apenas 350 quilos são comercializados, ou seja, de cada 100% do que é extraído, 35% tão-somente são aproveitados e o restante torna-se rejeito, causando problemas ambientais.

Segundo a Fatma, não há como analisar apenas o impacto que a termelétrica causará no meio ambiente. É preciso analisar também os projetos acessórios, ou seja, analisar o projeto na totalidade. 'A energia é necessária, mas temos que analisar a produção dela à luz da legislação ambiental.

Temos que fazer a análise da relação custo/benefício', afirma um dos funcionários do órgão ambiental. Segundo ele, uma termelétrica está classificada como atividade potencialmente degradadora do meio ambiente, e para obter as licenças LAP -

Licença Ambiental de Instalação - (para a construção do empreendimento) e a Licença Ambiental de Operação (para que a usina comece a operar) uma análise bem feita deve ser realizada, para evitar danos futuros. 'Um empreendimento como este vai gerar impactos positivos e negativos. Os positivos devem ser maiores que os negativos,' afirma. A Fatma deve receber da Fundação do Meio Ambiente 0,5% do valor total do investimento na Usitesc, a ser investido em projetos ambientais do órgão. O repasse está amparado legalmente.

Pressa para conseguir captar investimentos.

A Usitesc está com pressa de ter a Licença Ambiental Prévia, para captar investidores e poder participar do leilão de energia nova, que ocorre mês que vem. Segundo os responsáveis pela termelétrica, o atraso da liberação da LAP também atrasa a captação de recursos para a instalação dela. E isso também pode impedir a participação da Usitesc pela segunda vez, em um leilão de energia. Ano passado, por não possuir a LAP, a termelétrica não participou do leilão, e este ano pode não participar do evento novamente.

Segundo os empresários, para poder estar presente no leilão, a LAP deve sair com antecedência. Isso porque a Usitesc precisa estar registrada na Agência Nacional de Energia Elétrica e captar investidores para o projeto. Para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), os 'donos' da Usitesc já desembolsaram aproximadamente R\$ 800 mil.

Alguns dados complementares: investimentos R\$ 600 milhões; área: 500 mil metros quadrados; local: Treviso; capacidade instalada: 440 megawatts; consumo: 2,3 milhões de toneladas de carvão por ano; subprodutos: 320 mil toneladas de sulfato de amônio ao ano; empregos: 700 empregos diretos e 5 mil indiretos."

Isso posto, sr. presidente, significa ser uma obra de grande envergadura, e que nós precisamos enaltecer esses empresários, empreendedores, investidores que têm essa capacidade e essa coragem de investir na produção de energia gerada a carvão.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado, meu líder.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, trago novamente o assunto do Consad, para a tribuna, no horário do meu partido, tendo em vista o momento em que a nossa agricultura familiar e camponesa vivem, por isso não poderia me furtar de trazer a esta tribuna o tema, principalmente, depois de novamente mais de 60 lideranças da região do extremo-oeste terem se reunido para avaliar e, ao mesmo tempo, tomado algum encaminhamento diante da dificuldade ou da não-existência do repasse, por parte do governo do estado, da contrapartida para se poder concretizar o programa.

Na verdade, ao todo são quase R\$ 7 milhões, parte deles, R\$ 5,8 milhões do governo federal, e apenas, R\$ 1,160 milhões do governo do estado. No entanto, deputado Dionei Walter da Silva, até o presente momento, o governo do estado, além de não ter dado a contrapartida do recurso, não tem prestado contas do milhão de reais que o governo federal liberou e já foi gasto.

Agora, lá na ponta é que as conseqüências vão acontecendo. São os pequenos agricultores, que se organizaram e confiavam na realização da concretização do projeto, do convênio, que estão sendo penalizados. São eles que estão perdendo, além de não estarem recebendo em dia pelos produtos, pelas mercadorias que produziram com dificuldades. Já são três, quatro meses de atraso; são reuniões e mais reuniões que estão sendo realizadas e, no entanto, o agricultor, lá na ponta, não está sendo atendido.

As lideranças que representam vários setores, inclusive, lá estavam presentes representantes da secretaria de Desenvolvimento Regional, também têm assinado a manifestação de preocupação e constrangimento diante da situação, porque têm empenhado a palavra e, no entanto, os recursos não estão acontecendo.

E pedem a intervenção, a interferência por parte do Poder Legislativo para que, de uma vez por todas, se possa honrar com a contrapartida do estado, sob pena do programa deixar de existir. E deixando de existir esse programa, com certeza a nossa agricultura familiar, que poderia estar vendendo os seus produtos até por um preço melhor, acabará não podendo vendê-los.

Junto com isso, fazemos questão de dizer aqui que recebemos várias informações da nossa região do extremo-oeste. Em reuniões com os secretários das prefeituras que trabalham com agricultura, no debate, na discussão conversamos sobre a estiagem. Nesse diálogo fui tomado de surpresa porque os representantes das secretarias Regionais do governo do estado, deputado Dionei Walter da Silva, não sabiam que as 80 cestas básicas destinadas aos municípios que decretaram estado de emergência advinham do governo do estado.

Fui certificar-me um pouquinho dos produtos oferecidos pela cesta básica, vi que havia feijão de outro estado, arroz de outro estado, fubá de outro estado e fiquei pensando: hoje são mais de 130 municípios em estado de emergência - foram os que decretaram, na época, o estado de emergência, porque a seca tem prejudicado a produção dos alimentos. Por que o governo não faz uma ação e compra os produtos das regiões onde não houve a seca, para poder fornecê-los, através da cesta básica, movimentando a economia do próprio estado? Mas, ao invés disso, compra de outro estado!

Agora, o que eu estranho - e isso é lamentável - é os representantes do governo do estado tecerem enormes críticas ao governo federal sobre a cesta de alimentação liberada aos agricultores atingidos pela seca. Fizeram veementes críticas: "Como pode o governo federal liberar uma porcaria, pouca coisa assim, para a nossa agricultura?!" No entanto, era o próprio governo que as estava liberando. Impressionante! Quer dizer, ficamos numa situação constrangedora, vergonhosa de poder sustentar que era o seu governo que estava liberando aquela cesta, deputado Dionei Walter da Silva.

Então, essas coisas causam um pouco de constrangimento a nossa agricultura que, ao invés de ter uma mão estendida para ajudá-la a sair da situação difícil, pelo contrário, ainda tenta-se prejudicá-la mais.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado Pedro Baldissera, essa é uma questão grave porque sabemos que o governo do estado recebeu em torno de R\$ 5 milhões, em convênio direto do ministério do Desenvolvimento Social, e também as secretarias do Desenvolvimento Social, para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Isso geraria 20% de contrapartida do estado, em torno de R\$ 1 milhão, mas o estado operou uma mínima quantidade, segundo informações por falta de contrapartida.

Na farra do Fundo Social, nós vimos quantidades maiores do que essa sendo disponibilizadas para áreas não tão prioritárias quanto os pequenos agricultores, que estão passando por dificuldades. Alguns produtores estão vendendo seus produtos, às vezes, por preço abaixo do valor de mercado, e o estado poderia, sim, estar comprando com esses recursos de Santa Catarina e distribuindo-os para os produtores, para as pessoas necessitadas do estado. Poderia estar fazendo um programa complementar ao programa nacional, que compra R\$ 2.500,00 por família de produtor da agricultura familiar. O estado poderia ter um programa semelhante.

Não existe nenhuma desculpa, deputado Pedro Baldissera, porque se destinam recursos até para as associações recreativas, festivas, para pessoas que poderiam estar arcando com os seus custos. Destina-se até para entidades empresariais com poder aquisitivo para fazer coquetel, como nós já denunciemos. Enfim, há tantas outras destinações que, somadas, dão muito mais do que um milhão, que seria a contrapartida necessária para aplicar em Santa Catarina esses outros R\$ 5 milhões que o governo federal destinou.

Então, acho que é preciso priorizar, efetivamente, o que é social, o que é a necessidade em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Neste sentido, deputado Dionei Walter da Silva, estou encaminhando um pedido de informação exatamente para ter presente qual foi a forma da aquisição desses produtos, quais os fornecedores, quanto quilos foram adquiridos, qual o valor pago para essa produção e quais são os comprovantes das transações, para que possamos levar uma explicação à nossa população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o sr. deputado Nelson Goetten, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. presidente e srs. deputados, venho à tribuna nesta tarde, no horário do meu partido, para tecer alguns comentários em relação ao que o deputado Pedro Baldissera falou sobre a agricultura familiar. E poderia discorrer também sobre a agricultura de Santa Catarina ou até do Brasil, neste momento.

Acredito, deputado padre Pedro Baldissera, que v.exa. está certo na sua preocupação e que ela é verdadeira. Acho que todos temos o dever de nos manifestar em relação à preocupação que está vivendo a família do agricultor.

Agora, quando falamos desses pequenos recursos, eles são muito ínfimos perante a necessidade, o problema e o caos que está vivendo a agricultura, hoje, no Brasil inteiro. O país, na verdade, esqueceu de formular um programa para a agricultura.

Então, não se resolve o problema da agricultura apenas com um pouco mais numa cesta de alimentos ou com um pouco menos. Resolve-se, de fato, com uma queda significativa dos juros. A dificuldade, hoje, do nosso agricultor é a supervalorização do real e, acima de tudo, a perda do seu poder aquisitivo, pelo baixo preço dos seus produtos.

Portanto, essa é a grande verdade, agravada, sim, pelo problema da seca, das intempéries que têm atingido as regiões, especialmente o oeste, deputado Herneus de Nadal, que v.exa. também, honradamente defende. A seca tem atingido de forma grave, causando problemas ainda maiores.

Tenho certeza absoluta de que, na questão da compra das cestas, há também uma coisa que dói. Fui prefeito da minha cidade e, como tal, deputado João Henrique Blasi, cobrava os impostos lá. O cidadão pagava os impostos lá, morava lá, produzia lá, construía lá e a lei determinava que eu tinha que fazer uma concorrência pública para comprar o combustível. E sabem aonde eu vinha comprá-lo? Saía lá do município de Taió e vinha comprar o combustível em Jaraguá do Sul, de uma empresa que ganhou a concorrência! É duro isso, é verdade, porque nós não podemos determinar até aonde vai o limite de quem tem o melhor preço e a melhor oferta para o poder público poder fazer a operação de compra.

Agora, são sempre válidos e importantes esses questionamentos. O que eu vi, deputado Ronaldo Benedet, nos balanços dos bancos esse mês, foi uma coisa que me estremeceu, bem como todos os cidadãos brasileiros. Veja que o Bradesco, só em três meses, já faturou R\$ 1,5 bilhão de lucro; o Itaú está chegando próximo a R\$ 1,5 bilhão; o Banco do Brasil faturou mais de R\$ 2,5 bilhões. E no ano passado, 127 bancos deste país faturaram R\$ 65 bilhões de lucro. Vejam que só os banqueiros brasileiros, 127 abonados banqueiros, faturaram R\$ 65 bilhões de um povo sofrido chamado brasileiro.

Então, isso está fazendo com que o agricultor, o empreendedor e o empresário estejam, hoje, vivendo os piores momentos das suas vidas. Nós estamos vivendo um momento, acima de tudo, injusto, porque é o cidadão brasileiro que tem que arcar com esse custo caro dos juros impostos pelos especuladores. Quando ele tem dinheiro para aplicar no sistema financeiro, tem que aplicar 1% e ainda pagar encargos, pagar tributos! Ele ganha 1% e ainda paga tributos! Agora, quem especula no Brasil recebe 17% e não paga nada, está livre da carga tributária!

Isso é duro, deputado Paulo Eccel. Que bom seria se o país não fosse explorado da forma como é, através do setor especulativo que, infelizmente, judia muito do Brasil.

A grande verdade é que nós criamos uma ciranda financeira que judia com todos nós. Com o decorrer dos anos, isso vem atrofiando cada vez mais o cidadão brasileiro. Até hoje, nós não tivemos ainda a condição de dar o nosso grito de independência financeira. Nós precisamos dar esse grito, mas ainda não conseguimos!

Então, estamos reféns de um sistema especulativo que judia do cidadão, que o maltrata e que, acima de tudo, é injusto com o cidadão que produz, mora, vive e cria os seus filhos neste país chamado Brasil.

Este país gera muito riqueza, mas ela não se transforma, muitas vezes, em benefícios diretos ao seu desenvolvimento, porque ela tem que sustentar a ambição exagerada do sistema financeiro. Hoje o país virou um refém.

Não posso aqui, de forma alguma, culpar o governo do PT. Quando eu me refiro a este partido, quero dizer que a minha esperança era de que o PT pudesse, sim, pelo apoio popular que tinha, enfrentar esse sistema. Mas também não conseguiu e esse sistema mostrou-se mais forte do que todos os agentes políticos do país. É um sistema poderoso que enfrenta todos e tem sobrevivido sempre escolhendo a quantia que ele quer ganhar. Ela normalmente é muito mais do que aquilo que podemos pagar e acaba, então, fazendo com que o país tenha dificuldade de investir naquilo que é básico, ou seja, na saúde, na educação, na infra-estrutura, na geração de emprego e renda.

A realidade que vivemos é dura e difícil, mas, no decorrer dos anos, penso que temos que perseguir exatamente isso: a condição de darmos o nosso grito de independência contra os especuladores porque eles são aqueles que mais maltratam o país. É claro que vivemos num país em que a corrupção é permanente e quase cultural, mas ela não é tão danosa. Apesar de ser injusta, a carga de juros causa um mal muito maior à nação, é muito mais danosa e dá um prejuízo muito maior. Mas ela tem o quê? A convivência dos governantes, pela necessidade da entrada de recursos para poderem sustentar a nossa dívida, que é de um volume extraordinário e apavorante.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não! Concedo um aparte a v.exa., que representa o povo do norte do estado e também de toda Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, deputado Nelson Goetten, e dizer que é por essa razão que eu entendo que o senhor aceitará a nossa proposta, a proposta dos candidatos - e v.exa. também é candidato a deputado federal pelo PFL -, de não votarmos aumento de impostos neste país e lutarmos para acabar com esse juro que tem dominado o país como se fosse um grilhão, como se fosse uma corrente, como se fosse uma prisão.

Passou o governo e não se fez nada para debelar os altíssimos juros que acabam com o nosso pequeno, principalmente com o micro e pequeno empresário que tanto lutam para tocar a vida para frente.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Muito obrigado pelas suas colocações inteligentes, querido amigo, deputado José Carlos Vieira.

Quero dizer que isso é verdadeiro, ou seja, a carga de juros sendo alta, forçadamente o sistema público tem que aumentar a carga tributária, e assim foi feito.

Então, uma grande parte daquilo que nós produzimos vai para pagar a carga tributária e outra grande parte, para o custeio da estrutura pública, que é grandiosa, e outra grande parte vai para alimentar essa ânsia sem limites de um sistema financeiro perverso que judia e que maltrata o cidadão brasileiro que trabalha, luta e quer, pelo menos, o direito de ter neste país a condição de tratar dignamente a sua família e de poder dar-lhe acesso à educação, à saúde e ao emprego.

Então, esta é uma realidade nua, dura, fria...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Ronaldo Benedet, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente e srs. deputados, no último sábado, dia 13 de maio, o Brasil foi tomado por uma onda de insegurança, com base em ataques terroristas, se assim podemos dizer. Não existia esse sentimento no país e passamos a ter, então - o que aparentemente vai-se descobrir, provavelmente -, uma organização criminosa, com fundo até mesmo político.

Mas isso não nasceu do dia para a noite! Os presos não resolveram agir do dia para a noite, numa só ação. Nós já vínhamos nos referindo a isso há muito tempo como deputado, como secretário da Segurança, pois constatamos que as questões de segurança em nosso país são fundamentalmente sociais. A questão da segurança pública no nosso país e no nosso estado não se restringe, como alguns querem colocar, à falta de polícia, que não é só a polícia que pode resolver as questões de segurança no nosso país.

Neste momento, nas circunstâncias em que nos encontramos, obviamente que a questão é policial! É preciso agir fortemente, de forma urgente, neste momento! A polícia precisa ser implacável e devolver à sociedade brasileira a tranquilidade! Ontem eu estava com um dos homenageados aqui e a sua filha telefonou-lhe dizendo que não conseguia dormir porque estava com medo dos ataques - isto aqui no nosso estado de Santa Catarina, em virtude de tudo aconteceu e foi noticiado por todo o Brasil.

Mas, srs. deputados e cidadãos brasileiros, a questão fundamental, neste momento, como solução, é haver imediatamente uma ação policial preventiva, colocar ainda mais a polícia nas ruas, guarnecer também, e principalmente, as delegacias e os quartéis da Polícia Militar e dos Bombeiros, para que a polícia não seja achincalhada.

Queremos prestar à Polícia Militar, à Polícia Civil, aos Bombeiros Militares que foram agredidos em São Paulo e em outros estados e aos policiais e bombeiros de Santa Catarina a nossa solidariedade, pois são eles que todos os dias saem às ruas com a incumbência de zelar pela ordem. Toda sociedade está sempre cobrando como se o resultado da segurança pública estivesse exclusivamente nas mãos dos policiais. Não!

Eles têm levado esse ônus e nós devemos fazer um marco na Segurança Pública no Brasil: antes do dia 13 de maio de 2006 e depois do dia 13 de maio. A Segurança Pública não é só polícia, não é só prisão, é um contexto geral, e emergencialmente precisamos, sim, de ações fortes da polícia para contermos os criminosos e as ações de criminosos como vândalos e terroristas que agredem policiais e a sociedade.

Segundo ponto: mudança, em médio prazo, na legislação penal com relação ao uso de instrumentos para novos crimes como, por exemplo, o uso de celular em prisões e penitenciárias.

O terceiro ponto que tenho colocado como fundamental aqui é o seguinte: fazermos um planejamento com relação às áreas de risco social, onde mais ocorrem os crimes em nosso país. Em Florianópolis, por exemplo, há um favelamento, há construções irregulares como em São Paulo, que tem mais de cinco milhões de construções de habitações irregulares.

É necessário que tenhamos uma visão social e um item da Segurança Pública é a polícia e o outro item são os aparelhos estatais repressores.

É necessário que se invista maciçamente em emprego, em educação integral para as crianças, começando principalmente pelas áreas de risco social, para os jovens e para os adolescentes que vivem e habitam nessas áreas de risco social, porque num país onde houve, em 40 anos, uma mudança brusca e abrupta de um país rural para um país urbano, é importante que se restabeleça a família, a religião, os valores, os quais foram relegados a segundo plano.

Enfim, é importante que haja um investimento maciço na área social, na área da educação integral, para que as nossas crianças, os nossos adolescentes, os nossos jovens possam resgatar a esperança, onde se perdeu, de uma vida melhor.

É importante também que sejam apresentadas soluções sociais, políticas públicas, para que em outros estados não aconteça o que está acontecendo em São Paulo, o que, felizmente, ainda não aconteceu em Santa Catarina, e rezamos para que isso não ocorra. E isso eu já vinha colocando há muito tempo quando secretário na Secretaria da Segurança Pública, mas os leigos e aqueles aproveitadores da situação de crise de segurança só diziam que era falta de policiais.

Ora, nunca se contratou tantos policiais em nosso país, em nosso estado! Não adianta só fazer o que nós fizemos. E digo que na Segurança Pública fizemos o dever de casa em Santa Catarina, porque o nosso estado aplica 99% dos recursos necessários para a segurança pública, porque quem gasta em segurança pública são os estados da Federação.

Eu apresentei há pouco ao deputado Dentinho o nosso secretário e nós falávamos sobre alguns dados importantes com relação aos cortes das verbas da Segurança Pública. Nós tivemos um decréscimo de investimentos na área de segurança pública, embora tenhamos recebido recursos. Mas quero reafirmar aquilo que sempre tive convicção, ou seja, que a questão social é um item muito forte na questão da segurança pública do nosso país.

O pesquisador francês Loïc Wacquant diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Nenhuma sociedade democrática na face da terra pode combater o crime apenas com o seu aparato policial e judiciário."

É necessário, então, srs. deputados, que acordemos para a necessidade de fazermos investimentos fortes na área social do nosso país, para que não tenhamos um fim muito triste em relação à criminalidade em nosso país.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Concordo com v.exa. É lamentável e dramática essa situação e nosso país não pode sobreviver nessas condições.

Concordo também com v.exa. que nem tudo é efetivo, mas Santa Catarina, hoje, tem cerca de 18 mil policiais e existe uma carência, há necessidade de se ter mais 1.800 policiais, mais ou menos. V.Exa. concorda com esse número?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Quero dizer a v.exa. que nós temos carência, sim, segundo dados da ONU. Agora, nós aumentamos muito. Não podíamos fazer, em três anos e alguns meses de governo, tudo que ficou defasado em longos anos de história.

Nós queríamos ter feito mais investimentos e tenho certeza de que isso vai ocorrer, porque depois do episódio do dia 13 de maio de 2006, haverá uma sensibilização por parte do governo federal quanto à liberação de recursos.

É preciso que sejam descentralizados os recursos, mas que possam contratar mais policiais para a área da Segurança. Mas quero dizer que a minha convicção não é só colocar toda a carga da segurança em cima das polícias, porque eles têm sido colocados como seres imolados aos leões, que são os criminosos. A polícia não pode mais sozinha ser responsabilizada pela segurança pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, a propósito do que o deputado Ronaldo Benedet estava se referindo sobre a Segurança Pública, gostaria de fazer rapidamente um comentário sobre o que ocorreu em São Paulo, que o número de mortos chegou a 115, com 250 ataques. A onda de violência liderada pelo crime organizado em São Paulo chegou a 115. Desde sexta-feira, 29 policiais foram assassinados.

Com todo o respeito que tenho pelo partido do qual faz parte o governador de São Paulo Cláudio Lembo, mas a impressão que temos é que o homem tirou o pijama e colocou um terno e foi trabalhar. É uma coisa impressionante! É irritante ver a figura daquele cidadão dando entrevista para a imprensa, dizendo que está tudo sob controle e a matança correndo solta em São Paulo.

O governo federal ofereceu o Exército nacional, a guarda nacional, ofereceu tudo, mas o cidadão, em São Paulo, diz que está tudo sob controle. A impressão que se tem é que ele acabou de levantar da cama, colocou um terno e foi para a rua. O homem é estranho! Está tudo sob controle! E a matança correndo solta em São Paulo!

São essas coisas que acabam deixando o cidadão comum indignado, e muito mais indignado quando vemos vidas humanas sendo dizimadas gratuitamente!

Quero aproveitar esse espaço, porque é muito fácil para a imprensa, para nós, parlamentares, e muito fácil para as pessoas de uma maneira geral, condenar um policial civil ou militar quando ele se envolve com o crime ou pratica alguma falcatrua. Rapidamente a imprensa e nós, parlamentares, como também a sociedade como um todo, aponta o dedo e acabamos generalizando essa questão policial.

A imprensa é rápida, os meios de comunicação são rápidos, nós somos rápidos para apontar o dedo para a Polícia Militar, para a Polícia Civil. O índice da laranja podre, da contaminação, quando chega à polícia, é, na maioria das vezes, menor do que 1% dos cidadãos que trabalham defendendo as nossas vidas.

Nós tivemos agora, em São Paulo, 29 policiais que morreram covardemente assassinados, pessoas essas que estavam trabalhando para defender o cidadão comum.

Por isso, srs. deputados, peço às pessoas que estão acompanhando o nosso trabalho na Assembléia para fazer uma reflexão sobre a questão de colocarmos e apontarmos o dedo a toda hora para as Polícias Militar e Civil como se fossem nossas inimigas. Só dois ou quatro, dentro de um contingente de 500, de 600 policiais, é que cometem erros. Como se nós, da sociedade organizada, não tivéssemos problema algum; como se nós, dentro do Parlamento, não tivéssemos as nossas laranjas podres; como se nós, dentro dos mais diversos segmentos da sociedade, também não estivéssemos contaminados.

Por isso, sr. presidente, eu gostaria de pedir a v.exa. e a todos os srs. deputados, em respeito à vida de cada um daqueles policiais que morreram em São Paulo, cerca de 29 policiais que estavam defendendo as nossas vidas, um minuto de silêncio em respeito à vida dessas pessoas que se foram e em nome do bem-estar de cada um de nós, cidadãos brasileiros.

Seria possível, então, sr. presidente, um minuto de silêncio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - O tempo é do PSDB e por solicitação do segundo-vice-presidente que ocupa esta tribuna, nós não temos nenhum óbice por parte da Presidência e assim concordamos com a solicitação de v.exa. e podemos, a partir de agora, fazer um minuto de silêncio.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, sr. presidente!

Gostaria que com este ato pudessemos refletir e pensar com mais sensatez a cada vez que fôssemos apontar o dedo para um policial militar ou civil que está trabalhando, que está defendendo, na verdade, as nossas vidas.

Muitos desses policiais perdem a vida justamente fazendo exatamente isso. Temos muita facilidade para apontar o dedo, mas nós nos esquecemos que existem milhares de policiais honestos, sérios e que dão a sua vida pela nossa segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao P-SOL.

Com a palavra o sr. deputado Afrânio Boppré, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Obrigado, sr. deputado.

Gostaria de dizer que concordo com a posição do deputado Nilson Gonçalves, pois realmente não dá para culpar os policiais pelas coisas ruins que acontecem no meio, até porque a maioria dos policiais trabalha de forma correta, exceto uma pequena minoria que se envolve com o crime, principalmente com o crime organizado.

Eu também quero lembrar que em 2003 fizemos o relatório com base em 16 audiências que realizamos pela comissão da Segurança, o qual não foi colocado em prática até hoje. Então, pedimos que ele seja colocado em prática o mais rápido possível, usando os índices estatísticos que usamos nesse relatório.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Eu queria, sr. presidente, fazer referência ao tema aqui abordado e discutir, sem nenhum despropósito, o fato de que a capital do estado Santa Catarina foi surpreendida, hoje pela manhã, com a greve dos motoristas e cobradores de ônibus. E um dos itens da paralisação é exatamente a ameaça do governo municipal do PSDB, deputado Nilson Gonçalves, em aplicar o corte na folha de pessoal dos cobradores das empresas de transporte. Os cobradores estão ameaçados de perder o emprego.

Mas não é o perder emprego, sai o Pedro e entra o João; sai o Roberto e entra a Maria. Não, é acabar com o posto de trabalho do cobrador. São 1.200 trabalhadores do sistema de transporte urbano da capital que estão ameaçados de ficarem desempregados! E esses 1.200 trabalhadores vão tentar, se a idéia genial do prefeito do PSDB da capital for aplicada, se encaixar numa outra função no mercado de trabalho, já tão reduzido, já tão fechado, mas vão tentar! Portanto, vai criar, vai ampliar o problema social.

É por isso que eu pergunto: a quem nós devemos ceder? Ao bandido, que nos espanta na esquina ou aos governantes que produzem políticas públicas, cujo resultado final é aumentar para valores estratosféricos a lucratividade do capital.

Quem nós devemos temer? A violência voraz da dinâmica da acumulação capitalista, que produz uma segregação social, que produz nas nossas cidades territórios apartados, separados, ou o atendimento imediato, como no dia de hoje, e sair às ruas.

Por isso eu quero, sr. presidente, no horário do Partido Socialismo e Liberdade, fazer menção de que é necessário vincular com propriedade. Não é só fazer um discurso superficial, porque está saindo no jornal de hoje e amanhã esquecemos, mas é ter coerência, chegar num governo, chegar na Assembléia Legislativa, na Câmara de Vereadores e todos os dias, não só quando a imprensa pauta, trabalhar diuturnamente para reparar, reconstituir as injustiças da sociedade em que vivemos.

Por isso vai aqui, já que o deputado Nilson Gonçalves, do PSDB, faz alusão à necessidade de se fazer uma reflexão, uma contribuição de que é necessário corrigir com contundência e não na superficialidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0110/2006.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 1.465/2006, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0036/2006, de procedência governamental, que institui o plano de carreira e vencimentos dos servidores públicos da Fundação Catarinense de Desporto e estabelece outras providências.

Por solicitação dos srs. líderes a discussão do veto será debatida e deliberada na próxima sessão.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0052/2006, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública o Instituto Reagente Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, do município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0168/2006, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina João Sequinel Neto o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Silva Jardim, no município de Alfredo Wagner.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0494/2005, de autoria do deputado Manoel Mota, que denomina Fontoura da Rosa o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Eremeta Souza, localizado no distrito de Hercílio Luz, no município de Araranguá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merísio, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, trata-se de uma questão de ordem para que v.exa. trate com a Mesa ou com os líderes.

Quase que diariamente nós temos recebido, por parte de alguns deputados

, a solicitação para que os líderes abram um espaço a fim de que pessoas de fora ocupem a tribuna e participem das sessões ordinárias.

A nossa sugestão, para que a coisa fique organizada, é que o deputado proponente dessas paralisações tenha a aquiescência de todos os parlamentares, até por uma questão regimental, e que o tempo utilizado seja descontado do partido do parlamentar solicitante. Porque senão todo dia, principalmente agora quando se aproximam as eleições, cada deputado trará uma corrente, um tema ou alguém e os líderes ficarão constrangidos de não assinar. Porém se assinarem todos os pedidos, vulgarizar-se-á algo que deve ser de fato diferenciado e não todos os dias nós termos pessoas ocupando a tribuna, que deve ser restrita, pelo menos eu entendo assim, aos parlamentares e somente em casos excepcionais, durante a sessão, a pessoas estranhas.

Por isso, a solicitação que faço é que quando ocorrer isto, seja descontado o tempo dos partidos, pois isto, com certeza, fará diminuir o número de solicitações dessa ordem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência recebe a manifestação de v.exa., salienta que em todas as suspensões de sessão houve acordo de líderes para tanto. Quando houver necessidade, a Presidência consultar, v.exa. poderá manifestar-se. E não havendo a concordância de todos, evidentemente que não haverá a suspensão de sessão. É assim que prevê o acordo de líderes na Casa; funciona dessa forma.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s 0132/2006, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0133 e 0134/2006, de autoria do deputado Sérgio Godinho; 0135/2006, de autoria do deputado Reno Caramori; 0136/2006, de autoria do deputado Francisco de Assis, e 0137/2006, de autoria do deputado Cesar Souza, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Consultamos os srs. líderes se podemos deliberar sobre duas indicações de autoria do deputado Genésio Goulart, extrapauta.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos líderes, esta Presidência comunica, ainda, que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0138 e 0139/2006, de autoria do deputado Genésio Goulart, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita a apreciação pelo Plenário do parecer da comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n. 0069/2006, que estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Maracajá, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Treze de Maio, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de São Joaquim, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Correia Pinto, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Otacílio Costa, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos de São Joaquim e de Bom Retiro, cumprimentando-os pelo trabalho que se encerra e a caminhada que se inicia à frente da Amures.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Paulo Eccel, que solicita o envio de mensagem de pesar aos familiares do sr. Henrique Silvestre Simon, em virtude do seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica à secretária e ao superintendente de planejamento da secretaria de estado da Saúde, cumprimentando-os pelo projeto de telemedicina desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, que está servindo como modelo para implantação nacional pelo SUS.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Eduardo Cherem, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, cumprimentando-o e a todos os profissionais da UFSC pelo projeto de telemedicina desenvolvido em parceria com a secretaria da Saúde, que está servindo como modelo para implantação nacional pelo SUS.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Ronaldo Benedet, que solicita o envio de mensagem de pesar aos familiares do sr. Aine Hilbert, ex-prefeito da cidade de Orleans, pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidenta da Associação Comercial e Industrial de Laguna, cumprimentando-a pela passagem dos 83 anos de fundação daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Biguaçu pela realização da 10ª Bigfest.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidenta do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, cumprimentando todos os enfermeiros pela passagem do seu dia.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Dona Emma, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao diretor do Fórum de São Bento do Sul, cumprimentando-os pela inauguração da Casa da Cidadania de Campo Alegre.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Blumenau, cumprimentando-o pela inauguração do Centro de Exposições do Parque Vila Germânica.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Curitiba, cumprimentando-o pela realização da ExpoCentro 2006.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Francisco de Assis, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei n. 0353/2001, que estabelece reserva de vagas na Udesc para alunos egressos da rede pública de ensino e dá outras providências.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Moacir Sopelsa, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Agricultura, pedindo esforços no sentido do levantamento do embargo às importações da carne suína pela Rússia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente da República e aos deputados federais, solicitando lei para extinção das emendas individuais e garantia do repasse aos municípios de acordo com o índice do FPM.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pedimos a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, acho que essa proposição do deputado Pedro Baldissera é importante, haja vista os grandes problemas acontecidos ao longo dos governos federais de troca de emenda por votos e de uma série de emendas, muitas vezes, que privilegiam questões eleitorais em detrimento da coisa pública.

Gostaria de assinar conjuntamente essa moção, já tenho a aprovação do autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do deputado Pedro Baldissera, a Presidência atende a solicitação do deputado Dionei Walter da Silva.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, é com relação à moção anterior, de autoria do deputado Moacir Sopelsa. É só para evitar a dúvida com relação àquele documento, pois o que se deve pedir é o levantamento do embargo às exportações, porque não se pretende importar. O que está havendo hoje é embargo à nossa exportação, a importação é lá da Rússia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Tem razão o deputado Antônio Carlos Vieira. Trata-se do embargo pela Rússia das importações daquele país. A redação ficou confusa. Na realidade solicita esforços no sentido do levantamento do embargo às importações pela Rússia.

Continua em discussão a moção.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Francisco de Assis, a ser enviada aos deputados federais Marcelo Teixeira e Vicente Paulo da Silva, manifestando apoio à aprovação do Projeto de Lei n. 6.846/02, que regulamenta profissões exercidas em salões de beleza.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Dionei Walter da Silva, a ser enviada ao presidente da Casan, pedindo cópia do relatório da auditoria referente ao relacionamento Casan/Fucas e informações sobre os recursos destinados ao Programa de Auxílio Desemprego - PAD - Casan.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Francisco de Assis, a ser enviado ao governador do estado solicitando cópia dos autos do processo que originou a habilitação da Associação Cultural e Comunitária das Nações, com sede em Balneário Camboriú, para recebimento de subvenção social do Fundo de Desenvolvimento Social; cópia do plano de aplicação de 2005 dos recursos provenientes do Fundo Social; cópia de documentos de 2005 referentes aos pagamentos dos repasses; nome completo dos representantes legais e cópia dos documentos referentes à prestação de contas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Francisco de Assis, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o valor repassado à Associação Catarinense pela Integração do Cego - Acic -, durante o ano 2005 e primeiro bimestre de 2006.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado João Henrique Blasi, que solicita à Presidência da Casa que conceda à União Catarinense dos Estudantes Secundaristas a possibilidade de se manifestar sobre a greve dos professores do estado de Santa Catarina, durante a sessão ordinária de hoje, visto que o assunto é latente e de extrema relevância à comunidade e ao Parlamento catarinense.

O requerimento é assinado por diversos líderes, mas não tem fulcro no Regimento Interno da Casa.

Consultamos os srs. líderes se podemos proceder à suspensão da presente sessão.

(Os líderes aquiescem.)

Com a aquiescência de todos os srs. líderes presentes, a Presidência procede a uma folga no Regimento e suspende a sessão por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Esta Presidência registra a ilustre visita do dr. Henrique Vargas, presidente do CDL do Município de Criciúma. Seja muito bem-vindo à Assembléia Legislativa.

Inscrita a sra. deputada Odete de Jesus, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente e srs. deputados, amigos que nos assistem, União Catarinense dos Estudantes Secundários, muito nos honra as suas presenças aqui nesta Casa. Parabéns pelo gesto, que bom que avançou bastante. Que bom que a população de Santa Catarina não está parada, pacata, inerte. Que bom que estão agindo, pois para toda ação, existe uma reação. A greve dos professores gerou uma grande ação e reação. Se os professores não parassem as aulas, os alunos não tomariam tal atitude.

Srs. deputados, que pena que estamos voltando pela terceira semana a esta tribuna para fazermos, também, a nossa manifestação como professora alfabetizadora. E dizer que, infelizmente, ainda não chegamos a um entendimento. É uma pena! Quem perde com isso é a população - já salientei outras vezes -, as famílias, as crianças e os alunos.

Recebi aqui uma correspondência por parte do sr. Danilo, coordenador estadual do Sinte, pedindo a nossa contribuição como presidente do fórum permanente, para discutirmos o plano de carreira do Magistério.

O professor Danilo nos manda esta correspondência para que estejamos atentos, intercedendo nas negociações entre o governo e o sindicato dos professores, porque a greve dos professores é um instrumento legal de pressão legítima e necessária.

Como já salientei em outras manifestações que fiz aqui na tribuna, que os administradores de nosso estado busquem novas fontes de recursos para custear a educação de nossos filhos, de nossos netos, das nossas crianças. Cobramos na outra vez, também, a valorização salarial do Magistério, e é claro, a valorização da educação.

Nos últimos dias, senhores, nós vimos, através da imprensa, da televisão, dos jornais, deputado Francisco de Assis, a notícia da morte de vários militares. E durante esses acontecimentos, diversas autoridades repetiram, através dos meios de comunicação, o que nós, volta e meia, estamos falando: que a solução para terminar com todos esses males é a valorização do professor, a área da educação, investimentos nessa área, como salientou o estudante Jorge Morais que usou da tribuna.

Então é a educação que forma cidadãos conscientes, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sua comunidade.

O que entristece a gente é que estas manifestações de reconhecimento do valor da educação, somente acontecem quando existem situações de conflito social.

Por este motivo, estamos insistindo, volta e meia, em fazer um apelo ao governo do estado para que o professor retorne e haja um entendimento harmonioso.

A hora de valorizar o Magistério é agora. Não quando tivermos uma situação de conflito como a que ocorreu em outros estados. A Assembléia Legislativa de Santa Catarina sempre esteve pronta para apoiar projetos que tragam mais verbas para a educação estadual. Os deputados desta Casa - eu me incluo com todos - foram unânimes em apoiar projetos de lei que venham do Ministério da Educação para o nosso estado.

Volto a afirmar que as exigências dos professores, representados pelo Sinte, são justas e oportunas. Nossa sociedade já não aguenta mais tanta violência. Violência que poderá ser minimizada quando houver respeito pelo trabalho dos professores. Quando ficar demonstrado, realmente, que as autoridades encaram a educação com a prioridade que merece.

Então, senhores, são os professores que, juntamente com as famílias formam as nossas tradições. Será por meio da educação que a nossa sociedade poderá comemorar um dia, o fim das desigualdades sociais, o fim da miséria e da violência. Tratar o professor e a professora apenas como um número é não saber distinguir seu valor para a humanidade.

É dever desta deputada alertar para a necessidade de uma atenção verdadeira à formação dos nossos jovens. Jovens que herdarão este estado e que um dia sentarão aqui neste plenário em nosso lugar, tenho a certeza.

Que homens e mulheres serão os representantes da população no futuro, se em nosso tempo ainda não vemos o Magistério respeitado? Se em nosso tempo a educação é prioridade apenas nos discursos?

Srs. deputados, vamos enfrentar o problema de frente, sem rodeios, pois os professores, os alunos e as famílias precisam do nosso apoio. Volto a salientar: os governantes precisam trazer novas alternativas para que esses alunos possam voltar às salas de aula produzindo.

Então, srs. deputados a nossa palavra tem muita força e quando falamos plantamos alguma coisa, mas a nossa palavra tem que ter eco, nós representamos a população, ou seja, cada parlamentar desta Casa representa uma leva muito grande de lideranças. Agora, temos que ter palavra, se falamos temos que cumprir. Não adianta prometermos, prometermos e quando temos a oportunidade de contribuir, fugimos.

Srs. deputados, torcemos, deputado Vieirão, para que haja entendimento, para que esses jovens voltem para as salas de aula e que os professores sejam reconhecidos.

Quero ainda, sr. presidente, parabenizar mais uma vez o prefeito Jair José Farias, de Bom Retiro, que assume a presidência da Associação dos Municípios da Região Serrana, Amures. O prefeito Jair foi funcionário desta Casa e hoje é prefeito - já por dois mandatos -, uma figura muito importante e que muito nos honra.

Quero parabenizá-lo por ter assumido a presidência da Associação dos Municípios da Região Serrana.

Parabéns, prefeito!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda, em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, quero inicialmente, registrar, com muito pesar, o falecimento, no dia de ontem, do político e empresário Ivan Feuerschuette Bertaso, natural do município de Tubarão, radicado no município de Chapecó.

Ele foi vereador e presidente da Câmara de Chapecó; vice-prefeito da cidade; secretário de estado, deputado Antônio Carlos Vieira, colega de v. exa; presidente da Companhia de Desenvolvimento de Chapecó; presidente da Companhia de Alcool de Chapecó e presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Chapecó.

Deixa a esposa Eliane Silvestre Bertaso; os filhos Cláudia e Cristian e o neto Enzo, que é filho do nosso vereador, do nosso líder Márcio Sander, nosso companheiro do município de Chapecó.

Portanto, queremos, em nome de nosso partido, manifestar à família, as nossas condolências pela passagem dessa importante liderança política e empresarial do município de Chapecó.

Outro assunto que quero rapidamente abordar, deputado Dionei Walter da Silva, diz respeito, presidente Pedro Baldissera, à sessão solene da noite de ontem.

Primeiro, quero apresentar uma sugestão. A sessão estava muito bonita, foram homenageadas personalidades de todo o estado, mas penso, deputado João Henrique Blasi, e nós falávamos sobre isso ontem, que se precisa reduzir o número de pronunciamentos de parlamentares nas sessões solenes.

É preciso que se volte ao antigo costume, ou seja, de falar um deputado representando as bancadas do governo e um deputado representando as Oposições. Acho que, com isso, conseguiremos reduzir um pouco do tempo e permitir que se homenageie, efetivamente, aqueles que aqui vêm. Essas sessões não podem durar muito tempo!

Então, é a contribuição que quero trazer, numa crítica positiva, porque vinhamos num estilo de sessão em que não havia mais do que dois deputados se manifestando e, ontem, deputado Ronaldo Benedit, foram sete deputados que se manifestaram.

A sessão se estendeu demais e acabou perdendo um pouco do brilho. Foi uma sessão de duas horas e meia. Uma sessão solene não pode durar tanto tempo!

Então, é uma contribuição que quero oferecer, para que nas próximas sessões solenes possamos reduzir um pouco mais as manifestações dos parlamentares, para permitir, se possível, que os homenageados usem também da palavra.

E quero fazer uma crítica, porque acho que na composição da mesa se cometeu um equívoco: o governador licenciado de Santa Catarina foi chamado para compor a mesa como governador do estado. Então, a licença que esta Casa votou não tem validade. Ela deve ter sido revogada e nós não temos conhecimento, ainda! Basta conferir as notas taquigráficas para percebermos que, ontem, na sessão solene, esqueceram que o governador está de licença.

Então, não sei de que valeu, deputado Francisco de Assis, aquela licença que foi votada aqui. Se renunciou à licença, se ela foi revogada, não nos foi comunicado, ainda. Eu não sei quem é o governador! Aliás, não sei nem se tem governador em Santa Catarina, a essas alturas, ou quem é o governador de plantão, porque ontem o titular, que está em campanha, deu uma folguinha para a campanha e veio fazê-la aqui na Assembléia.

O mais grave - e aí é uma questão de cerimonial, mesmo - e gostaria de entender, presidente José Serafim, a razão de se conceder a palavra a um governador licenciado! Não sei em que protocolo isso é possível! Se o presidente licenciado da Assembléia, Julio Garcia, nem para a mesa foi chamado, porque o governador licenciado tem direito à palavra? Para fazer campanha numa sessão solene da Assembléia?!

Eu desaprovo, não concordo, acho um absurdo o que aconteceu, nesse particular, na sessão de ontem.

O sr. deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Na mesma linha, deputado Joares Ponticelli, acho que precisamos rever algumas questões nesta Casa e a principal delas é esta questão de protocolo, porque ontem, na verdade, nós tínhamos três governadores: tínhamos um chamado de governador, que está licenciado, tínhamos um que não veio, em exercício, e tínhamos um que estava representando, que era o governador naquele momento.

Inclusive, gostaria de cumprimentar o deputado presidente Julio Garcia, porque ele estava no local correto. Se ele estava licenciado, ele não era presidente e veio junto com os demais parlamentares.

Agora, a culpa é de quem montou o protocolo e chamou para a mesa um ex-governador, digamos assim, que fala como governador e que é chamado, inclusive, como governador.

Acho que estas questões, efetivamente, precisam ser vistas, para que não tenhamos mais esta situação.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Dionei Walter da Silva.

O sr. deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Joares Ponticelli, há que se fazer uma distinção, porque vez ou outra recebemos aqui o ex-governador Ivo Silveira.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Quase sempre prestigia muito os nossos eventos.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - E também o ex-governador Colombo Machado Salles, mas todos são ex-governadores. Isso é uma deferência da Casa.

Neste momento, o que o governador Luiz Henrique fez foi dizer para Santa Catarina que ele estava sendo conseqüente numa promessa, e que ele ia se afastar do cargo para não usufruir das benesses de estar empossado do cargo.

No entanto, é da boca para fora, é um ato administrativo. Porque as conseqüências de ser governador, essas, ele não quer abrir mão, uma vez que seriam as razões pelas quais se afastou. Ele se afasta, mas quer usufruir do benefício da autoridade.

Então, parabenizamos v.exa. E nós não podemos confundir quando chega aqui um ex-governador que não está em campanha, que não saiu, que não prometeu e vai ser sempre bem recebido. Neste momento, se o governador Luiz Henrique da Silveira viesse prestigiar o evento e participasse da solenidade, como tantos outros aqui vieram ontem à noite, estaria de acordo com o que ele estava dizendo. Não! Mas foi dada a ele a oportunidade de sentar à mesa e de usar da palavra.

Por isso v.exa. está coberto de razão, a meu juízo.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado deputado Afrânio Boppré. Também incorporo a manifestação de v.exa. ao meu pronunciamento.

Acho que são episódios como esses, deputado Afrânio Boppré, que demonstram a quebra do discurso, mais uma vez, do governador Luiz Henrique da Silveira e a sua falta de ética, porque se ele mesmo alegou que estava deixando o cargo para não se beneficiar... E se fosse tão ético como diz ser, mesmo que a palavra lhe fosse ofertada, ele deveria ter o mínimo de ética e de respeito aos que aqui estavam e ter declinado de usá-la. Usou para fazer campanha; usou porque continua se beneficiando de toda a estrutura.

Aliás, deputado Antônio Carlos Vieira, nos próximos dias a Justiça vai receber mais documentos comprobatórios de que ele só saiu do governo de fato, deputado Afrânio Boppré. Continua, acredite v.exa., assinando compromissos. Os guardanapos com promessas de convênios por este estado afora continuam sendo distribuídos por ele, governador licenciado em plena campanha. Vimos outro dia o episódio de Blumenau, da secretaria de Desenvolvimento Regional distribuindo convite para um comício do governador no município de Blumenau, para uma visita política, como foi comprovado. E o governador de plantão, que eu não sei qual é - ontem já era um terceiro que aqui estava de plantão - , não teve a coragem e a ética de exonerar quem distribuiu convite de campanha para o governador, pela secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau.

Então, é um descaramento do uso da máquina pública, enquanto Santa Catarina tem esse verdadeiro revezamento de governadores - parece uma corrida de revezamento, ora é um, ora é outro. Nós não sabemos, neste momento, quem é o governador de plantão. V.Exa. colocou muito bem: ontem tinha um terceiro aqui. Havia o titular, que estava de folga para fazer campanha, e como o substituto legal certamente estava fazendo campanha em outro lugar, havia um terceiro aqui para representá-lo. Qual é o governador de plantão, neste momento? Eu não sei! Mas bem diz o ditado: quem tem muitos, não tem nenhum.

Enquanto isso, Santa Catarina continua sem um governante responsável para resolver, por exemplo, o problema da greve do Magistério que se arrasta há mais de duas semanas sem solução. É a prova, deputado Afrânio Boppré, da velha máxima popular: quem tem muitos, não tem nada.

O PMDB está fazendo esse revezamento de governador, mas alguém para resolver de fato os problemas do estado, como a greve do Magistério, não se encontra! Enquanto isso os problemas vão acontecendo, os convênios não estão sendo pagos, as obras estão diminuindo cada vez mais. Quanto àquela do Camacho, deputado Manoel Mota,

para conhecimento de v.exa., a estrada está interditada. Era uma tartaruga com uma perna quebrada. Acho que agora quebrou todas as pernas e a estrada está interditada. Só na sua cabeça é que a máquina continua roncando!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Francisco de Assis, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. presidente, colegas deputados, funcionários desta Casa e demais pessoas que acompanham esta sessão, hoje pela manhã fomos informados de que o governo do estado não vem cumprindo com as suas obrigações, não vem pagando empresas que estão trabalhando para ele. Isso é bastante sério.

Uma das informações refere-se a uma empresa que estava fazendo a pavimentação do trecho de acesso ao município de Timbó Grande. Foram pavimentados mais ou menos 500 metros, gastou-se muito com propaganda - o governo divulgando que essa estrada está pronta ou praticamente pronta -, a empresa não recebe e, por conta disso, está parando as obras. Essa foi a primeira notícia que chegou daquela região.

A segunda notícia muito mais séria e mais grave que quero trazer aqui para partilhar com os meus companheiros é sobre os ginásios de esporte ou as quadras que este governo preferiu chamar de esqueletos - recebeu do governo anterior e está apelidando de esqueletos. Para se ter uma idéia, das 69 quadras ligadas às escolas estaduais, 55 foram licitadas para ser concluídas, terminadas. Dessas 55 quadras, duas na região de Lages não foram feitas porque tinham dúvida do recebimento, e as empresas que ganharam a licitação preferiram não correr o risco (quem sabe essas tenham acertado), e as demais foram iniciadas. Das que foram iniciadas, dez foram concluídas.

Bom, o montante dessa licitação é de R\$ 13,823 milhões. O governo federal participa com mais ou menos 30%, quase R\$ 4 milhões. O dinheiro do governo federal está na Caixa Econômica Federal, que é quem coordena o processo aqui em Santa Catarina. Pois bem, espantem-se agora: o governo do estado de Santa Catarina, coordenado até então pelo sr. Luiz Henrique da Silveira - e é bom sempre dar nome -, desde de dezembro do ano passado não vem pagando essas empresas pequenas que estão trabalhando na construção dessas quadras.

Só na região do planalto norte são mais de 15 quadras em obras que as empresas estão parando de construir, por estarem falindo e não tendo mais condições de pagar os seus funcionários, porque o governo do estado não repassa o dinheiro. O governo diz que são heranças recebidas do governo anterior, verdadeiros esqueletos. E diz mais: que teve que esperar praticamente três anos para poder iniciá-las. Como agora veio o dinheiro do governo federal - o dinheiro já está depositado -, elas puderam ser iniciadas.

Há uma questão pior que pode prejudicar ainda mais essas obras: o governo federal, que está colaborando e é parceiro nessas obras, que já enviou o dinheiro, que tem um contrato, se o governo do estado não fizer a sua parte, v.exas. sabem o que pode acontecer? A totalidade dos recursos que o governo federal enviou terá que ser devolvida para o caixa da União porque o governo de Santa Catarina não fez a sua parte.

Então, estou trazendo isso como uma informação e, ao mesmo tempo, uma denúncia muito grave que merece, sim, que esta Casa se manifeste e tome providências, porque se o governo do estado não faz nada, a Assembleia Legislativa não pode deixar passar em branco!

É um total de 55 quadras que foram iniciadas por pequenas empresas construtoras, na grande maioria, que ganharam a licitação. Tive a preocupação de ligar para as empresas, de ligar para a Caixa Econômica Federal e tenho todos os dados aqui. O último pagamento que o governo Luiz Henrique da Silveira fez foi em dezembro. Ficou janeiro, fevereiro, março, abril e maio sem pagar um tostão, deputado Ronaldo Benedet! Essas são as informações! Qualquer dúvida, qualquer informação contrária, peço ao líder do governo que venha e que me desminta, que traga aqui os documentos dizendo que o governo está repassando os recursos!

É inadmissível, vendo essa situação, que continuemos deixando do jeito que está, permitindo que as empresas fechem, permitindo que essas quadras não sejam terminadas e, pior de tudo, que o dinheiro que o governo federal enviou para Santa Catarina seja devolvido porque o governo do estado não fez a sua parte.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Francisco de Assis, são muito oportunas as suas colocações, só que existem alguns equívocos. Primeiro: todas as licitações foram feitas em 2002. O atual governo, em 2003, suspendeu todas as atividades, mas o dinheiro, algo superior a R\$ 2,5 milhões, que é a contrapartida do governo federal, está depositado desde 2002. Então, não está desde o ano passado; está desde 2002!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - São R\$ 3,700 milhões, deputado Vieirão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Já está em R\$ 3,700 milhões!

E se precisar, eu tenho, inclusive, uma cópia do extrato da Caixa Econômica Federal que comprova a existência desse dinheiro à disposição do governo estadual, por conta desses convênios para a construção desses ginásios vinculados às escolas.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Agradeço o seu aparte. V.Exa. só confirma o que estou falando. Quando disse que foram três anos de luta, isso foi dito pelo próprio governador Luiz Henrique, porque essa licitação, conforme confirmado por v.exa., é de 2002 e levaram três anos para iniciar.

Então, essa é uma informação que trazemos e esperamos que nós, deputados, e a nossa bancada, de repente, deputado padre Pedro Baldissera, possamos fazer algum requerimento urgente. Não tive tempo de fazê-lo hoje, antes da sessão, porque recebi essas informações pela manhã, mas fui buscar mais detalhes durante a manhã e agora estou trazendo, como informação, num primeiro momento. E num segundo momento, quem sabe a nossa bancada possa agir de forma enérgica, firme, para que o governo de estado cumpra a sua parte.

Outro tema que quero abordar é com relação à reunião de ontem entre o governo do estado e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Da reunião, eu tenho a proposta derradeira, última, final, do governo para os trabalhadores na educação, que foi melhorada, diante da primeira que havia sido apresentada. Mas, mesmo assim, são irrisórios os valores e os percentuais que estão querendo pagar aos professores do estado de Santa Catarina, como se eles vivessem de migalhas. O que o governo está propondo, concretamente, nessa última proposta, em termos de colocar o abono como salário, de incorporação, são R\$ 30,00 no mês de junho, R\$ 20,00 no mês de setembro e R\$ 50,00 no mês de dezembro.

Todos sabemos que os professores têm dois abonos: um de R\$ 100,00, para quem está na sala de aula, e outro que é distribuído igualmente a todos os servidores públicos. Desses abonos, um ele pretende, na proposta que apresentou, incorporar desta maneira: R\$ 30,00, R\$ 20,00 e até o final do ano mais R\$ 50,00. Ou seja, quem passa o que vêm passando os professores que estudam, que se preparam, que têm amor pela sua profissão, que se dedicam a ensinar os nossos filhos, os filhos dos trabalhadores neste estado, como pode um governo, de forma intransigente - porque isso aqui para mim é ser intransigente -, colocar como proposta última, final, para uma negociação esses percentuais para que os professores de Santa Catarina recebam até o final do ano, como incorporação, R\$ 100,00 nos seus salários?!

Há outras questões como a eleição direta. O governo até tem dito, e afirmou nessa reunião, que concorda, desde que não haja a eleição este ano e que se deixe para o próximo governo, que este governo concorda em fazê-lo, mas, porém, que essas eleições ocorram só a partir do ano que vem.

Hoje tiveram a oportunidade de, nesta tribuna, reivindicar, com toda a razão, o reinício das aulas, porque quem perde mais são as crianças e os jovens, que dependem das aulas. Tudo isso está acontecendo e esta Casa tem feito muito pouco. Esta é a minha visão: só vir na tribuna, como estou fazendo, fazer crítica, como estou fazendo, e trazer números, informações, é muito pouco. Penso que temos que nos juntar aos professores. Se os alunos não estão tendo aulas não é por causa dos professores, e sim do governo, que é intransigente. A proposta do Sinte é mínima, e ontem ainda dizia para alguns líderes que eles são muito tímidos.

Deputado José Serafim, v.exa., em outra época, já andava com a cintura chela de bomba para explodir. Os professores e o Sinte estão sendo muito tímidos, porque o que pedem para o governo é muito pouco, com o salário vergonhoso que recebem, com a miséria que se paga aqui em Santa Catarina para o trabalhador da Educação!

O sindicato dos trabalhadores é persistente, é verdade, mas às vezes é tímido. Eu penso que tem que ser mais forte e nós, deputados, temos que dar esse apoio. Talvez a timidez seja porque falta apoio. E não pode ser um apoio isolado de um partido, de um deputado; tem que ser apoio integral de todos os membros desta Casa Legislativa.

Não podemos ficar apenas no discurso. A tribuna serve para fazermos a denúncia e trazermos as informações. Mas fora da tribuna há outras questões que podemos ajudar. Precisamos nos juntar aos alunos e professores, parar este estado, por que não?! Se os motoristas e cobradores, de forma justa, estão reivindicando os seus direitos, por que nós, deputados, junto com os professores deste estado, com os alunos, com os pais, não podemos também parar o estado? Por que não podemos trancar uma rodovia, parar em cima da ponte para que ninguém passe? É isso que precisamos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Inscrito para falar o sr. deputado Ronaldo Benedet, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente e srs. deputados, estão sendo feitas críticas sobre a greve e o governo do estado, e nós não nos podemos calar.

Com relação à noite de ontem e a forma como o deputado Joares Ponticelli se referiu ao governador Eduardo Pinho Moreira e ao governador licenciado Luiz Henrique da Silveira, devo dizer que o deputado João Henrique Blasi vai fazer algumas colocações muito procedentes sobre essa questão. No entanto, quero deixar claro à sociedade catarinense que não concordo com a forma desrespeitosa com a qual o deputado Joares Ponticelli se referiu ao governador Luiz Henrique da Silveira. Afinal de contas, ele estava aqui ontem porque foi convidado. O deputado Joares Ponticelli não pode tratá-lo com desdém - e o respeito é bom, cabe em todos os lugares e para todas as pessoas -, dizendo que não sabe se Santa Catarina tem um governador e quem é o governador de plantão.

O respeito é bom e deve ser usado. Principalmente nós, homens públicos, temos que dar o exemplo à sociedade de respeito às pessoas, seja alguém da mais alta autoridade ou um cidadão mais humilde. Nós, políticos, temos que demonstrar respeito às pessoas e às autoridades. Se não fosse assim, nós estaríamos num verdadeiro caos, como já está acontecendo em São Paulo, por exemplo, onde não há respeito à autoridade constituída democraticamente, através de eleições.

Os atos com os quais eu não concordo, podem ser criticados. Agora, a autoridade investida na sua função, o governador do estado de Santa Catarina em exercício é Eduardo Pinho Moreira. Quero informar ao deputado desinformado que o governador estava se dirigindo a Brasília ontem à noite e por isso não pôde estar aqui para participar de uma pré-reunião para a reunião de hoje, que vai acontecer às 15h, com todos os governadores de estado que trabalham com o agronegócio, uma vez que a agricultura sofre grandes problemas em nosso país, hoje.

Em Santa Catarina, o item número um em exportação é a carne suína e a carne de aves; o número dois é a exportação de madeira. Portanto, Santa Catarina foi convidada para participar da pré-reunião dos governadores, que aconteceu ontem à noite, e para a reunião de hoje à tarde com o presidente da República. O governador Eduardo Pinho Moreira estava trabalhando e, infelizmente, não pôde estar aqui na solenidade na qual estavam muitos amigos seus que ele gostaria de ter homenageado.

Agora, o respeito é bom ao nosso governador licenciado, eleito democraticamente, e ao nosso governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, que estava trabalhando. Ele não estava brincando, não estava fazendo de conta ou fazendo política, como disse aqui, claramente, o deputado Joares Ponticelli. Por isso é bom que se tenha respeito com as nossas autoridades constituídas, eleitas democraticamente.

Disse hoje aqui o deputado Paulo Eccel que é uma indecência a proposta que o governo do estado fez na mesa de negociação com os grevistas.

Quero dizer que defendemos o direito de greve, respeitamos os professores que por opção querem estar em greve para lutar pelas suas reivindicações. É preciso que nós os respeitemos, e nós os respeitamos, tanto é verdade que quando eles pedem, como agora à tarde vai haver, mais uma reunião do Sinte com os negociadores do governo do estado, eles conseguem. Mas o governo não é obrigado a dar tudo o que é reivindicado, porque ele tem uma folha de pagamento com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, indecência é quem não dá nada; indecência é não ter um abono para negociar. Quem não deu nada, nem o abono que agora há para poder fazer a incorporação, é que deveria ter vergonha de falar de que pelo menos há abono para incorporar.

Por isso não se deve apontar, diante do momento que estamos vivendo, os defeitos dos outros quando nós também temos.

Todo mundo aqui já teve prática, ou está tendo, de governo e é preciso saber o que fez quando estava no governo; é preciso saber o que faz quando é governo, para não apontar o defeito dos outros quando tem ainda um maior.

Então, esta questão é necessária e que se respeite o que foi dito aqui também por um deputado com relação à farra do Fundo Social. Não é farra, não, é coisa séria! É bem aplicado para a sociedade catarinense do interior de Santa Catarina, que recebe uma boa aplicação do Fundo Social.

Então, digo claramente que a proposta foi apresentada: 30% de incorporação dos R\$ 100,00 de abono para julho deste ano, 20% para setembro e 50% a partir de dezembro. Isso foi apresentado e estão sendo apresentadas propostas. Agora, não é indecência, não é valor irrisório, não é 1% de aumento. É uma repercussão de mais de R\$ 10 milhões todos os meses na folha de pagamento.

Se não houvesse nada mais para ser pago, se não houvesse a Lei de Responsabilidade Fiscal, o estado até poderia conceder imediatamente esse valor, porque nós entendemos, o governo entende, o governador Luiz Henrique da Silveira entende, o governador Eduardo Pinho Moreira entende.

Quando foram prefeitos, Luiz Henrique da Silveira em Joinville, e Eduardo Pinho Moreira em Criciúma, o salário dos professores sempre foi ótimo. Não era o ideal, mas era um excelente salário em relação aos outros municípios de Santa Catarina. Agora, concedeu-se, sim, aumento aos professores, mas nem tudo o que se queria. Foi dentro da possibilidade dos gastos que o estado poderia fazer com a folha de pagamento.

É necessário, sim, nós repormos ainda mais os salários dos professores; é necessária a mais valia; é necessária, como eu disse, na questão da segurança pública, a escola integral. Para isso, nós precisamos de mais professores em sala de aula; precisamos de mais tempo para as nossas crianças, para os nossos adolescentes, para os nossos jovens ocuparem as salas de aula em período integral, a fim de que possamos resolver as questões sociais básicas e as questões de formação das nossas crianças, dos nossos adolescentes e dos nossos jovens.

Eu quero dizer claramente que Santa Catarina não tem o menor salário do país em matéria de educação. Nós estamos entre os primeiros sete, oito estados que mais bem pagam professores no Brasil, de acordo com a nossa proporção, com a nossa arrecadação, com a possibilidade do nosso estado.

Hoje, ainda, vai haver reunião com os nossos professores do Sinte para discutir as questões. O importante do governo é que em momento algum as portas se fecharam para a negociação. É um governo democrático, aberto. O fato de estar com as portas abertas não quer dizer que é obrigado a resolver tudo o que se pede. O governo do estado não pode dar tudo o que se pede, porque não há possibilidade, não há condições. Dentro da Lei da Responsabilidade Fiscal, dentro do seu Orçamento, dos seus recursos, é necessário que se entenda que o governo está oferecendo o que é possível e estão abertas as negociações dentro de um princípio de um governo democrático.

Por isso as nossas colocações aqui são claras nesse sentido, para bem informar a população, porque, pelo que se coloca aqui, é como se o governo não estivesse fazendo nada, não estivesse nem recebendo os negociadores representando os professores do estado de Santa Catarina.

Quero dizer que foi apresentada uma proposta, um estudo com os gerentes das regionais da educação, com os diretores do governo do estado, exatamente para procurar apresentar uma proposta mais próxima possível da necessidade dos pedidos dos professores do estado de Santa Catarina.

O governo do estado está aberto, está em negociação, vai continuar com as portas abertas e com o diálogo aberto aos professores do estado de Santa Catarina.

E que os professores voltem para as aulas o mais rápido possível. Nós tivemos aqui os estudantes pedindo a volta dos professores às aulas, que é realmente um prejuízo, pois os mais prejudicados são os alunos. Mas nós compreendemos a situação dos professores, entendemos que os salários precisam ser melhorados, mas na medida do possível.

Não pode fazer crítica quem tem o poder em outro lugar e não concede aumentos aos seus servidores da área da Educação ou de outras áreas.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Afrânio Bopp, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, quero insistir no tema da sessão de ontem, do governador Luiz Henrique da Silveira.

Eu queria dizer ao deputado Ronaldo Benedet que a Presidência da Assembléia Legislativa, até ontem conduzida pelo deputado Herneus de Nadal, do PMDB, fez bem em convidar o governador para compor a mesa, fez bem em oferecer ao governador o uso da palavra. Como comportamento do Poder Legislativo, foi algo irreparável. A crítica aqui não vai ao Poder Legislativo! A crítica reside no seguinte fato: o governador Luiz Henrique da Silveira se convenceu, convenceu o seu partido e assumiu a atitude de se afastar do governo, neste momento licenciado, e ainda há que resolver o que vai fazer. Com que argumento? De que era justo que ele, ao concorrer às eleições, buscasse estar em igualdade de condições com os demais concorrentes, parceiros seus.

Então, ele queria colocar-se na condição de cidadão comum que não poderia estar no exercício do cargo. Ele queria concorrer à reeleição de Santa Catarina em 2006, mas não queria estar no exercício do cargo. Ele queria equiparar-se a qualquer outro adversário que quisesse concorrer.

Tudo bem! Ele não queria ser comum?! Porque quando a Assembléia Legislativa oferece a palavra, dentre tantas pessoas aqui comuns, exatamente ao Luiz Henrique da Silveira, o comum, ele faz uso da palavra, mas ele deveria ter dito: "Sr. presidente, muito obrigado, mas eu rejeito! Eu rejeito o uso da palavra porque quero ser conseqüente à minha decisão. Quero colocar em prática a minha decisão". Porque querer aplausos pelo gesto, mas não praticar aquilo que o gesto exige que seja praticado, é achar que a sociedade catarinense não tem senso crítico!

Então, deputado Manoel Mota, isso é inadmissível! Vocês, do PMDB, têm de se reunir e resolver como lidar com essa situação, porque é desconfortável para o governador; é desconfortável para vocês, do PMDB; é desconfortável para o dr. Carminati, que estava ontem aqui; é desconfortável para a Oposição; é desconfortável para Santa Catarina. Foi bolada uma idéia com a qual não sabem como lidar, é uma batata quente, porque um está jogando para o outro! Vocês têm que saber resolver essa situação!

Se a decisão era para não usufruir do prestígio e da máquina pública, que se vá às últimas conseqüências! Ou se diz: "Essa aí dá para tirar uma casquinha, dá para ir lá na Assembléia e fazer um discurso". Ah, daí não! Não tem como, deputado! Tem que ir às últimas conseqüências.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Afrânio Bopp, parabéns pela linha de raciocínio de v.exa. Essa é a reflexão que tem de ser feita. E aí o deputado Ronaldo Benedet, que intercedeu v.exa., vem falar aqui em respeito. Nós, os 40 deputados, os 40 homenageados, e as centenas de pessoas que estavam aqui, ontem, e os milhares que assistiam pela TVAL foram respeitados, deputado Afrânio Bopp? Houve respeito ao Parlamento catarinense, na noite de ontem, do governador licenciado?

Primeiro, ir para a mesa; segundo, fazer comício numa sessão solene na que ele não tinha nada a ver com o negócio! Se ele tivesse ética, se ele desse conseqüência, como bem disse v.exa., ao seu ato, ele teria praticado um grande gesto. Ele perdeu uma grande oportunidade de dizer não, que ele só queria prestigiar esta Casa, que tinha vindo aqui como ex-governador, que não iria fazer uso da palavra porque já tinha dito que se afastaria do cargo para não se beneficiar das benesses. Engana o governador; ele tenta enganar quando diz que não se quer utilizar da palavra. Ele só tirou licença, deputado Afrânio Bopp, para fugir da greve dos professores; para fugir do atraso no pagamento dos convênios; para fugir do atraso no pagamento da gasolina das viaturas da Polícia Militar e das centenas e milhares de compromissos que assumiu e não tem como pagar.

Parabéns, deputado, pela sua manifestação.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Obrigado, deputado Joares Ponticelli. Mas vejamos o seguinte: a presença, eu não sei como qualificar, se é do governador licenciado, se é do governador Luiz Henrique da Silveira, se é do candidato. Eu não sei como qualificar porque essa figura, a personalidade, precisa ser definida. E o PMDB não está conseguindo definir essa personalidade, nesse período pré-eleitoral. Mas esse ser, ontem, ao fazer uso da palavra, não poderia falar do governo, que estava fazendo isso, que fez aquilo e tal. Tentou aqui, num tom professoral, falar de filosofia e, tangencialmente, citou uma frase de um filósofo grego, outra frase ali, algo assim desconectado.

Então, é necessário fazer a crítica; politicamente, é necessário fazer a crítica. Por isso eu queria deixar aqui registrado também a minha opinião.

Mas também no dia de hoje, para mim, foi inusitado ver o deputado Nelson Goetten, do PFL, fazer uma crítica feroz à política econômica do governo federal, num ataque frontal dizendo que as conseqüências maiores estão beneficiando o sistema financeiro e coisa e tal.

No entanto, fico bastante preocupado com o PFL pelo fato de ele fazer essa crítica ao lucro dos bancos, ao capital financeiro e à política econômica do governo Lula. E eu não vejo, dentro do plenário da Assembléia Legislativa, ninguém ir ao microfone de aparte fazer a defesa da política econômica do governo Lula. Por que será? Ou não há defensores, ou a política econômica do governo Lula é indefensável pelo seu próprio partido, ou estamos vivendo o período da despolitização da política, onde alguém pode falar, ninguém se importa, não se faz mais o contraponto, a crítica, a contracritica, a tese, a síntese e o debate pode sair, como se não fosse com ninguém. Saio assobiando, pois não é comigo.

Não! Nós temos que dizer que o PFL não tem moral para fazer a crítica à atual política econômica! Por quê? Porque é a política econômica dos sonhos do PFL! É a continuidade! E dizer que, infelizmente, o PT não pode fazer a crítica porque aderiu positivamente às idéias do PFL. Por isso é o silêncio que prevalece na Assembléia Legislativa, e a despolitização!

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas - mesmo elas não estando no plenário, não podemos omiti-las -, gostaria, aqui, de fazer algumas considerações.

Eu sei que é uma pessoa inteligente, uma pessoa capaz, uma pessoa competente o governador Luiz Henrique da Silveira, mas eu não sabia que ele era tão forte politicamente. Essa Oposição tem uma vontade de ver a derrota de Luiz Henrique, mas podem ter certeza que quanto mais ele falar, mais benefício vai dar à sua candidatura. Ele é um homem culto, um homem honrado. Ele apareceu, ontem, é verdadeiro, a esta Casa, pois foi convidado para vir, foi convidado para falar, então, como é que ele ia dizer que eu não poderia falar?

Estão querendo inventar as coisas. Eu gostaria de dizer o seguinte: entendo que a Oposição tem que se organizar melhor, tem que tentar buscar os seus votos, porque o momento que estamos vivendo não é o momento da crítica. Porque se a crítica valesse, o governo Lula estaria destruído, não estaria mais no poder; mas ele continua, com todas as críticas, num patamar elevadíssimo!

Então, quem está criticando não está construindo. Pelo contrário, está destruindo a si próprio. Temos que apresentar, evidentemente, propostas, alternativas. Entendo que a Oposição está no seu papel de criticar, de fazer, de bater, de impedir, mas entendo que a Oposição também foi eleita para construir e deve apresentar alguns planos importantes de como construir Santa Catarina; como melhorar a qualidade de vida do nosso povo; como gerar emprego; como gerar renda; como gerar desenvolvimento; como melhorar a vida salarial do servidor público.

Muitos daqueles que aqui criticam já estiveram no governo e foram omissos, não fizeram, sequer recebiam para dialogar e discutir. E agora estão na oposição com discursos arrojados. Até parece que ainda estão vivendo momentos de vitória, tempos passados. Hoje é uma coisa nova.

Por isso a sociedade entendeu que deveria eleger um novo governo com uma nova proposta, que preparou, é evidente, um plano e está executando-o religiosamente. É um novo modelo administrativo, é um modelo diferente, participativo; é um modelo em que o povo participa efetivamente das ações. Por isso as Oposições vão à loucura, vão ao desespero, mas têm que estar preparadas para apresentar algum projeto de como ajudar a construir para poder ter êxito. Evidentemente que não vão apresentar e não vão ter êxito algum, porque pararam no tempo e ficaram neste Parlamento apenas criticando sem nada construir. Até parece que não tem nenhum projeto que possa ajudar a construir Santa Catarina.

Mas hoje não poderia deixar de falar numa situação. Houve um movimento no meio-oeste de Santa Catarina, outro movimento em Araranguá, no extremo sul catarinense, dos nossos agricultores, da nossa área produtiva, daqueles que trabalham, às vezes, dia e noite para produzir a riqueza deste país, daqueles que vêm sofrendo, que foram incentivados, motivados para plantar mais, que investiram em tecnologia, que compraram equipamentos e deram uma resposta ao governo altamente positiva na sua produção.

E olhem o que aconteceu, olhem o que estamos vendo pela frente: produziram, mas o país importa mais de um milhão de toneladas de arroz do Uruguai e da Argentina, destruindo a nossa área produtiva. Hoje, a saca de arroz, que tem um custo de produção em torno de R\$ 19,00, R\$ 20,00, está sendo vendida a apenas R\$ 15,00, R\$ 16,00! Então, se custou R\$ 20,00 para plantar e vende por R\$ 15,00 ou R\$ 16,00, estamos colocando esse produtor no buraco negro, estamos desmotivando-o, estamos fazendo com que ele abandone o campo para vir para a cidade. E essa mão-de-obra não qualificada é evidente que não vai encontrar emprego. E o que vai acontecer? Vai ocorrer o inchaço das grandes cidades e vai aumentar o cinturão de pobreza ao seu redor.

Por essa razão temos que investir e procurar motivar o homem do campo. E o governo federal pode, sim, comprar 30% da safra de arroz. O arroz é seco, tem um secador que o prepara e pode ficar um, dois, três, quatro, cinco anos estocado. E aí o governo fica com um estoque regulador, motiva a área produtiva e faz com que o agricultor continue no campo. Caso contrário, o esvaziamento da área rural vai ser terrível.

Mas não é só a rizicultura que vive uma crise violenta, um desânimo total. Vamos passar para a questão da mandioca. Na minha região planta-se 50% da mandioca produzida no estado. No ano passado a tonelada custava R\$ 200,00; este ano a tonelada está custando R\$60,00. Então, não vale a pena plantar, porque a colheita custa mais que o valor da venda da produção. Então, esse setor não tem como sobreviver.

No que se refere à carne bovina, nós estamos vivendo o pior momento, pois a febre aftosa está complicando toda a nossa área e os nossos produtores estão sem saber qual a solução, já que não tem como vender os seus animais para pagar suas contas. Com a suinocultura é a mesma coisa.

Com relação à gripe do frango, um palestrante informou que no mundo morreram 110 pessoas vítimas da gripe aviária. Ora, 110 pessoas morrem num mês aqui na BR-101! Criaram um clima terrível sobre essa gripe e o nosso país está sendo penalizado. O quilo do frango custava 2,50; hoje, está custando R\$ 1,50 e o setor está também praticamente rebotado.

O preço do dólar está penalizando demais os nossos exportadores. Os plantadores de soja estão vivendo a pior crise da agricultura na história deste país. Acho que o governo federal não pode ficar omissos, o governo federal não pode deixar passar despercebido e apenas dizer que a cesta básica ficou mais barata. Nós não podemos simplesmente dizer que a cesta básica ficou mais barata, porque quem está bancando é a área produtiva. Se continuar assim, eu não sei o que vai acontecer.

Hoje, está uma confusão nos bancos de toda a região. No banco do governo houve uma invasão para saber como vão pagar as dívidas. Dívidas essas que o próprio governo incentivou os agricultores a fazer para comprar máquinas. Agora não adianta apenas transferir o vencimento das dívidas em dois, três, quatro ou cinco meses. É preciso criar alternativas, quer dizer, planejar um novo momento, uma nova situação, para que a área produtiva do país não seja penalizada.

Nós precisamos daqueles que produzem a riqueza do nosso país, que são os agricultores, mas hoje essa categoria está num abandono total. Espero que este Parlamento esteja presente em todos os momentos, para que nós possamos ter uma resposta afirmativa...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado João Henrique Blasi, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente e srs. deputados, quero, também de igual modo, ocupar-me, num primeiro momento, da abordagem aqui feita pelos deputados Joares Ponticelli e Afrânio Boppré acerca da presença, ontem, na sessão solene desta Casa que conferiu honrarias a mais de 40 pessoas, todas elas merecedoras, do governador licenciado Luiz Henrique da Silveira.

O próprio deputado Afrânio Boppré, num aparte que fez, acabou roubando o meu argumento primeiro, que seria o de dizer que, se a hipótese tivesse sido a da renúncia ao invés da licença, de igual modo, pelo protocolo e pelo cerimonial, como ia ocorrer com os demais ex-governadores, cuja presença é sempre prazerosa - aqui é importante mencionar a sempre constante presença do ex-governador Ivo Silveira - também o governador estaria sentado à mesa dos trabalhos.

De sorte que há que ser entendido como um gesto de prestígio da Assembléia Legislativa e não, como aqui foi manifestado, de forma absolutamente incorreta, no meu entender, um outro entendimento a respeito de um fato tão singelo, mas que por falta de questões maiores a serem criticadas acabam sendo alvo do libelo por parte dos deputados de oposição.

Também penso ser importante reafirmar aqui que é, antes e acima de tudo, desairosa, desrespeitosa, a manifestação que se tem feito ao aludir a governador de plantão. Ora, governantes de plantão nós tínhamos no tempo da ditadura, contra a qual sempre se bateu o MDB, o PMDB, o meu partido, que é o partido do governador Luiz Henrique da Silveira.

Portanto, quem menciona governador de plantão é exatamente aquele que está hoje filiado aos partidos que sustentaram os governantes de plantão contra o regime democrático, não sendo, portanto, aceitável que se irroque ao governador, eleito democraticamente, a condição de governador de plantão, porque há um vice-governador no pleno exercício da governança e um governador licenciado para cumprir o seu compromisso e disputar, isonomizado à situação dos demais postulantes, o cargo de governador de estado.

Por outro lado, o deputado Francisco de Assis falou a respeito de ginásios de esportes ainda inconclusos, segundo ele cinquenta e tantos, número de que não

disponho, mais que me comprometo a verificar e trazer aqui a informação oficial. O número que tenho e de que disponho é que na atual gestão de governo 450 ginásios de esportes já foram entregues à comunidade por todo o estado de Santa Catarina. Repito, 450 ginásios de esportes já foram entregues e inaugurados por toda Santa Catarina. Também tenho conhecimento de que alguns permanecem inconclusos por questões burocráticas, de natureza operacional, como, por exemplo, um problema na licitação ou a falta de condição financeira da empresa vencedora do certame licitatório para levar a construção até o seu cabo, mas não aquilo que afirmou o deputado Paulo Eccel de que isso se deva à falta de pagamento por parte do governo do estado.

Aliás, naquele processo que acabou se tornando rumoroso, em que deputados da Oposição aforaram uma ação popular contra o governador e o governo do estado, dizendo que havia uma propaganda enganosa e mentirosa, do qual houve uma primeira decisão, que foi recentemente cassada pelo Tribunal de Justiça, na contestação do estado é explicitada a fidedignidade da propaganda estatal. Tanto assim é verdade que a decisão primeira acabou, como disse há pouco, de ser cassada por uma decisão unânime de uma das Câmaras de direito público do nosso Tribunal de Justiça.

Portanto, custa-me crer - não vou fazer aqui a argumentação, porque seria leviano fazê-lo sem ter o conhecimento pleno dos fatos, mais voltarei nos próximos dias a abordar este assunto - que assista a razão ao deputado Francisco de Assis, quando diz que estão aí mais de 50 ginásios de esportes parados em suas obras. Não me parece ser verdadeiro, por isso voltarei a esse assunto oportunamente.

Mas se nesse aspecto não posso contestar, com veemência, o deputado Francisco de Assis, posso fazê-lo para dizer que me causa estupefação esse deputado vir aqui, com toda a veemência, cobrar uma posição do governo do estado quanto à situação salarial do professor de Santa Catarina e não ter a mesma contundência para fazê-lo em relação aos professores, por exemplo, da Universidade Federal, que percebem um salário de fome.

Para que se tenha uma idéia, um professor da Universidade Federal de Santa Catarina, com um regime de 20 horas, sem mestrado, recebe hoje, a título de remuneração, R\$ 800,00; estou falando em remuneração, não em vencimentos. E se teve mais quatro ou cinco anos para concluir o seu mestrado, esse espantoso salário passa de R\$ 800,00 para R\$ 1.200,00.

Não quero aqui dizer, e jamais o disse, que os professores da rede pública de Santa Catarina têm um salário ideal, está longe disso! Mas também não se pode tapar o sol com a peneira e não reconhecer os avanços que foram incorporados, as vantagens que foram concedidas, de tal sorte que um professor da rede pública estadual, hoje, não ganha menos do que R\$ 900,00. Portanto, mais do que um professor com 20 horas, sem mestrado, na Universidade Federal de Santa Catarina. E se é para fechar a ponte, como diz o deputado Francisco de Assis, para fechar as BRs, que também o faça em relação à Universidade Federal.

Mas o governo do estado está atento a essa questão e eu, particularmente, na condição de líder do governo, tenho, diariamente, conversado com o secretário de Articulação, dr. Ivo Carminati, que me tem posicionado e anotado, dia a dia, as evoluções possíveis com relação às reivindicações.

No campo social é possível praticamente atender-se a todas as constelações. No campo financeiro a limitação impede que se atenda a maioria delas, mas algumas já foram respondidas positivamente, no limite da capacidade do erário público estadual.

Eu tenho certeza de que, quem sabe nas próximas horas, se não nos próximos dias, teremos uma solução definitiva para este problema que a tantas pessoas angustia, como nós pudemos ver hoje, aqui desta tribuna, num posicionamento inusitado da União Catarinense de Estudantes Secundaristas, que vieram reconhecer, sim, a necessidade de um melhor atendimento aos professores da rede pública, mas pugnar pela imediata retomada das aulas, porque este é o caminho que o bom senso aponta na situação atual.

Por último, sr. presidente, gostaria de registrar o prazer que tive de, na noite de ontem, participar de um evento comemorativo aos 70 anos do advogado e ex-desembargador, Norberto Ulysséia Ungaretti, uma figura muito conhecida nesta capital, conhecida nos meios jurídicos catarinenses. Foi professor, por longa data, na Universidade Federal de Santa Catarina, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Florianópolis em duas oportunidades, é membro da Academia Catarinense de Letras, é membro do Instituto Histórico e Geográfico, mas é, antes e acima de tudo, um homem de bem, respeitado pela sua comunidade, inteligente, um conselheiro a quem se pode e deve-se recorrer.

Por isso fiquei extremamente gratificado em poder ter participado da comemoração dos seus 70 anos, oportunidade em que recebeu o reconhecimento da sociedade florianopolitana e catarinense, através de placas alusivas entregues pela edilidade de nossa cidade, pela Associação dos Magistrados de Santa Catarina e pela Associação Catarinense de Imprensa.

Então quero, nesta oportunidade, tornar público o meu apreço e deixar assentada a minha consideração, o meu reconhecimento por esta figura ímpar de homem público, que deve ser exemplo em Santa Catarina, que é o advogado, ex-desembargador e professor Norberto Ulysséia Ungaretti.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado José Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, distinto público que nos assiste pela TVAL, venho a esta tribuna, em primeiro lugar, para falar sobre o grande acontecimento que tivemos na sessão solene de ontem nesta Casa, quando um conjunto de pessoas e entidades da maior respeitabilidade foram condecoradas com as medalhas Antonieta de Barros, Cruz e Souza e Lions Clube, em conjunto com a Assembléia Legislativa. E eu tive a oportunidade de fazer a entrega do Prêmio Embraco Ecologia, que é um programa, um evento da empresa Embraco, do norte do estado de Santa Catarina, em favor das questões ambientais.

Quero dizer, sr. presidente, que me orgulho de ter feito essa homenagem a um prêmio que hoje é reconhecido não só nacionalmente, mas já chega a ser conhecido internacionalmente. Muitas são as entidades que já se incorporam a esse programa da empresa Embraco, em Joinville.

Trata-se de um programa que vai direto às escolas do município. Os professores, os pais, os alunos, a comunidade em volta das escolas são incentivados à prática de ações em favor do meio ambiente. E aquela escola que mais se destacar será premiada, então, com o Prêmio Embraco Ecologia. O prêmio já tem mais de 10 anos de existência e está cada vez mais tomando conta da cidade, no sentido de promover a educação ambiental.

Eu mesmo tive a oportunidade de assistir, por várias ocasiões, à transformação que acontece. Todas as comunidades que passam por esse processo de adesão ao concurso e aquelas que recebem o prêmio representam, verdadeiramente, um modelo para as demais comunidades. Lá se descobre que, verdadeiramente, o desenvolvimento sustentável é o caminho, sim, porque muitas pessoas ainda não entenderam o que é o verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Nós, que vemos como o Prêmio Embraco de Ecologia atinge essas comunidades, estamos sentindo a descoberta de que é preciso, realmente, ter práticas em favor do meio ambiente, mas não só em favor do meio ambiente, como também nas questões sociais e econômicas, para que as comunidades possam desenvolver-se sustentadas nestes três pilares: o social, o econômico e o ambiental. Quando a comunidade entende e faz isso, passa a ter uma vida mais digna, a perspectiva de um futuro melhor e duradouro.

Em muitos locais, por exemplo, da cidade de Joinville, temos visto ocorrer enchentes, desmatamentos, enfim, problemas que acabam acarretando à comunidade danos maiores no futuro. Isso por falta de uma previsão, de um planejamento no passado, mas, também, por conta das práticas que não são condizentes com o desenvolvimento sustentável.

O Prêmio Embraco de Ecologia tem despertado nessas comunidades e em muitos locais da nossa cidade a vontade de reverter os danos em favor do meio ambiente, de construir, verdadeiramente, um futuro melhor.

Portanto, tive a satisfação, a honra de entregar à representante da grande empresa mundial Embraco, que nasceu em nossa cidade, em nosso estado de Santa Catarina e, hoje, é a maior empresa do mundo na produção de compressores herméticos para refrigeração, a Medalha de Mérito Lions Clube/Assembléia Legislativa, porque, de fato, conheço profundamente, admiro e estamos necessitando de exemplos como o da Embraco, para que o empresariado também possa trabalhar em favor do meio ambiente.

Mas o que me traz, também, a esta tribuna, sr. presidente, é a mesma questão que há pouco trouxe o deputado Manoel Mota e tantos outros. Não posso, mesmo sendo de um município industrial, mas de uma região que tem uma grande produção agrícola, calar-me diante de tantos protestos e reclamos da classe agrícola.

O Diário do Planalto traz, hoje, que a manifestação do Sindicato dos Produtores Rurais de Canoinhas, comandados pelo seu presidente Edmilson Verka, e dos produtores da região de Mafra, comandados pelo presidente do sindicato Camilo Machado, deverão fazer história naquela região, porque jamais se esteve diante de uma situação tão caótica e tão grave na agricultura.

O jornal ainda traz as seguintes manchetes:

(Passa a ler) "O Último Grito do Campo"; "Os agricultores anunciam novos protestos"; "A crise no campo chega às cidades de Santa Catarina"; "Podem vir pegar as máquinas e a terra, é o que dizem os agricultores." "Santa Catarina perde 228 milhões de dólares"; "Dólar em baixa, acentua perdas." "O preço da saca da soja despencou 52% em dois anos"; "Agricultores vêem futuro negro pela frente."[sic]

São essas algumas das manchetes dos jornais que espelham uma realidade triste que nós estamos vivendo, hoje, não só no estado de Santa Catarina, mas em todo o país, agravada pela desesperança que toma conta do agricultor em Santa Catarina.

E vejam bem, sras. deputadas, srs. deputados, temos uma situação agravada, como eu disse, porque durante as eleições passadas para presidente da República, o estado de Santa Catarina emprestou mais de 70% dos votos ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, graças às promessas que ele fez na sua campanha eleitoral, promessas vazias, como se constata agora, posto que a agricultura não tem recebido a devida atenção, apesar de ser uma das maiores vocações do nosso país.

Tenho dito e repetido desta tribuna que a agricultura e o turismo são as vocações naturais de Santa Catarina e do Brasil, e de fato pouco se tem feito para sustentar o grande contingente de famílias que vivem do campo. E todos nós vivemos, direta ou indiretamente, do produto agrícola.

O nosso país terá um futuro melhor se de fato derem mais atenção a essas vocações. Mas o que se vê, lamentavelmente, é o caos! Lamentavelmente, o que se vê é o desespero, a desesperança tomar conta dos agricultores em todo esse punhado de notícias que recolhi no dia de hoje.

Não poderia calar-me, e lanço, daqui desta tribuna, o meu protesto. Lanço, desta tribuna, o meu pedido para que esta Assembléia, sr. presidente, envie uma moção ao presidente da República e ao ministro da Agricultura. Embora reconheça que talvez não tenha o efeito que queiramos, embora reconheça que, devido ao caos que se instalou no país, o que é preciso é uma profunda mudança, porque esses que estão lá são incapazes, mas, pelo menos, deveríamos enviar uma moção para marcar a posição desta Casa em favor dos agricultores, em favor daqueles que estão sofrendo hoje, no estado de Santa Catarina.

Como sou representante do planalto norte do estado, quero dizer que lá estarei, juntamente com os meus companheiros, para dar força, dar alento a todos aqueles que estão passando, talvez, pelo pior momento da sua história. Estamos ao lado dos agricultores e vamos procurar por todos os meios e com todas as nossas forças, através do governo do estado e desta Casa, fazer com que sejam diminuídos os prejuízos que estão acontecendo no setor agrícola, setor que é fundamental para a existência de todos nós e para a economia do nosso estado e do nosso país.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham aqui ou pela TVAL, gostaria de fazer algumas referências, quero aqui não personalizar, mas fazer uma discussão como partido político.

Nós tivemos hoje a afirmação, por parte dos integrantes do PFL, de que temos que fazer um pacto entre os candidatos a deputado federal de não votar nenhum aumento de carga tributária neste país.

Eu concordo plenamente com isso, mas o PFL não pode mesmo votar mais aumento de carga tributária porque no governo que eles sustentaram e do qual tinham o vice-presidente, a carga tributária passou de 26% para quase 36% do PIB; eles não podem mesmo querer aumentar mais tributos na nossa nação e não podem também vir discutir com propriedade a questão da agricultura.

Sou agricultor, meu pai também. O deputado Joares Ponticelli, que se criou na minha região, é testemunha disso e sabe que meu pai é até hoje produtor rural, assim como o pai dele também lá no município de Pouso Redondo.

Essa situação de crise da agricultura, deputado Joares Ponticelli, nós já vivemos em outras oportunidades. Pessoas virem falar, aqui na tribuna, que o governo tem que dar um jeito no câmbio?! São pessoas, provavelmente, sem informação e sem estudo, deputado Joares Ponticelli, para falar isso. O que dizer da política de câmbio flutuante criada neste país em relação a contratos até de lesa pátria, feitos no governo passado, que têm que ser honrados, infelizmente, e que criaram o câmbio que flutua de acordo com o desempenho da economia?

Não é só o dólar que está baixando! O euro também está desvalorizando. E por que isso? Porque o Brasil está crescendo, desenvolvendo-se e a moeda nacional está-se valorizando frente a todas as moedas do mundo. Isso é só observar, qualquer um que analise as páginas econômicas observa esse crescimento.

Temos problemas na agricultura? Temos, deputado Joares Ponticelli, sinto isso na pele e v.exa. deve sentir também na sua família. Temos problemas com um mercado livre, criado no governo passado, num acordo com o Mercosul, no qual o governo é impedido de impor barreiras e apenas acordos entre privados podem ser feitos, como aconteceu na questão do vinho, recentemente, com o Chile, e na questão da linha branca, há algum tempo, entre empresários brasileiros e da Argentina, no qual o governo pôde, no máximo, observar, intermediar, mas o acordo do Mercosul tem que ser entre os entes privados.

Então, eu acho que é importante a população entender que muita coisa foi feita nesses três anos e muito ainda precisa ser feito, deputado Joares Ponticelli.

Eu acompanho o problema dos agricultores há muito tempo e nesta luta, agora, recentemente, já fizemos seminários e formamos comissões. Estamos resolvendo algumas questões que, tenho certeza, são paliativas, mas questões de fundo estão sendo discutidas e encaminhadas por verdadeiras lideranças dos agricultores, por dirigentes sindicais, deputado Joares Ponticelli, por representantes da sua região de ricultores, do pessoal de milho do oeste, da nossa região do Alto Vale e do norte, que estão empenhados com propostas e discutindo nos ministérios.

Avançamos paliativamente com a prorrogação das dívidas de investimento que vencem neste ano, todas elas. O agricultor não vai pagar, vai para o final do contrato. Resolve o problema? É lógico que não, apenas transfere o problema! Mas, pelo menos, alivia. Estamos brigando também para prorrogar o custeio deste ano. E há um pedido, liderado pelo movimento Grito da Terra, da Fetraf e da Fetaesc e outras lideranças, para que se faça uma securitização de 20 anos, com perdão de uma parte dos juros e multas, o que, acredito, vai amenizar.

Mas uma coisa nós temos também que deixar claro: existe, por exemplo, o preço mínimo, deputado Joares Ponticelli, do arroz, que é R\$ 22,00 e as indústrias estão pagando R\$ 14,00 ou R\$ 15,00. E o governo, a legislação, diz que só pode comprar arroz seco e classificado. Qual é o agricultor que tem, hoje, arroz seco e classificado? V.Exa. conhece a nossa região, o agricultor colhe e entrega, porque ele não tem armazém, não tem secador e, conseqüentemente, não tem arroz seco e classificado.

Na cidade de Mirim Doce há duas associações de agricultores que possuem secador e armazém e por isso vão vender o arroz a R\$ 22,00 ou a R\$ 19,80, conforme a classificação. Mas é bem diferente de R\$ 14,00 ou R\$ 15,00, que é o valor de mercado.

Então, a agricultura também precisa organizar-se e preparar-se para competir, porque o dono do arroz, hoje, produzido e entregue não é o agricultor, já que ele vai ter que receber o preço que a indústria oferecer porque ele não tem onde guardá-lo. Vai deixar na roça?

Acredito que essas são questões que têm que ser trabalhadas porque o financiamento do governo federal existe para isso. Vejam que 3,5% ao ano é um juro baixíssimo, tendo dez anos para pagar, ainda com três anos de carência.

Então é possível, através de associações, fazer a construção de armazéns para poder competir, porque quando o preço está bom, o agricultor vende fora da safra para ganhar mais do que aquele que entregou na safra. E quando está ruim, o governo garante o preço mínimo.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Dionei Walter da Silva, eu quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento, pela serenidade e pela responsabilidade do mesmo e dizer que o país carece de uma política nacional agrícola de apoio, de fomento, de incentivo e não é de agora, não, mas de há muito! Temos que avançar nessa direção e ainda há muito a ser feito, é verdade.

Não consigo compreender por que nesta Casa, às vezes, remetem-se as questões tão ostensivamente ao governo federal. A impressão que se tem é de que o governo de Santa Catarina não tem responsabilidade nenhuma, mas a omissão do governo de Santa Catarina com a agricultura, deputado José Carlos Vieira, é algo inédito na história do nosso estado! Há algumas pessoas que ou não conseguem ou não querem enxergar isso.

Amanhã teremos a oportunidade, deputado Dionei Walter da Silva, de votar um projeto de lei de minha autoria, que já teve aprovação em todas as comissões, por unanimidade, que pretende proibir a entrada do arroz importado em Santa Catarina, como já ocorre no Rio Grande do Sul.

Mas esse acordo do Mercosul remonta há quantos anos?! Por conta desse acordo o Brasil importa mais de um milhão de toneladas de arroz por ano.

Nós vamos votar amanhã uma lei, e eu espero que ninguém entre com uma Adin, porque ela pode ser questionada até no futuro, em que pese no Rio Grande do Sul já terem feito um acordo para não haver questionamento. Mas eu pergunto, deputado José Carlos Vieira e deputado Dionei Walter da Silva: e a participação do governo do estado?

São 12 mil famílias de agricultores catarinenses, deputado José Carlos Vieira, que eram beneficiadas pelo Programa de Reflorestamento e Renda Mínima, que estão num processo de exclusão, deputado Dionei Walter da Silva, saindo da roça, vindo para a cidade e trazendo mais problemas sociais. Essas 12 mil famílias estão abandonadas pelo governo do estado. Abandonaram o programa há três anos e meio e só eu e o deputado Dionei Walter da Silva, mais três ou quatro enxergamos isso!

Temos que falar mais, pois o governo de Santa Catarina está omissos! O Banco da Terra está abandonado, o Programa de Reflorestamento está abandonado, a distribuição de calcário diminuiu! Há falta de incentivo para o bananicultor, por exemplo, deputado Dionei Walter da Silva, agregar valor! Onde está a participação do governo do estado nesses projetos de agregação de renda?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Aliás, na bananicultura, a imprensa tem registrado e eu estava presente na reunião, quando foram anunciados R\$ 2 milhões do Fundo Social, a fundo perdido, para as associações. E até hoje...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - E outra, deputado Dionei Walter da Silva: cinco meses de embargo russo à carne suína catarinense! O governo do Rio Grande do Sul, que é do mesmo partido do nosso governador, conseguiu liberar há mais de um mês. E o nosso?!

Deputado José Carlos Vieira, vai haver uma missão no Congresso Nacional agora e vamos trazer notícias para v. exa. da última missão do governador para Moscou, das quais esta Casa vai-se surpreender. Deputado, a agenda não era para resolver o problema do embargo da carne suína. E quanto isso causa de prejuízo todo dia? Onde está o governo para resolver a questão do embargo da carne suína? Não estou vendo ação! Não estou vendo motivação!

Acho que tem que ser discutida e cobrada, sim, do governo federal, deste e do que virá, uma política agrícola séria. O Brasil não tem isso, mas também não se pode esquecer e fazer de conta que o governo do estado não está omissos, porque a omissão é total!

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Era isso o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, comunica que, de acordo com os arts. 108 e 211 do Regimento Interno, está sendo distribuída aos srs. deputados a cópia da pauta contendo as proposições que deverão entrar na Ordem do Dia no prazo máximo de três sessões ordinárias:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0103/2006, procedência governamental; discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0002/2006, de autoria da comissão de Finanças e Tributação; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0057/2006, de autoria do deputado Joares Ponticelli; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0123/2006, de autoria do deputado Gelson Sorgato; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0172/2006, de autoria do deputado Gelson Merísio; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0506/2005, de autoria do deputado Rogério Mendonça, e discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0044/2006, de procedência governamental.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Antônio Carlos Vieira - Cesar Souza - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Gelson Merísio - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Ronaldo Benedet - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

## SUMÁRIO

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (pela ordem) - Opina pela suspensão da sessão e oitiva dos solicitantes conforme solicitação dos requerimentos.

## Breves Comunicações

**DEPUTADO PAULO ECCEL** - Refere-se ao movimento reivindicatório dos professores em greve; manifesta-se acerca da necessidade de se criar o cargo de bibliotecário nas escolas públicas catarinenses; comenta o não-cumprimento da lei da meia entrada.

## Partidos Políticos

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Parabeniza o CIEE pelo excelente trabalho realizado no estado; tece comentários sobre o projeto de lei que regulamenta a atividade das *lan house* e dos *ciber cafe*.

**DEPUTADO PAULO ECCEL** - Tece críticas à revista *Veja* e analisa a credibilidade da mídia junto à opinião pública brasileira.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** - Faz referência aos gastos excessivos da Santur com diárias; reporta-se aos elogios publicados no DO pelo ex-secretário da Segurança Ronaldo Benedet aos seus colaboradores.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Registra que no sul do estado nem delegado regional de polícia foi nomeado.

## Ordem do Dia

**DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PL n. 0057/2006, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que dispõe sobre a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz importado de outros países para consumo e comercialização em Santa Catarina e adota outras providências.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Encaminha a votação pela abstenção ao PL n. 0057/2006, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que dispõe sobre a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz importado de outros países para consumo e comercialização em Santa Catarina e adota outras providências.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PL n. 0057/2006, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que dispõe sobre a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz importado de outros países para consumo e comercialização em Santa Catarina e adota outras providências.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara Municipal de Pouso Redondo Rui Voltolini.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao PL n. 0057/2006, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que dispõe sobre a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz importado de outros países para consumo e comercialização em Santa Catarina e adota outras providências.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Apela ao governo do estado proceda na questão do arroz do mesmo modo que o governo do Rio Grande do Sul.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (pela ordem) - Informa que o prédio onde funcionou o Instituto Médico Legal, no Estreito, próximo ao Estádio Orlando Scarpelli, foi cedido a uma ONG comandada pelo padre Wilson Groh, para instalar uma cooperativa de trabalhos.

## Explicação Pessoal

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Discorre sobre o PL 0057/2006, de sua autoria, que dispõe sobre a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz importado de outros países para consumo e comercialização em Santa Catarina e adota outras providências.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Crítica a importação de arroz, alho e outros produtos sem qualquer barreira e as dificuldades impostas na exportação de produtos brasileiros.

**DEPUTADO WILSON VIEIRA** - Aborda projeto de lei que cria o Pró-Carga; discorre sobre relatório elaborado pela comissão de Segurança e cobra do governo do estado a implantação do Plano 15 no item segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra, com satisfação, a presença do grupo de senhoras que representa a Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, do município de Pomerode, que visita a Assembléia sob a organização do deputado Gilmar Knaesel.

Sejam todas bem-vindas a esta Casa!

Também registramos a presença de numerosa delegação de lideranças do município de Içara, que praticamente lotou as galerias deste Poder.

Sejam todos bem-vindos!

Está sobre a mesa um requerimento trazido pelo deputado Afrânio Boppré, que contém a assinatura de todos os líderes partidários, no sentido de abrimos um espaço para a manifestação das lideranças que aqui se encontram.

Consultamos os srs. líderes, levando em conta que há também um outro requerimento, assinado por todos os srs. líderes, solicitando que seja aberto um espaço para que seja ouvido, na forma legal, o sr. Mércio Felsky, presidente do CIEE - Centro de Integração Empresa Escola de Santa Catarina.

Estamos de posse de um outro requerimento, que está em fase de coleta de assinaturas, no sentido da manifestação do Sinte, uma vez que ontem houve a abertura de espaço para a União Catarinense dos Estudantes Secundaristas.

Consultamos os srs. líderes para saber se devemos deferir esses requerimentos, uma vez que têm a assinatura de todos os líderes, neste momento ou em ocasião oportuna, durante a sessão de hoje. Haveria a necessidade da suspensão da sessão para as manifestações.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, são três requerimentos, cada um solicita o espaço de dez minutos e as pessoas estão aqui presentes. Eu sugiro que se comece já, pela ordem da entrada. Dá-se por suspensa a sessão, fala-se durante esses trinta minutos e recomeçamos depois, dentro do horário normal da sessão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ouviríamos primeiro os agricultores de Içara, que vão se manifestar, e posteriormente o dr. Mércio Felsky. Enquanto isso, o deputado Paulo Eccel faz o contato com o Sinte. Perguntamos se os líderes concordam.

(Os líderes acquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, vamos assim proceder. A Presidência suspende a presente sessão por até trinta minutos. Voltaremos no horário reservado aos Partidos Políticos.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Dentro de Breves Comunicações, com a palavra o sr. deputado Paulo Eccel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, srs. deputados, cidadãos catarinenses de Içara que nos visitam nesta tarde e senhores que nos acompanham de suas casas pela TVAL, os nossos cumprimentos e meu muito boa-tarde.

Inicialmente, sr. presidente, queremos parabenizar todos pela mobilização que está acontecendo desde hoje pela manhã. Quando chegamos cedinho, já percebemos, nas imediações da Assembléia Legislativa, uma parcela do grupo que está aqui, neste instante, organizando-se nos arredores deste Poder, esperando os outros companheiros que viriam da região exercer a cidadania.

É assim que as coisas acontecem. Muitas vezes uma grande parcela de ações de políticas públicas não vão à frente, não são colocadas em prática, justamente porque não existe pressão e organização da sociedade. Normalmente a população se sente acuada e, muitas vezes, com medo. Acha que se fizer uma reivindicação, se segurar uma faixa ou uma alguma bandeira de luta na mão, vai sofrer alguma retaliação, alguma perseguição, e isso inibe uma boa parcela das mobilizações.

Então, quero aqui externar os meus agradecimentos e parabenizar cada homem, cada mulher e cada criança que está aqui, nesta tarde, reivindicando e fazendo pressão por aquilo que acha justo. Essa é uma forma importante de também sensibilizar os 40 parlamentares para que a Assembléia Legislativa também volte a sua atenção a esse problema, a essa situação que vocês estão denunciando na tarde de hoje.

Logicamente que nós não podemos fechar os olhos diante de uma realidade como a que vocês estão apresentando. O número de pessoas que vêm aqui hoje mostra que a situação precisa de uma intervenção. E não vai faltar, com certeza, ação da nossa parte para, juntos, também encontrarmos uma alternativa para aliviar a ansiedade e o sofrimento que vocês nos estão transmitindo.

Parabéns a todos pela mobilização e pela organização!

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, quero também, rapidamente, falar sobre um segundo assunto. Na manhã de hoje, neste espaço do plenário, tivemos uma importante mobilização de professores, alunos universitários, universidades e bibliotecários de todo estado, que vieram aqui pressionar a Assembléia e o governo do estado a fim de que os espaços das nossas escolas, especialmente o espaço da biblioteca, possam ser não simplesmente uma sala onde se guardam muito mal os livros das nossas escolas. Precisamos ter bibliotecários nas bibliotecas de cada uma das escolas catarinenses, a começar, logicamente, pelas maiores escolas.

Nós sabemos que é um espaço de formação que não se pode relegar a um segundo plano. O professor exerce um trabalho fundamental na sala de aula, mas não é somente com a ação do professor que se forma o cidadão, que se forma um aluno nas nossas escolas. Precisamos também dos demais espaços, e as bibliotecas das escolas públicas de Santa Catarina passam, historicamente, por problemas. Quero deixar claro que não é um problema apenas do atual governo, é um problema histórico das escolas, pois não se investe na qualificação daquela pessoa que vai atender e orientar os alunos numa pesquisa, na busca de uma informação. Nós não temos o cargo de bibliotecário na estrutura pública de Santa Catarina.

Existe um projeto que está circulando entre as secretarias do governo há quase um ano, já saiu da Educação, agora está na secretaria da Articulação e está prestes a ser encaminhado para a Assembléia. E o que nós queremos é exatamente que esse projeto da criação dos cargos de bibliotecário chegue à Assembléia, para que nós, num esforço conjunto de todas as bancadas - eu não acredito que alguma bancada vá opor-se a isso -, criemos o cargo de bibliotecário, pois nós precisamos disso.

Certamente vários dos deputados aqui presentes já tiveram a oportunidade de perceber, com seus próprios olhos, como também os cidadãos e cidadãs que aqui se fazem presentes, isso na prática, ou seja, que nas bibliotecas das nossas escolas públicas não existe uma preocupação maior com aquele espaço escolar. Utilizam muitas vezes esses espaços os professores que estão readaptados, os professores que têm problemas de saúde para atuar em sala de aula.

Mas o professor não foi formado, não foi preparado para trabalhar na biblioteca. Quem tem que atuar na biblioteca é, sim, o bibliotecário. E é por isso que nós estamos aqui fazendo este pronunciamento. E nós realizamos uma audiência pública, hoje, pela manhã, sendo que a sociedade se mobilizará para pressionar o governo do estado a encaminhar, o mais breve possível, para cá esse projeto que cria os cargos efetivos de bibliotecário para as escolas públicas de Santa Catarina.

O terceiro assunto que eu quero tratar, sr. presidente, é o seguinte: nós temos no estado, já há alguns anos, uma legislação importante, uma legislação que provoca inclusão social de todos aqueles que têm menos de 18 anos e não estão estudando e de todos aqueles que podem ter até mais de 18 anos, desde que estejam estudando, que é a lei da meia entrada, deputado Vieirão, uma lei importante de inclusão social, uma lei que permite que essas pessoas que estão estudando, acima de 18 anos, ou que não estejam estudando, abaixo de 18 anos, possam participar de eventos culturais, esportivos, folclóricos, pagando só 50% do preço do ingresso na hora em que vão à bilheteria. Então, para partida de futebol, para espetáculo musical, para espetáculo cênico, teatral, enfim, para todos os espetáculos culturais e esportivos do nosso estado existe uma legislação que garante esse direito de pagar somente 50%.

No ano passado, percebendo que uma boa parcela dos produtores de eventos não estava dando a mínima atenção para essa lei, aprovamos uma outra que complementa a primeira, punindo os estabelecimentos que não cumprem a lei da meia entrada, obrigando esses estabelecimentos a fixarem na bilheteria a cópia da lei para que o próprio cidadão, sabendo desse direito, possa exigir o seu cumprimento na hora em que chega no cinema, no circo, no teatro, no *show* musical, nas festas que são promovidas pelas nossas prefeituras.

E hoje, pela manhã, sr. presidente, recebi uma ligação do município de Tubarão, através da qual nos foi informado que lá está acontecendo uma feira chamada Producul, feira é promovida também com a participação do poder público municipal. E nessa feira vão estar acontecendo eventos, *shows*, inclusive nacionais. Para nossa surpresa, deputado Onofre Santo Agostini, a informação que vem do município de Tubarão é que lá não vale a lei da meia entrada, lá não se aplica a lei da meia entrada.

Então, quero deixar aqui muito explícito à população do sul do estado, à população de Tubarão e da região que vai a essa feira, que vai à Produsul, que ao participar desses *shows* nacionais que estão sendo promovidos pelos organizadores exija, sim, o direito de pagar apenas a metade do preço, apenas 50% do preço da bilheteria, porque isso é lei, isso vale em Santa Catarina.

Nós temos que, como cidadãos, exigir o cumprimento dessas leis. De nada serve a nossa atuação parlamentar, de nada serve estarmos aqui votando, discutindo, de nada adianta tudo isso se àquilo que nós aprovamos não é dada vazão lá na ponta, se lá na ponta não se cumpre a lei que nós aprovamos. E a lei vai ser cumprida quando houver pressão. Os instrumentos de cobrança já existem, que são as multas. Agora, o que falta é a pressão da sociedade, que no instante em que for fazer a compra do ingresso deve exigir a validade da lei da meia entrada. E essa lei foi reconhecida, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal. Então, que cada catarinense exerça o seu direito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Liberal.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia; srs. integrantes da mesa; sras. deputadas; srs. deputados; amigos que nos honram com a sua presença; amigos telespectadores da TVAL e ouvintes da rádio Aleesc; imprensa falada, escrita e televisionada, que dá todas as condições para a população catarinense conhecer o trabalho de cada parlamentar.

Acabo de receber em minhas mãos um relatório do bellissimo trabalho desenvolvido pelo CIEE. É um trabalho que dignifica e honra o estado de Santa Catarina.

Quero parabenizar o superintendente do CIEE, meu particular amigo, dr. Anibal Dib Mussi, e o presidente, sr. Mércio Felsky, pelo brilhante trabalho que vêm desenvolvendo junto ao CIEE.

Creio que todos os meus 39 colegas parlamentares receberam uma panorâmica de todas as atividades desenvolvidas pelo CIEE. É muito gratificante sabermos que existem pessoas preocupadas em levar esse trabalho para todos os municípios. Que bom seria se todos os prefeitos, deputado Paulo Eccel, aderissem e aceitassem em seus municípios um trabalho desenvolvido pelo CIEE, que dá oportunidade para o jovem atuar e ter prontamente uma oportunidade nas empresas.

Parabéns a toda a equipe de profissionais, de voluntários que desenvolvem um trabalho maravilhoso no CIEE.

Mas, sr. presidente, usando o horário do meu partido, que é curto, quero dizer que tramito na comissão de Constituição e Justiça um projeto de lei de nossa autoria, que regulamenta e fiscaliza as atividades das empresas *Lan House* e *Cybers Café*, no estado de Santa Catarina.

Esse projeto, srs. deputados, vem para regulamentar essas empresas, para fiscalizar todo o trabalho, todas as atividades desenvolvidas nesses locais. E o nosso projeto já tem relator, que é o deputado Celestino Secco, um educador, um colega nosso, uma pessoa da área da educação que sabe da importância desse projeto.

É um projeto que vem como um limitador, porque as crianças, hoje, são muito curiosas. Que bom que são crianças inteligentes, mas os computadores devem ser usados pela criança com uma supervisão de um adulto. O computador é muito bom, mas temos que saber usá-lo para o lado bom, para pesquisar. Inclusive vimos no programa Fantástico uma mãe desesperada à procura do seu filho que, acessando a internet, descobriu outros caminhos e saiu viajando pela Colômbia atrás, talvez, do Comando Vermelho.

Então, nós temos que tomar muito cuidado, porque o computador é uma caixinha de surpresa.

Assim sendo, o nosso projeto daria acesso a esses locais, mas crianças de 12 anos somente poderão ter acesso acompanhadas pelos pais ou por um responsável. E com 16 anos seria restrito a permanência desses jovens até somente às 22h.

Isso é para respeitar o estatuto, para que nós não venhamos a violar o estatuto da criança e do adolescente, que deve ser respeitado. Queremos apenas com esse projeto preservar a família catarinense, preservar os filhos.

Nós temos que alertar as famílias e os pais e precisamos muito da ajuda de todas as famílias e do apoio de todos os colegas parlamentares, porque provavelmente esse projeto irá...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB, uma vez que o PFL cedeu seu horário, ao final, ao Sinte, para que ele se manifestasse.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos pelo PMDB, passaremos ao horário reservado ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Paulo Eccel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. presidente, o horário de hoje do Partido dos Trabalhadores seria ocupado pelo deputado Vânio do Santos, mas em função até da antecipação da manifestação, o deputado não se faz ainda presente em plenário. Por isso vou, então, ocupar este espaço em nome do Partido dos Trabalhadores.

Na noite de ontem, tive a oportunidade de acompanhar, pela TV Cultura e pela TV Educativa, a apresentação do programa *Observatório da Imprensa*, um programa apresentado pelo jornalista Alberto Dines, no qual a cada semana a própria mídia faz a análise da mídia, ou seja, o próprio jornalista faz a análise da atuação da imprensa. E no dia de ontem nós tivemos a oportunidade de acompanhar uma análise, deputado Pedro Baldissera, sobre a revista *Veja*.

A revista *Veja* vem fazendo, de forma explícita, a cada semana, ataques contundentes ao governo Lula e ao Partido dos Trabalhadores. E na última semana saiu mais uma mentira na revista *Veja*, revista essa que tive o privilégio de cancelar a assinatura. E se hoje chegar em minhas mãos esse tipo de publicação, eu vou colocar essa revista no lixo em função da parcialidade com que esse veículo de comunicação nacional vem-se comportando nos últimos tempos.

A revista *Veja* desta semana divulgou que determinadas lideranças nacionais do Partido dos Trabalhadores, inclusive o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, teriam contas secretas no exterior. A revista teve a audácia de fazer essa publicação. Só que quem lê essa revista - e os próprios jornalistas falavam a esse respeito na noite de ontem - percebe que ela diz que a fonte não é uma fonte confiável, pois quem informou foi um jornalista argentino ligado ao tráfico de drogas, que já foi condenado. Outras informações são de doleiros, que a própria revista desqualifica. E a revista diz que as provas que foram apresentadas com relação ao presidente Lula e as outras lideranças nacionais do PT são inconsistentes. De qualquer maneira, a revista coloca em manchete: "Presidente da República e figuras importantes do PT possuem contas secretas no exterior".

Então, foi uma demonstração importante, ontem, dos próprios jornalistas de que aquele material coletado pela revista *Veja* poderia ter sido utilizado como uma importante matéria para informar que estava sendo preparado um falso dossiê a respeito do governo federal. A revista *Veja* poderia ter publicado o seguinte: "Falso dossiê do presidente Lula e do governo federal está sendo preparado". Só que a *Veja* optou por outro caminho, optou por fazer sensacionalismo com aquela informação para tentar desqualificar a imagem do governo, a imagem do presidente da República.

Para desespero da revista *Veja*, deputado Pedro Baldissera, começam a circular informações de bastidores de que na última pesquisa que foi encomendada por uma empresa privatizada na gestão FHC, o presidente Lula já aparece com 48% das intenções de voto. E cresce, inclusive, nos partidos de oposição a sensação de que a eleição presidencial poderá ser, surpreendentemente, decidida já no primeiro turno.

Então, em função dessas informações, vale qualquer coisa, vale qualquer informação. E pela primeira vez nesse um ano de problemas que vêm sendo denunciados e de algumas denúncias comprovadas, é a primeira vez em que o presidente da República fala em processar um veículo de comunicação.

Não sei se essa medida vai ser adotada. Ainda não foi feita a divulgação dessa medida. Mas é a primeira vez que a autoridade máxima da política nacional, que é o presidente da República, fala em processar um veículo de comunicação, um veículo que vem sistematicamente fazendo críticas levianas à ação do presidente da República, do governo e do próprio Partido dos Trabalhadores.

Mas como estou falando em imprensa, eu quero, rapidamente, ler aqui o seguinte:

(Passa a ler)

"No Dia da Imprensa, ao assinar solenemente a Declaração de Chapultepec, o presidente da República reafirmou aos empresários da grande mídia seu compromisso com a liberdade de imprensa, lembrou a responsabilidade proporcional ao seu poder que os jornais e jornalistas devem ter, e manifestou sua confiança na sabedoria e no discernimento da população em relação às notícias veiculadas pela mídia.

Na mesma quarta-feira (3/5) em que o presidente da República assinou essa declaração, o *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão noticiou o seminário sobre o tema que teria sido realizado na Câmara dos Deputados, fez críticas a 'tropeços' do governo e, além da cerimônia no Palácio do Planalto, o *Jornal Nacional* acrescentou a seguinte informação:

"E no Dia da Imprensa, uma pesquisa da rede inglesa BBC e da agência Reuters em dez países mostrou que os brasileiros acreditam mais na imprensa do que no governo: 45% acreditam que os meios de comunicação são confiáveis e 30% consideram o governo confiável. Entre os dez países, o Brasil ficou em 8º lugar em relação à confiança na mídia - ao lado da Coreia, e à frente apenas da Alemanha. E os brasileiros demonstraram o pior índice de confiança no governo. Na pesquisa sobre a confiabilidade das empresas, a TV Globo ficou em primeiro lugar no Brasil". [sic]

Essa informação o *Jornal Nacional* do dia 3 de maio divulgou.

(Continua lendo)

"Quem se der ao trabalho de ler as 22 páginas do relatório da pesquisa - *Trust in the Media* - verá que ela revela muito mais sobre a grande mídia brasileira do que o sugerido na breve notícia do *JN* e nas matérias publicadas em jornais e revistas que trataram do assunto entre nós.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto GlobeScan para a BBC, a Reuters e o The Media Center e entrevistou 10.230 adultos em dez países - Inglaterra, Estados Unidos, Brasil, Egito, Alemanha, Índia, Indonésia, Nigéria, Rússia e Coreia do Sul - nos meses de março e abril deste ano.

No Brasil, o trabalho foi realizado pela GFK Indicador e foram ouvidos, por telefone, mil adultos de nove regiões metropolitanas - Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo - no período de 16 e 22 de março.

Uma primeira constatação que se pode fazer é que, considerando o período em que a pesquisa foi realizada - 11 meses depois do início do 'escândalo político midiático' e das revelações diárias, na grande mídia, de denúncias de corrupção envolvendo genericamente o governo, não é de surpreender que apenas 30% dos entrevistados manifestassem confiança no governo."

Se até Jesus estivesse presentemente entre a gente, e a cada dia sofresse esse ataque, também não teria uma grande aceitação na pesquisa pública.

(Continua lendo)

"Talvez se possa até mesmo dizer que esse percentual é surpreendentemente elevado. O que de fato chama a atenção é que mais da metade dos entrevistados - ou 55% - tenha dito que não confia nas informações obtidas através da mídia. Entre todos os países pesquisados, esse percentual é igual ao da Coreia do Sul e só não é maior do que o obtido na Alemanha (57%).

A pesquisa revelou também que o Brasil é, comparativamente, o país onde os entrevistados estão mais descontentes com sua própria mídia, conforme expresso em diferentes indicadores:

§ 80% (oitenta e não dezoito), como consta na matéria 'Brasil: mídia é mais confiável que governo', publicada em *O Globo*, em 3/5/2006, pág A 31) disseram que a mídia exagera na cobertura das notícias ruins;

§ 64% (sessenta e quatro) concordam que raramente encontram na grande mídia as informações que gostariam de obter; 45% (quarenta e cinco) não concordam que a cobertura da grande mídia seja acurada; e

§ 44% (quarenta e quatro) declaram ter trocado de fonte de informação nos últimos 12 meses por haver perdido a confiança.

Outra revelação importante é que somente 20% dos entrevistados brasileiros declaram confiar nos *blogs* como fonte de informação, enquanto os jornais impressos foram apontados por 68% (sessenta e oito) como as fontes mais confiáveis." [sic]

Então, são dados importantes, para que nós, parlamentares, a sociedade e a própria mídia, inclusive, que cobre a Assembléia Legislativa possam refletir sobre essa importante pesquisa realizada no mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Antônio Carlos Vieira por até dez minutos. O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, o governo insiste em dizer que tem problema de caixa. E estou trazendo, hoje, aqui o balancete financeiro do estado de janeiro, fevereiro e março, que registra uma despesa de diárias de R\$ 8,857 milhões mais R\$ 6,340 milhões (pessoal-militar). Só em três meses, deputado Afrânio Boppré, o governo, que diz que quer fazer economia, gastou com diárias R\$ 15,197 milhões. É o que consta no balancete financeiro orçamentário do governo do estado.

Então, é uma forma muito fácil para quem deseja fazer controle de despesas, ou seja, R\$ 15 milhões divididos por três meses dá R\$ 5 milhões a média mensal. É muito dinheiro, com o qual podem ser feitas muitas coisas. Mas fica só no discurso, porque na prática existe um diferenciamiento muito grande.

Eu já denunciei aqui a farra das diárias na Santur, conforme o *Diário Oficial* do dia 12 de abril, que relacionou as diárias do mês de fevereiro daquela empresa. Disseram que iam extinguir, mas até agora acabou não havendo extinção e sim muita despesa a título de diárias.

No mês de fevereiro, deputado Paulo Eccel, que é temporada, quando a Santur deveria estar recepcionando os turistas, estava fazendo reuniões de serviço. Um dos diretores recebeu nove diárias, R\$ 1.404,00; outro diretor recebeu sete diárias, R\$ 2.775,00; o presidente recebeu 15 diárias, R\$ 11.508,00; um outro diretor ganhou treze diárias, R\$ 10.608,00.

Agora, no *Diário Oficial* do dia 3 de maio são publicadas, deputado Dentinho, as diárias do mês de março, que também foi outra festa. Se foram grandes e expressivos os R\$ 33 mil em fevereiro, imagine em março R\$ 42 mil! Ai vemos que um diretor, no mês de março, recebeu 12 diárias e meia; outro diretor recebeu 15 diárias e meia; o presidente recebeu 12 diárias; outro diretor ganhou 15 diárias. É uma festa! E o governo ainda alega que não tem recursos.

Ainda ontem o deputado Ronaldo Benedit veio a esta tribuna, deputado Joares Ponticelli, e lá pelas tantas, até fazendo uma contra informação às palavras do deputado Paulo Eccel com relação a uma tentativa de negociação com os professores, alegou que por força da Lei de Responsabilidade Fiscal o governo não tem condições de atender a categoria dos professores.

Eu sinceramente não sei sobre qual Lei de Responsabilidade Fiscal ele fala; se é sobre a Lei nº 104, de 4 de maio de 2000, ele está equivocando. Na Lei de Responsabilidade, do período de abril de 2005 a março de 2006, deputado Dentinho, que está no *Diário Oficial* de 5 de maio de 2006, a despesa com pessoal é de 41%. Isso equivale a dizer que existe uma folga de R\$ 500 milhões para despesas com pessoal. Ai v.exa. pode dizer que esse número é irreal! Até vou dizer que vou concordar com v.exa., porque o governo estadual, com o beneplácito do Tribunal de Contas do Estado, está mensalmente reduzindo o valor do percentual de gasto com pessoal, retirando despesas de pessoal da conta que dá a comparação com a receita líquida disponível. E aí baixa o percentual.

Então, deputado Ronaldo Benedit, v.exa. se equivoca quando fala do impedimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas na hora em que quiser discutir, nós temos o número oficial.

Eu fico preocupado, deputado Joares Ponticelli, com a forma como agem algumas pessoas. Veja que o deputado Ronaldo Benedit, quando saiu da secretaria da Segurança elogiou todos os cargos comissionados. O *Diário Oficial* do dia 5 de maio tem três páginas só de elogios. Deputado Manoel Mota, veja o conteúdo dos elogios: "[...]desempenho de suas funções com dedicação, profissionalismo e espírito agregador".

Ai, deputado Manoel Mota, quero perguntar a v.exa.: em Araranguá há delegado regional de Polícia? Deve haver! Mas foi o único dos delegados que não foi elogiado pelo deputado Ronaldo Benedit. Na relação está a delegacia regional de Araranguá em branco, porque foi feita a tabela e s.exa. não se apercebeu disso. S.Exa. assinou a portaria dando elogio, e na tabela existem brancos. Então, o delegado regional de Araranguá não foi elogiado. Segundo palavras do deputado Benedit, ele não foi nomeado. E o assistente da diretoria de Formação e Capacitação também não o foi, pois colocaram o cargo e esqueceram de colocar o nome. Mas s.exa. elogiou por dedicação, profissionalismo e espírito agregador todos os cargos em comissão. Logo a seguir, s.exa. também elogiou alguns que não ocupam esse cargo, mas que prestaram serviço no seu gabinete. Ai foi por dedicação, profissionalismo e fidelidade.

Essa expressão fidelidade me agride, porque sempre que vou assinar alguma coisa recebo um cartão de crédito da dita fidelidade, se assino uma revista, vem a dita fidelidade. Qual é a fidelidade? É que eu, por um período X, tenho que ter fidelidade com aquela empresa.

Então, essa fidelidade desse elogio machucou-me. Que tipo de fidelidade? É com o secretário, com a estrutura, com a função ou com o combate à criminalidade? Não sei, deputado Joares Ponticelli, a que se refere, porque mudou. O dos cargos comissionados é por dedicação, profissionalismo e espírito agregador; o dos demais é por dedicação, profissionalismo e fidelidade. Assim, os cargos em comissão tiveram espírito agregador e não tiveram fidelidade. E os que não são em comissão tiveram fidelidade e não tiveram espírito agregador. É a conclusão a que se chega.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Para ser rápido, presidente Julio Garcia, parece-me que Araranguá está tão discriminada que a única coisa que há lá é ronco, porque nem delegado regional o próprio secretário diz que há.

Então, com o Vale do Araranguá tão discriminado, só ficaram os roncões das máquinas, que somente estão na cabeça do deputado Manoel Mota, porque nem delegado regional, foi confirmado agora, esse município tem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas, deputado, vou até fazer um apelo, se a informação do deputado Benedet é exata, penso que urgentemente, no mínimo, a comunidade de Araranguá merece ter o seu delegado regional, haja vista que faz parte da estrutura de cargos da secretaria da Segurança e até para não deixar em branco os quadros, as tabelas.

A minha dúvida, deputado Ronaldo Benedet, foi exatamente quanto a essas expressões: "fidelidade" e "espírito agregador". Eu sempre discuto isso com o Tribunal de Contas: muitas vezes a autoridade, o secretário, assina sem ver o documento todo que está a sua frente, como onde está o cargo mas não está o ocupante. Então, v.ex.a. agregou ou elogiou alguém inexistente no exercício.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto o deputado Paulo Eccel para saber se o representante do Sinte já está presente.

(O deputado Paulo Eccel informe que não.)

Com a resposta do deputado de que não está, vamos dar prosseguimento à sessão e após ouviremos esse representante sindical.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0052/2006.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Quanto à mensagem de veto, a Presidência propõe, e os líderes concordam, que seja votada na próxima sessão.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0103/2006, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Garuva (posto de fiscalização animal e vegetal da Cidasc).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

Consulto se podemos votar a emenda e o projeto.

(As lideranças aquiescem.)

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Com a concordância dos srs. líderes, em votação a emenda aditiva juntamente com o projeto.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em turno único o Projeto de Lei n. 0103/2006.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0002/2006, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que aprova as contas do governo do estado de Santa Catarina referentes ao exercício de 2004.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único, com a abstenção do deputado Dionei Walter da Silva.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0044/2006, de origem governamental, que cria funções de chefia na estrutura organizacional do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - Ipeac.

Com relação a esse projeto, a Presidência recebe a manifestação dos líderes no sentido de que seja votado na próxima sessão.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0057/2006, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que dispõe sobre a comercialização, a estocagem e o trânsito de arroz importado de outros países para consumo e comercialização no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o projeto e a emenda.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pelo ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Afrânio Boppré, líder do P-SOL.

SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Apenas para reiterar a pertinência da iniciativa do deputado Joares Ponticelli. Ainda ontem se iniciou no sul do estado uma barreira feita pelos agricultores, pelos rizicultores, deputado Joares Ponticelli, e nesta madrugada, inclusive, houve algum tensionamento com Polícia Rodoviária Federal em que estão selecionando os caminhões. Portanto, os agricultores estão com o controle da rodovia. Isso tudo porque o preço da produção do arroz está em torno de R\$ 23,00 a saca, enquanto o preço de venda está entre R\$ 14,00, R\$ 15,00 e soltam foguetes quando conseguem vender a R\$ 16,00.

Então, a situação da rizicultura é gravíssima! E o que se pretende com essa iniciativa é exatamente disciplinar, regrar a competitividade de mercado. Não é proibir que haja possibilidade de outros países trazerem o arroz, não é isso, mas é de criar condições, porque é desigual o custo de produção.

Por isso, faço aqui uma manifestação a todos os rizicultores de Santa Catarina, que neste momento estão de vigília fazendo um protesto pelo desamparo da política agrícola. E digo mais, sr. presidente, ainda hoje pela manhã ouvi uma manifestação do próprio Banco do Brasil, que dizia que 80% dos agricultores brasileiros têm algum tipo de dívida para com o sistema financeiro.

Portanto, os nossos agricultores estão endividados, e a produção não favorece hoje aquele que quer tirar o sustento do seu próprio suor, da sua própria mão. Por isso a pertinência do encaminhamento dessa iniciativa da Assembléia Legislativa, no dia de hoje.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, entendo meritória a proposta do deputado Joares Ponticelli, mas pessoalmente, de minha parte, pende sobre ela uma dúvida a respeito da constitucionalidade que já declinei em debate na comissão de Constituição e Justiça. Por essa razão, a minha declaração é de abstenção quanto ao voto dessa matéria.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado Julio Garcia, essa emenda modificativa inclui também o alho, a soja, o milho e a maçã. Foi uma proposta deste deputado. E tem toda razão o deputado Afrânio Boppré quando diz que o custo de produção da agricultura é muito maior do que o preço que se vende hoje. Veja, deputado, para se produzir um quilo de alho custa US\$ 1,00. Chega alho da China a US\$ 0,50. Quer dizer, não há quem agüente isso.

Então, acho que o projeto, embora respeitando a posição do deputado João Henrique Blasi, é procedente e eu acredito que nós vamos tentar ajudar esses agricultores que se estão manifestando no Brasil inteiro. A reclamação é generalizada no Brasil inteiro.

Por isso, votaremos favoravelmente.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, quero somente fazer o registro, talvez intempestivo, de que o presidente da Câmara Municipal de Pouso Redondo, Rui Voltolini, está-nos visitando e acompanhando os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Registrada a visita do sr. Rui Voltolini, a Presidência registra, também, a visita do prefeito de Urubici, Antônio Zilli; da sra. Dalvani, que é secretária da Administração do município de Içara; e do prefeito em exercício de Itapema, sr. Ricardo Alexandre Rosa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Caro presidente, hoje a minha região, o extremo sul de Santa Catarina, que produz 36% do arroz do estado, vive o pior momento da sua história. As manifestações estão sendo grandes.

O emmente deputado já falou da inconstitucionalidade do projeto. Entretanto, qualquer projeto que ajude a impedir que o arroz venha do Uruguai e da Argentina sem nenhum critério, esse arroz que usa todo tipo de veneno, quando aqui é proibido, é importante para podermos tomar alguma decisão.

Por isso, não tenho dúvida, vou votar favoravelmente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o autor do projeto, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, o deputado João Henrique Blasi já levantou esta questão da constitucionalidade ou não do projeto, mas eu, dada essa manifestação da aprovação unânime em todas as comissões, o que vai acontecer no plenário também, quero, desde já, fazer um apelo ao deputado João Henrique Blasi: como essa matéria vai ser aprovada, poderia o governo de Santa Catarina fazer o que fez o governo do Rio Grande do Sul, porque esta lei será, deputado Julio Garcia, mais um instrumento de pressão junto ao governo federal para que se reveja esta questão da importação não só do arroz, mas de outros produtos que prejudicam demasiadamente o nosso produtor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação a emenda e o projeto.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o Projeto de Lei n. 0057/2006 com a emenda modificativa.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0123/2006, de autoria do deputado Gelson Sorgato, que reconhece o município de Guatambu como Capital Catarinense das Matrizas de Peru.

Ao projeto foi acrescentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com a abstenção dos deputados João Henrique Blasi e Dionei Walter da Silva.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0172/2006, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui o Dia Estadual do Desafio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0506/2005, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que institui a Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados de Cana-de-Açúcar e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0140/2006, de autoria do deputado Cesar Souza; 0141/2006, de autoria do deputado Nilson Gonçalves e 0142/2006, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, gostaria de fazer um esclarecimento com relação à indicação que trata do prédio onde funcionou o Instituto Médico Legal, no Estreito, próximo ao Estádio Orlando Scarpelli. Ele foi cedido a uma ONG comandada, aqui na capital, pelo padre Wilson Groh. Ali será instalada uma incubadora, uma cooperativa de trabalhos. Então, está em fase de reformas e vai hospedar essa obra importantíssima do ponto de vista da inclusão social e digital em Florianópolis, em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência determina que o deputado Cesar Souza seja cientificado da manifestação do deputado João Henrique Blasi e consultado se ainda persiste a necessidade da indicação.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Pinheiro Preto e Biguaçu, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito, ao presidente da Câmara Municipal, ao presidente da comissão organizadora, ao funcionário da prefeitura Alvaro Moreno, ao presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, ao jornal *A Semana* e às Rádios Maria Rosa e Coroado, cumprimentando-os e a todos os curitibanos pela XVI ExpoCentro/2006.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Bom Retiro, cumprimentando-o pela posse no cargo de presidente da Amures.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de Dona Emma e Biguaçu, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de Dona Emma e Biguaçu, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Afrânio Boppré, a ser encaminhada ao ministro da Educação, solicitando que os hospitais universitários vinculados às Universidades Federais tenham caráter de hospitais-escola e que o atendimento por eles prestado seja 100% público e gratuito.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado José Carlos Vieira, a ser encaminhada ao presidente da República, solicitando que sejam preservados os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) integralmente para a área habitacional e a continuidade e ampliação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser encaminhada ao coordenador da 16ª UNIT/DNIT, solicitando a instalação de lombada eletrônica e a construção de rótula no quilômetro 167 da BR-116, no município de Ponte Alta do Norte, sentido Lages/Curitiba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Francisco de Assis, a ser encaminhada ao bispo dom Orlando Brandes, da diocese de Joinville, cumprimentando-o pela nomeação como arcebispo de Londrina/PR.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, a ser encaminhada ao ministro da Agricultura, solicitando a supressão da cláusula restritiva que estabelece a carência de um ano para o estado vizinho daquele acometido pela ocorrência de febre aftosa obter certificado para exportação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Herneus de Nadal, a ser encaminhada ao presidente da República e ao ministro da Saúde, solicitando que se estenda aos municípios com menos de 70 mil habitantes o Programa Farmácia Popular do Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Agricultura, solicitando esclarecimentos sobre o projeto emergencial de socorro ao pequeno agricultor atingido pela seca, intitulado Cesta Estiagem.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

Estão inscritos ainda os deputados Wilson Dentinho Vieira e Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, eu estou extremamente satisfeito com a agilidade que esta Casa, como um todo, e as comissões deram à tramitação dessa matéria que acabamos de aprovar que, por nossa autoria, por nossa proposição, pretende a proibição da entrada de arroz importado em Santa Catarina sem a certificação fitossanitária e por proposição de v.exa., deputado Onofre Santo Agostini, houve a inclusão do alho, da soja, do milho e da maçã e, por proposição do deputado Rogério Mendonça, também da cebola.

Então, a partir deste momento, deputado Paulo Eccel, a exemplo do Rio Grande do Sul - e lá numa iniciativa do meu correligionário e amigo, deputado Jerônimo Goergen -, nós conseguimos ter a aprovação desta matéria, que já é lei desde o dia 1º de março deste ano no Rio Grande do Sul, onde já não entram mais esses produtos importados sem a certificação fitossanitária.

Aqui em Santa Catarina, com essa nossa votação de hoje, na próxima semana com as duas votações que faltam e, na seqüência, com a sanção do projeto pelo governador, eu espero que também possamos ter dentro de duas semanas já vigente a lei que vai proibir a entrada desses produtos. Com isso, deputado Onofre Santo Agostini, nós vamos não só o auxiliar como produzir um aceno na direção desses produtores, uma vez que o rizicultor, em especial vive a maior crise de sua história como bem relatou o deputado Afrânio Boppré, produzindo uma saca de arroz ao custo de R\$ 22,00 e vendendo por R\$ 14,00. Não há agricultor que resista!

São 12 mil famílias de catarinenses que sobrevivem da rizicultura. São mais de 30 mil empregos diretos, deputado Onofre Santo Agostini, que a atividade gera em Santa Catarina, para uma produção anual de, aproximadamente, 1,5 milhões de toneladas. Enquanto isso o Brasil importa 1,5 milhões de toneladas, ou seja, importa mais do que toda a produção de Santa Catarina!

É por isso, deputado João Henrique Blasi, que eu penso que nós vamos retirar essa questão da inconstitucionalidade da lei, porque nós fundamentamos a proposta exatamente na defesa dos interesses do consumidor. Esse arroz, deputado Manoel Mota, que é originário da Argentina e do Uruguai, é produzido com a utilização de mais de 50 pesticidas que, comprovadamente, fazem mal à saúde humana e têm a sua utilização proibida no Brasil.

Portanto, acho que teremos uma boa discussão, porque nós fundamentamos o projeto de lei exatamente na defesa do interesse e da preservação da saúde humana do consumidor, que é obrigado a consumir, hoje, um arroz que contém mais de 50 pesticidas que não estão discriminados na prateleira do supermercado. Porque se esse arroz estivesse, pelo menos, com especificação, avisando que é importado da Argentina e do Uruguai e que lá eles podem utilizar pesticidas que fazem mal para a saúde humana e que são proibidos no Brasil, o consumidor ainda poderia escolher. Mas esse arroz vem, é misturado com o nosso arroz que não tem esses pesticidas, contamina toda a nossa produção e nós, consumidores, temos que utilizar um produto que apresenta risco, sim, para a saúde humana.

Então, estou muito satisfeito pela agilidade das comissões e desta Casa como um todo e espero que, na próxima semana, possamos ver essa proposta transformada definitivamente em lei.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. está satisfeito, nós também e, principalmente, o produtor não só de arroz como de todos os produtos especificados na lista do projeto de lei.

Acho interessante, deputado Joares Ponticelli, é que quando o Brasil exporta produtos agrícolas para outros países precisa de uma investigação. Veja v.exa. que nem em saco de estopa eles aceitam que os nossos produtos sejam exportados; têm que ser em caixa embalada, selecionada, investigada. Olha, é uma coisa de louco! Agora quando vem produto de lá para cá, aí entra a granel.

Então, eu acho que v.exa. foi muito feliz com o projeto. E agradeço também aos deputados que acataram as emendas apresentadas, porque os produtores, a partir da sanção da lei, ao menos terão o alento de evitar que entrem produtos de fora sem a devida inspeção fitossanitária.

Que se faça, no mínimo, o que fazem conosco: que se exija, no mínimo, o que exigem de nós!

É isso que eu espero e por isso cumprimento v.exa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini. V.Exa. tem toda razão!

Temos aqui ainda a presença de agricultores e produtores de mel de Içara. Todos sabemos que Içara é a capital catarinense do mel. O mel catarinense e brasileiro também está com restrições de exportação para a Europa, que está questionando a qualidade sanitária do nosso mel.

Então, para nós são criadas dificuldades que não existem! Vejam o caso da suinocultura: estamos com o embargo russo da carne suína desde dezembro. Por quê? Porque houve um foco de aftosa no Mato Grosso ou Paraná - o do Paraná nem foi comprovado -, mas Santa Catarina é comprovadamente uma área livre de febre aftosa sem vacinação.

Então, até pelo fato dos outros não cuidarem como o nosso estado cuida, estamos pagando a conta. Enquanto isso, o nosso produtor de suínos está pagando R\$ 1,60, em média, para produzir um quilo de carne suína e vendendo de R\$ 1,15 a R\$ 1,20, ou seja, é uma lambada, como se diz, na cabeça do agricultor, do produtor, todos os dias.

Estou muito satisfeito, porque penso que pelo menos para o nosso plantador de arroz e dos demais produtos que foram incluídos essa lei vai trazer um alento, uma esperança, e que poderemos ter dias melhores para aqueles que produzem o alimento nosso de cada dia.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre deputado Joares Ponticelli, eu reconheço a sua preocupação, até porque esse arroz pode dar problema na alimentação e, com certeza, pode parar na mesa de muita gente, até na de v.exa., que depois terá que diminuir os ataques ao governo aqui nesta Casa. A preocupação é válida pode ter certeza!

Agora, nós entendemos, deputado Joares Ponticelli, que a brincadeira vale, mas se o Brasil é fiscalizado e tem inúmeros produtos que levam esse veneno, este não pode ser utilizado. Mas a Argentina e o Uruguai não têm esse critério. No entanto, nós não usamos, porque nos preocupamos com a alimentação do consumidor. Agora, o arroz não tem mais problema nenhum. Existem momentos em que nós nos atritamos, mas estamos juntos na defesa tanto do consumidor, quanto do nosso agricultor, do produtor de arroz e de outros produtos que são fundamentais para a sobrevivência do nosso agricultor, mantendo o homem no campo, construindo a riqueza deste país.

Por isso vamos lutar juntos para impedir essa entrada violenta de arroz importado, que está jogando no lixo o nosso produtor, o nosso arroseiro.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Manoel Mota, como vê v.exa., nós estamos aqui para trazer as nossas preocupações, as nossas propostas, sim.

Tenho a convicção de que essa é uma proposta de saída, de socorro, de solidariedade, de preocupação. E este Parlamento demonstra a preocupação com o produtor catarinense, já que o governo do estado de Santa Catarina tem demonstrado pouca preocupação.

Tenho reclamado aqui a omissão com o produtor e com o agricultor catarinense. Já pontuei várias questões. E a mais grave, repito, é a questão do embargo à exportação de carne suína para a Rússia. Não consigo compreender, porque ouço pouco o governo falar sobre isso, vejo pouca movimentação nessa direção. E fica mais incompreensível ainda, deputados Vânio dos Santos e Antônio Carlos Vieira, quando se tem aqui no governo do estado um secretário que morou em Moscou durante nove anos e deve conhecer bem as esferas de poder no governo russo, porque morou lá, tem amizades, tem relações.

O governador licenciado Luiz Henrique da Silveira esteve meia dúzia de vezes em Moscou e nada aconteceu e o nosso criador de suínos está numa situação crítica.

Vejo pelos produtores lá da região do vale do Braço do Norte, que é uma grande produtora de suínos. E aqueles agricultores se encontram num momento de muita dificuldade, assim como estão os rizicultores, os banicultores e o produtor como um todo.

Estamos satisfeitos por oferecer a nossa contribuição e esperamos que na próxima semana possamos ver essa lei aprovada e publicada no *Diário Oficial*, vigente, para gerar esperanças de dias melhores para o agricultor catarinense e para a sua família.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Inscrito para falar o sr. deputado Wilson Vieira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos prestigia, funcionários desta Casa e telespectadores da TVAL, venho à tribuna para falar de um projeto que está tramitando na comissão de Finanças e Tributação, que tem como título Pró-Carga.

Embora eu seja oposição e não esteja aqui como líder do governo, gostaria de fazer a defesa desse projeto, até porque o discuti com a base que vai ser beneficiada por ele. Entendo que ele é vital para essa categoria e por isso já tem o parecer favorável, que deverá ser avaliado na quarta-feira que vem pela comissão de Finanças e Tributação.

Gostariamos de dizer que, na análise com a base, observamos a precariedade do sistema de transporte. Hoje o único benefício que eles têm é o de 20% somente sobre o combustível. O projeto amplia para 50% e também inclui peças, pneus, câmaras, enfim, todas as peças que acompanham o caminhão.

Além disso, é uma categoria responsável por 250 mil empregos de motoristas em nosso estado, que soma um total de 10.170 empresas. Esse projeto vai criar condições para que os donos das transportadoras possam comprar os seus principais produtos em Santa Catarina e desfaçam-se das compras clandestinas (compras de contrabando ou compras de "robauto"), por conta de preço ou custo, porque, na verdade, eles terão esse ICMS de volta, de tal forma que poderão comprar o produto catarinense por um preço menor do que o produto contrabandeado ou o produto irregular.

Além disso, o projeto aborda a questão da aquisição do caminhão, que antes era compensado em 48 meses e agora vai ser compensado em 12 meses. É também um ganho para as empresas de transporte de cargas de Santa Catarina.

Gostaria de dizer que muitas empresas que hoje estão fora do estado já demonstram interesse de vir para o estado, caso essa lei seja aprovada. Portanto, é evidente que, olhando na letra fria da lei, há uma renúncia de receita, mas que ao longo do tempo, com a aplicação da lei e com a sua utilização, ela se reverte em ganho para o estado das mais variadas formas.

Em função disso, estou dando o parecer favorável - como disse, será analisado na próxima quarta-feira pela comissão de Finanças e Tributação - e espero que os nobres pares deste Poder votem favorável.

Mudando de assunto, sr. presidente, gostaria de falar um pouco sobre segurança, até porque em 2003 fazíamos parte da comissão de Segurança Pública e realizamos audiências públicas por todo o estado. Naquela oportunidade, emitimos um relatório das audiências públicas que foram realizadas pela comissão de Segurança Pública e apontamos diversas situações que poderiam melhorar em muito a segurança em nosso estado.

Entre elas foram apresentadas soluções de curto prazo, ou seja, para ser concretizadas em até dois anos, como, por exemplo:

- Construção de cadeias públicas em cada comarca;

- Construção de celas móveis para minorar a superlotação;

- Remoção de todos os presos em regime aberto e semi-aberto dos presídios atuais e removê-los para um local provisório e com segurança;

- Construção de alas femininas em todos os tipos de presídios.

Entre as soluções a médio prazo, em até cinco anos, citamos:

- Construção de penitenciárias e presídios regionais e agrícolas, industriais ou similar com capacidade, no máximo, de até 150 detentos, possibilitando a ressocialização dos presos, até porque quando se tem presídios com grande número de presos, fica impossível praticar a ressocialização, que é muito mais difícil em função ao alto número de presos que há nesses grandes presídios.

Como soluções de longo prazo, em até oito anos, temos:

- Investimento maciço na educação, no esporte, nas pesquisas e nos postos de trabalho em todo o estado para evitar o êxodo rural e urbano, com fins estudantis e de trabalho. O equilíbrio no desenvolvimento é fundamental para a estabilização do crescimento regionalizado.

Esta é só a parte inicial do relatório. Já citei alguns exemplos de melhorias que deveriam ser feitas para garantir a segurança em nosso estado, para que não aconteçam rebeliões nos presídios, como aconteceram em São Paulo e estamos vendo em nível nacional.

As soluções de curtíssimo prazo seriam:

- Troca de experiências através de reuniões de interação e integração entre os administradores de presídios e penitenciárias do estado, de tal forma que fariam a troca de conhecimentos, principalmente dos grandes presídios, que têm maior experiência ou que têm uma série de problemas a mais do que os pequenos presídios, e nessa troca poderiam enriquecer o conhecimento e trabalhar melhor pela segurança do nosso estado.

- Contratação e treinamento de agentes prisionais para estabelecer condições dignas de trabalho às equipes que hoje trabalham.

Esta é uma parte do relatório e sistematicamente, a cada reunião, nós vamos falar sobre ele e questionar por que o governo não deu ouvido a esse trabalho feito por este Poder, através da comissão de Segurança Pública. Por que o governo ignorou e não chamou a comissão para discutir o assunto? Simplesmente ignorou e hoje se queixa dizendo que não tem recursos para fazer o que deveria ser feito.

Sabemos que o Fundo de Reaparelhamento da Segurança foi mexido recentemente, através de projeto de lei, para retirar os recursos para pagar salários. A situação dos policiais que prestam serviços no estado ficará mais precária ainda, porque vai haver menos combustível, menos viaturas, menos coletes à prova de balas, menos munição, menos armamento, menos tudo. Isso por conta do fato de não haver mais recursos no Fundo de Reaparelhamento da Segurança, já que foram retirados para pagar salários.

Essas são coisas que não dá para admitir e que acabam causando a insegurança do cidadão catarinense.

Sr. presidente, gostaria de abordar algumas questões que foram propostas pelo atual governo, quando da sua campanha. Ele citou, por exemplo, no Plano 15:

- Criar a secretaria de Defesa do Cidadão, colocando sob um único comando as Polícias Civil e Militar, os Corpos de Bombeiros, a Defesa Civil e o Sistema Penitenciário para

garantir uma ação coordenada e eficaz de todas as instituições - até agora só ficou na promessa, isso não aconteceu e, pelo que se vê, está longe de acontecer;

- Constituir um conselho superior de defesa do cidadão - também não foi realizado e essas são coisas que, com certeza, colocaríamos a segurança no estado em muito melhor condição do que temos hoje;

- Implantar programas de ações específicas no sistema penitenciário para assegurar o retorno do preso à comunidade, através da ressocialização - também não se fez, continuamos com presídios grandes e com superlotação; não foram construídos novos presídios com pequena lotação para poder trabalhar melhor a questão da ressocialização e muito menos cadeias públicas para evitar que o preso, por crime comum, seja removido para um presídio onde há diversos profissionais do crime;

- Estimular e apoiar a implantação de guardas municipais, até para que sobre mais efetivo da Polícia Militar para atuar na rua, no trabalho ostensivo - mas o governo, pelo que tenho conhecimento, não incentivou nem participou de nenhuma discussão com algum município para viabilizar a criação de guarda municipal para que sobrasse efetivo policial para colocar nas ruas, no trabalho ostensivo que a Polícia tem que exercer em favor do povo catarinense;

- Implantar um núcleo de polícia técnica nas regiões norte e oeste do estado e tornar o órgão central uma referência nacional e internacional em pesquisa e desenvolvimento de novas técnicas e em investigação científica.

Realmente é uma redação muito bonita, mas nada de prático foi feito em relação a isso. Todas essas coisas que eu li aqui, que fazem parte do Plano 15, se fossem implementadas, com certeza a segurança na cidade seria muito melhor. Muito do que há aqui são ações que evitariam problemas como estão acontecendo em São Paulo. Só que para isso deveriam ser colocadas em prática, deveriam ser executadas.

Se o governo não teve interesse em executá-las é porque a sua preocupação não me parece ser a segurança. Se fosse, ele teria dado ouvidos ao relatório apresentado pela comissão de Segurança deste Poder, em 2003. Ou se não quer dar ouvidos ao relatório, se não quer fazer nada daquilo que foi mostrado no relatório, que pelo menos tenha coragem de sentar com a comissão e dizer: "Não vou fazer nada do que está aí porque já tenho meu Plano 15 e vou constituir tudo o que nele prometi ao povo catarinense." Só que não fez uma coisa nem outra. O governo sequer se interessou pelo relatório feito por este Poder, em 2003, nem tanto realizou aquilo que propôs aos catarinenses através do Plano 15.

Então, na verdade, o governo não está nem um pouco preocupado com a segurança no nosso estado!

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Srs. deputados, conforme foi estabelecido através da formalização de acordo entre os líderes partidários, nós concederemos, neste instante, um espaço ao professor Vieira para que possa fazer uso da tribuna, representando os dirigentes do Sinte, pelo tempo de até dez minutos.

Portanto, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra imediatamente após o pronunciamento, para que possamos dar seguimento às manifestações dos oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 019ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezesseis horas e vinte minutos, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Antônio Carlos Vieira - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - Joares Ponticelli - José Carlos Vieira - Nilson Machado - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Vânio dos Santos.

## SUMÁRIO

### Explicação Pessoal

**DEPUTADO GELSON SORGATO** - Tece considerações sobre a grave crise da agricultura brasileira.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Levanta a questão da lavoura fumageira ser diferenciada das demais culturas.

**DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Analisa a greve do Magistério e a postura do governo do estado no episódio.

**DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** (aparte) - Culpa a política econômica do governo federal pela crise que abala o país.

**DEPUTADO NILSON MACHADO** (pela ordem) - Registra a presença da professora Rose, da UFSC, coordenadora do projeto Larus, e do Fernando, mestre-de-cerimônias.

**DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA** - Fala da crise do setor de base florestal no estado e da dívida do governo federal com o estado decorrente da Lei Kandir; reporta-se à existência de recursos no Ibama para a elaboração dos planos diretores pelos municípios.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** - Apresenta ao Plenário imagens de moradores do loteamento BruMüller e do morro da Mariquinha, de Guarimirim, que consomem água de péssima qualidade; denuncia as precárias condições das instalações de duas escolas estaduais de São Francisco do Sul.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Ironiza o atual governo estadual, que afirmava que o governo anterior é que havia deixado as escolas em péssimas condições.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** (pela ordem) - Pede o encerramento da sessão em virtude da falta de quórum regimental.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** (pela ordem) - Pede o registro nos anais da exposição que está sendo realizada no *hall* da Assembléia pela ACL denominada 1ª Mostra da História da Imprensa Catarinense; registra a presença de Ido Mêes, diretor-geral da secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e de Alcides Fiamoncini, gerente de Articulação de Esporte, Cultura e Turismo, fundador do PSDB de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Gelson Sorgato, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. presidente e srs. deputados, o que queremos colocar na tarde de hoje é referente à moção, aprovada aqui pela Assembléia Legislativa, através da comissão de Agricultura, em relação às restrições à exportação da carne suína catarinense.

As cláusulas do contrato de exportação da carne suína para a Rússia dizem que haveria um ano de carência para que pudéssemos exportar essa carne, quando ocorresse uma questão como aquela que ocorreu nos estados do Paraná e do Mato Grosso. Mas como o estado do Paraná é nosso vizinho, as restrições nos contratos para a exportação da carne suína são de um ano.

Nós gostaríamos que essas restrições para o estado de Santa Catarina, que é um estado vizinho, fossem reduzidas para seis meses e que as do estado vizinho, em vez de dois anos, para um ano, para que pudéssemos, retirando essas restrições, exportar a nossa carne suína, visto que nesta reunião de segunda-feira estavam o presidente da ACCS, sr. Volmir, e o secretário da Agricultura, Felipe Luz. Essa moção aprovada por esta Casa está sendo encaminhada ao ministro da Agricultura para que tome providências referentes às restrições à exportação da nossa carne suína para a Rússia.

Mas essas questões da agricultura e pudemos ver isso no último Grito do Campo -, deputado Vieirão, realmente não acontecem só no estado de Santa Catarina. Na maioria dos estados brasileiros a agricultura está pagando o pato.

Mas chega de promessas, porque fazem reuniões, conversa-se a respeito das questões da agricultura, mas não se chega a uma negociação para sanar realmente essa dificuldade.

Nessa reunião dos secretários da Agricultura, na manhã de ontem, em Brasília, um grupo de lideranças do Rio Grande do Sul colocou um exemplo que ilustra o tamanho da defasagem dos preços agrícolas. Para pagar um jantar de um grupo de pessoas numa churrascaria, no estado vizinho, que totalizou R\$ 1.047,00, seriam necessários 2.590 quilos ou 2,6 toneladas de produtos do meio rural. Um jantar em que o custo médio é de R\$ 22,00 por pessoa. Então, daria para comprar, com esse jantar que custou R\$ 1.047,00, 750 quilos de arroz, 360 quilos de milho, 600 quilos de trigo, 480 quilos de soja, 240 quilos de feijão e 160 quilos de lã. No total, seriam 2.590 quilos. Ou seja, com este valor gasto de R\$ 1.047,00 daria para comprar 2.590 quilos de produtos da nossa agricultura brasileira.

A agricultura catarinense está com dificuldade na suinocultura, pois no ano passado o quilo do suíno custava R\$ 2,00, chegando a R\$ 2,40, mas este ano está sendo comercializado por R\$ 1,50, R\$ 1,80 o quilo.

Diante de toda essa situação da agricultura, ocorreram manifestações em Chapecó, em Campos Novos, em Araranguá, em Mafra, trancando, assim, o trânsito nas rodovias. Por quê? Porque esses produtos, como diz o presidente da República, representam comida mais barata para o operário, para o trabalhador. Nós também acreditamos que deva ser cobrado o preço correto dos produtos, para que o operário, o trabalhador, possa alimentar-se bem. Mas o governo federal precisa também, se quiser garantir a permanência do trabalhador no campo, fazer como nos países europeus, dar subsídios para a cesta básica, para os produtos, para a sobrevivência daqueles que não têm um salário digno.

Não é possível que aquele homem que trabalha no campo não possa cobrir os custos de produção. Ele trabalha, tem seus equipamentos, suas máquinas, compra animais e na hora de colher tudo aquilo que produziu, não consegue pagar o banco e quitar a dívida com as empresas quando perde o crédito no banco. As empresas financiam a semente, o adubo, o fertilizante e o agricultor, que colheu a produção, não consegue nem pagar o custo da sua produção.

Citamos aqui o exemplo do milho, cujo preço chegou a R\$ 10,00; hoje está sendo comercializado por R\$ 12,50, mas no ano passado chegou a R\$ 20,00. A queda do preço decorre da crise na avicultura, com a questão da gripe aviária, e da crise na suinocultura, com a questão da febre aftosa.

O que nós queremos é que esta Casa divulgue essa situação do nosso homem do campo, para que realmente possamos, em nível de Brasil, com o presidente da República, com o ministro da Agricultura e com a área econômica, tentar a rolagem das dívidas dos agricultores.

A agricultura é um setor de peso na balança comercial; a agricultura é quem coloca o alimento na mesa do cidadão brasileiro. Mas com certeza vamos ter escassez de alimentos com a redução da área plantada se não forem tomadas medidas necessárias e urgentes para que se tenha uma solução definitiva para o homem do campo. Não é possível que ele produza e depois fique devendo ao banco, pois não consegue quitar as suas dívidas.

E ainda há mais, deputado Vieirão, essas empresas que financiaram os agricultores estão cobrando as dívidas na Justiça. Os oficiais de justiça chegaram a ir até o campo à procura dos agricultores. Um agricultor chegou a se esconder como um bandido para desviar certas cargas da sua produção, para poder comprar óleo diesel, para poder colher e entregar a produção, a fim de pagar as suas dívidas.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Gelson Sorgato, v.exa. é da área da agricultura, é um entendido no setor, mas uma coisa com que eu sempre me preocupei, que acho que v.exa. poderia ajudar-nos, diz respeito à diferença que há entre a cultura do fumo e as demais culturas da nossa agricultura.

A meu ver, a cultura do fumo recebe um tratamento totalmente diferenciado das demais culturas, porque as empresas que precisam do fumo para exportação ou para consumo interno financiam, muitas vezes, o próprio agricultor e exigem fidelidade, mas essa fidelidade tem uma vantagem também para o produtor. Acho que poderíamos dedicar um pouco de tempo para examinar essas peculiaridades entre a cultura de fumo e a cultura....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Deputado Gelson Sorgato, v.exa. dispõe de mais 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Deputado Veirão, eu vou incorporar o seu aparte ao meu discurso. Realmente as empresas fumageiras, além de financiarem o agricultor, o produtor de fumo, têm um seguro para que esse produtor possa realmente produzir com garantia.

Então, temos que analisar em nível de Brasil, em nível de estado, em nível de município, para termos um seguro agrícola e garantir a produção do nosso agricultor, a fim de termos realmente uma agricultura forte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Afrânio Boppré, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente e srs. deputados, eu quero voltar ao tema da greve do Magistério e vou ler a nota que foi estampada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação, que diz que a greve foi composta por vários passos. No começo, o governo dizia que não tinha dinheiro. Foi quando, então, os professores, com a sua persistência, determinados, resolveram parar numa assembleia em Curitiba, no dia 30 de março. Em seguida, veio a primeira audiência com o governador, o qual aceitou a primeira reivindicação dos professores, que era a incorporação dos abonos, mas dizia que só ocorreria em 2007, só no ano que vem. Depois, os trabalhadores da Educação fizeram um grande movimento em Florianópolis, que culminou com o fechamento parcial das pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos. Logo em seguida, houve uma audiência com o governador, quando ele já aceitava a proposta de um aumento de R\$ 1,50 no vale-alimentação, mas que iria incorporar a metade do abono em até sete vezes. Os professores, então, se sentiram mais uma vez ofendidos pela contraproposta do governo. E tudo isso dizendo que não havia recursos no Tesouro.

Mas eu estava aqui falando com o deputado Veirão, que trouxe os valores das diárias. Então, se fizermos, deputado Gelson Sorgato, nos quatro anos, uma projeção como essa que foi feita no primeiro trimestre de 2006 pelo referido deputado, veremos que o governo do estado gastou somente com diárias de assessores o valor de R\$ 240 milhões ou, em dólares, US\$ 120 milhões. E o governo vai para a categoria do Magistério propor um aumento de R\$ 1,50. Não paga nem uma coxinha para o nosso professor, aquela coxinha que se compra no barzinho.

Então, o Magistério se sentiu agredido e disse "não" ao governador! O Magistério disse que não aceitava a proposta e que iria à luta!

Eis que, no dia de ontem, ocorreu mais uma rodada de negociação e o governo disse que estava escondendo o jogo, que não era bem assim, que dava para melhorar um pouco a proposta e que aceitava a incorporação da metade do abono, R\$ 100,00, em três vezes. E o Magistério novamente disse "não".

Isso está acontecendo semana após semana. O governo vem aumentando um pouquinho a proposta, o que é um desrespeito com o Magistério, deputado Duduco, o que é também um desrespeito com as nossas crianças. O governo está brincando de negociação quando a coisa é séria! O governo tem que fazer a proposta, acelerar as negociações, deputado Gelson Sorgato! Não pode ser assim!

Então, é preciso fazer na prática a opção de priorizar a educação. É por isso que eu faço aqui esta manifestação fazendo um apelo à secretária da Educação, aos secretários da Administração, da Fazenda, da Articulação do governo do estado e, sobretudo, ao governador Pinho Moreira, como também àquele que paira, que ronda, que é o governador licenciado, deputado Gilmar Knaesel, porque para falar no microfone da Assembleia ele está vivo, está ativo, mas para discutir o problema da greve, ele se finge de morto e diz: "Não é comigo, é com o Pinho Moreira".

Espera aí! Os nossos professores estão precisando de uma resposta séria! Não pode ser essa enrolação, essa brincadeira! Mas assim como os professores foram à luta, eu vejo em nosso estado uma movimentação importante de vários setores.

Quem dos deputados aqui presentes tem memória política e lembra, num passado recente, nos últimos dez, 15, 20 anos, de uma greve com a expressão que ocorreu como a greve dos médicos? Porque, deputado Pedro Baldissera, os médicos estão greve; os professores estão em greve; os trabalhadores do transporte coletivo da capital, motoristas e cobradores, estão em greve; os agricultores de Içara estão aqui mobilizados, ontem fizeram um grande tratorado em Içara e hoje lotaram as galerias da Assembleia dizendo: "Mina não", contra a lavra do carvão!" Os rizicultores do sul do estado fecharam a BR-101, estão comandando o fluxo dos caminhões naquela rodovia. Nós vimos, dias atrás, professores e estudantes da Udesc mobilizando-se.

Então, há uma retomada das lutas, porque, infelizmente, a coisa é cíclica. Primeiro, os candidatos à Presidência da República, ao governo fazem as suas promessas e alimentam a esperança do povo. Depois que assume o governador, o presidente da República, vem a expectativa. Primeiro, vem a esperança, depois, a expectativa. Depois da expectativa, na terceira fase do ciclo, vem a frustração. Depois da frustração, vem a dor, a dor de ter confiado, de ter viabilizado o projeto político, de receber o não, o troco. Depois da dor, cai a ficha e vem a reação.

O povo reage, e nessa reação vem a luta, e a esperança é reacendida. E nesse momento, olhando para o nosso estado, olhando para Santa Catarina, vejo agricultores, estudantes, médicos, professores, operários, motoristas, cobradores, voltando a se mobilizar, dizendo: não podemos esperar por políticos, temos que buscar os nossos direitos e as nossas conquistas. Chega de enganação!

É isso que Santa Catarina está dizendo. Está despertando vagarosamente para essa situação.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Pois não!

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Eu quero concordar com v.exa., deputado Afrânio Boppré, quando fala dessa desesperança que tomou conta de Santa Catarina e do Brasil. Ontem estive na cidade de Blumenau, anteontem lá no planalto norte catarinense, onde dividimos um grave problema na agricultura e no setor madeireiro. Mas quero dizer, deputado Afrânio Boppré, que eu creditaria quase a totalidade do problema à falta de uma política de crescimento nacional. Nós estamos estagnados, nós estamos parados.

Quando um país como o nosso está parado, todos sofrem, todos os setores, desde os médicos, os advogados, os professores, os agricultores, enfim, tudo fica paralisado. Os governos ficam paralisados, os municípios não são culpados, mas estão paralisados. Nós precisamos lutar pelo crescimento do país, é preciso mudar a política econômica nacional.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Muito obrigado, deputado.

Eu agradeço a oportunidade, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Machado - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Machado.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. presidente, eu só gostaria de fazer um registro. Estamos recebendo aqui a professora Rose, da Universidade Federal de Santa Catarina, que coordena o projeto Larus, um projeto direcionado ao meio ambiente, e também o Fernando, nosso mestre-de-cerimônias, que faz um grande serviço pela cidade de Florianópolis.

Obrigado pela presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Nós nos juntamos, sr. deputado, ao seu gesto de manifestações de cumprimentos aos líderes.

O próximo orador inscrito é o deputado José Carlos Vieira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, prezado público que nos assiste através da TVAL, quero reportar-me inicialmente às palavras do orador que me antecedeu, deputado Afrânio Boppré, e quero mais uma vez concordar com a necessidade de fazermos uma reflexão profunda neste momento de crise que estamos vivendo, de desesperança, no momento em que várias classes produtoras, de prestação de serviço estão-se debatendo com o grave problema da estagnação, com o país parado.

Nós estamos paralisados, não estamos crescendo mais, não estamos em condições mais de produzir, graças a uma política econômica equivocada que se implantou em nosso país. Mas também é um momento para que possamos refletir sobre os erros e que nós possamos infundir coragem, porque o nosso povo é corajoso, para que nós possamos levantar, corrigir esses erros e fazer com que o país volte a crescer. E um dos requisitos para que possamos voltar a crescer, sem dúvida nenhuma, é, em primeiro lugar, cumprir os compromissos. E os governos estão deixando de cumprir os compromissos, principalmente o governo federal.

Eu falo em nome do setor madeireiro, moveleiro, que responde por 40% das exportações nacionais em Santa Catarina, que são os produtores do planalto norte. Nós estamos com paralisações e demissões que já passam dos dez mil funcionários, porque o governo federal não repassa a sua dívida dos créditos tributários referentes ao ICMS e à Lei Kandir.

Falou-se muito aqui em soluções miraculosas. Não estamos falando em subir o dólar, isso seria um absurdo. A política está equivocada, sim, mas há uma dívida de R\$ 101 milhões com os nossos produtores, que o governo federal não paga. Não é preciso lei, nenhum tipo de revisão, pois a lei é clara e o débito existe. Basta que o governo federal libere os recursos para o setor, que aí, sim, voltará a admitir e a crescer. Essa é uma dívida que tem que ser paga, honrada. Não se pode dar o calote, como está fazendo o governo federal com os nossos produtores.

É claro que quando um setor importante como o moveleiro pára, também param cidades como São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Campo Alegre. E o que acontece com essas cidades que estão parando por causa das demissões? Acontece o desespero, o desânimo e o desaquecimento de todos os outros setores, para não falar da agricultura combalida, como já falamos aqui.

Nós precisamos, evidentemente, mesmo num momento como este, confiar naqueles que temos ao lado. E a Assembléia Legislativa recebeu aqui os representantes de todos os setores, numa grande audiência pública. Nós nos colocamos à disposição, e é preciso que o setor entenda que precisamos juntar-nos ao governador do estado, para irmos a Brasília fazer coro ao ministro e ao presidente da República, porque todo o país está em crise e neste momento é difícil fazer-se ouvir em Brasília.

Sr. presidente e srs. deputados, não podemos sair apenas em pequenos grupos. É preciso formar uma grande força - e os deputados de todos os partidos estão dispostos a isso - com o governador, para que possamos fazer voz em Brasília, onde há outros setores, inclusive com maior força política e maior *lobby* junto ao governo federal. Nós queremos lembrar que existem setores extremamente organizados que comandam a vida nacional. Infelizmente, alguns prejudicando o povo brasileiro como um todo, como é o caso do setor dos banqueiros, que mantêm um *lobby* dentro do Banco Central há muitos anos e há muitos governos. E continua a política de juros escorchantes, causando tudo isso que estamos vendo no país.

É preciso, srs. deputados, fazer com que setores importantes como esses não sejam abandonados. E nós queremos estar junto com os madeireiros e com os moveleiros, para rumarmos a Brasília e buscar os R\$ 101 milhões que são devidos ao estado de Santa Catarina. Esse dinheiro representaria um giro extraordinário na economia, com a readmissão de pessoas e a volta do alento às famílias que estão no desespero. É preciso que o planalto norte saiba que a Assembléia Legislativa decidiu e está disposta a acompanhar esse movimento em favor desse setor tão importante do nosso estado.

Srs. deputados, não venho falar apenas sobre esse assunto. Venho aqui para também dizer que há uma esperança para o planejamento urbano em Santa Catarina. Muitos municípios são obrigados a fazer os seus planos diretores, conforme manda o

Estatuto da Cidade, até o fim do ano. E os prefeitos que não realizarem o plano diretor até novembro estão passíveis de incorrerem em crime de improbidade administrativa e, portanto, sujeitos também à cassação. Mas nós trazemos o alento aos prefeitos, não só a possibilidade de realizarem seus planos diretores, de cumprirem a lei, como também de terem recursos técnico-financeiros a fundo perdido, porque a lei assim o prevê.

O art. 41, inciso V, da Lei n. 10.257, que é o Estatuto da Cidade, prevê que os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas quando houver um grande empreendimento no município ou vizinho a ele.

Portanto, todos os municípios ao longo da BR-101, obra de significativo impacto ambiental, que tiveram nos seus limites o cruzamento do grande gasoduto que atravessou Santa Catarina têm direito à compensação ambiental e ao ressarcimento do plano diretor.

Todos os municípios que estão em região de hidrelétrica, dessas pequenas centrais hidrelétricas que estão fazendo sucesso em Santa Catarina - simplesmente muitas delas estão em construção, e os lagos afetaram a região, e a obra tem significativo impacto ambiental -, têm direito de receber recursos técnicos e financeiros da compensação ambiental desses empreendimentos, para realizar o seu plano diretor, conforme diz a lei.

O que é necessário agora é que os municípios façam o requerimento devido ao Ibama e à Fatma. Nós estivemos em contato com a Fatma, e este órgão se dispõe a fazer uma reunião com os técnicos, que se efetivará na próxima semana, para que se possa emitir um documento e os prefeitos terem a noção de como encaminhar o pedido de ressarcimento para a elaboração de seus planos diretores.

Sr. presidente, nós temos no Ibama recursos de grande monta concentrados por conta das compensações ambientais. São mais de R\$ 40 milhões que estão depositados nos cofres do Ibama, apenas de obras de Santa Catarina, de compensação ambiental. E nós queremos desde já solicitar, através de moção, ao Ministério Público Federal de Santa Catarina, para que faça chegar ao Ibama a solicitação de que se cumpra a lei, posto que muitos desses empreendimentos foram licenciados sem pagar o que prevê o art.41, inciso V, que é o recurso técnico e financeiro para a elaboração dos planos diretores.

Portanto, o Ibama deve, dessas compensações ambientais, aos municípios, e o planejamento é necessário e urgente em Santa Catarina.

Quero dizer que Santa Catarina poderá dar um grande salto de qualidade, diminuir os problemas, se tivermos planejamento. E no planejamento, neste momento, a primeira instância, o primeiro passo, é o plano diretor. Os recursos estão aí, desde que o Ibama cumpra com a sua parte e pague o que está previsto na lei, no Estatuto da Cidade.

Muito obrigado, sr. presidente.  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dionei Walter da Silva, a quem concedo a palavra pelo tempo de até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, vou utilizar, sr. presidente, algumas imagens.

(Procede-se à projeção de fotos.)

Na verdade, quero fazer referência inicialmente, deputado Veirão, a um bairro no município de Guaramirim, o loteamento Brumüller e o morro Mariquinha. Nesse morro estão morando 20 famílias em condições, digamos assim, quase desumanas no que se refere à infra-estrutura mínima de moradia, sr. presidente.

Mas quero chamar a atenção, sr. presidente (e acho que dá para ver claramente na imagem), para uma caixa d'água, mais precisamente para a cor da água que vem do morro, através de uma mangueira.

Alguns anos atrás havia naquele morro um riacho de onde era captada a água. Hoje esse riacho praticamente secou, e as famílias fazem uns buracos. Nas imagens dá para ver a mão barrenta da senhora, e esse barro vem desses buracos através dos quais as pessoas canalizam a água e trazem para as suas residências.

A próxima imagem mostra as condições de moradia. Vemos também a caixa d'água. Mais adiante, srs. deputados e sras. deputadas, vemos o buraco de onde é captada a água, deputado Pedro Baldissera, que é barrenta, sem nenhum tratamento. Esses buracos são feitos pelas próprias famílias.

Na imagem seguinte vemos um animal, uma vaca tomando água no mesmo local que abastece as famílias. Adiante há outro buraco que as famílias estão fazendo para a captação de água. Não existem condições das famílias fazerem poços em função de haver no local uma laje de pedra, mas acredito que deve haver uma maneira de resolver isso, com certeza, e vamos solicitar à Casan que atue imediatamente naquele local, construindo um poço artesiano.

Naquela imagem temos, deputado Pedro Baldissera, um animal, uma vaca dentro do local em que as famílias captam a água para todo o serviço da casa, desde a higiene pessoal, alimentação, etc.

Então, isso ainda é o Brasil, Santa Catarina, a nossa região e o século XXI. Quer dizer, famílias numa cidade desenvolvida como é Guaramirim, na nossa região, mas que até hoje não têm um sistema de tratamento de água.

Assim, vamos cobrar do prefeito, vamos cobrar da Casan uma solução imediata, para que aquelas famílias consigam um tratamento de água decente e tenham condições de fazer a sua higiene pessoal, a sua alimentação com água saudável. E a Casan agora vem com a desculpa de que o prefeito está demorando a renovar o contrato.

A outra questão que estamos trazendo neste dia, sr. presidente, diz respeito a duas escolas de São Francisco do Sul. Foi a comunidade daquele município que nos chamou para acompanhar e para denunciar a situação dessas suas duas escolas estaduais. Temos a Escola Estadual de Ensino Básico Victor Konder, com problemas no setor elétrico (conforme se constatará nas fotos), necessitando de reforma nos banheiros, reforma no telhado, de quadra de esportes coberta, falta acervo mobiliário na biblioteca. No setor de informática tem apenas quatro computadores e, ainda, doados por uma empresa, para fazer todo o trabalho com os alunos. Além disso, a cobertura do pátio está com sérios problemas de estrutura e pintura, inclusive, da parte externa.

Também o Grupo Escolar Felipe Schmidt, como vemos nas fotos, precisa de pintura. É um prédio antigo, tem um galpão meio apodrecido fazendo parte do colégio, o refeitório em péssimas condições, com a pintura horrível e mesas impróprias. Vemos muitas rachaduras e até há um crucifixo talvez tentando segurar a parede. Vejam a situação de uma escola estadual num final de governo. A cozinha também está precisando de condições melhores, até para ter higiene na alimentação. Há rachaduras, o piso está soltando, há infiltrações, rachaduras nas janelas, mofo, situação precária de esgoto e canos, falta de vidros nas janelas.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Eu só gostaria de fazer uma indagação. Essas cenas são de 2002?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Essas cenas, sr. deputado, foram fotografadas na semana passada.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Não! V.Exa. está enganado!

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Nós tiramos essas fotos na semana passada!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Não?!

Mas, então, será que isso é uma herança, deputado Herneus de Nadal, do governo de 2002, e o governo atual não fez nada ainda?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Vemos o banheiro sem pia, o piso todo caído.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - É por essas coisas, deputado Herneus de Nadal, que às vezes digo que a língua não tem osso! Está aí! As cenas estão revelando! Só falta, amanhã ou depois, dizer que isso é herança do governo de 2002.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Acho que as imagens falam por si, da necessidade urgente de uma reforma nessa escola.

O importante é sabermos que estas são cenas atuais, cenas de um último ano de governo e que a sociedade esperava que as soluções já tivessem sido tomadas.

Acho que é importante e volto à tribuna em outra oportunidade, porque há mais questões. Por exemplo, há uma outra escola em Jaraguá do Sul, que também já denunciaram desta tribuna e que até hoje não foram tomadas as providências devidas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, é visível a falta de quórum. Estamos aqui em apenas cinco parlamentares: v.exa., os deputados Gilmar Knaesel, Dionei Walter da Silva, Antônio Carlos Vieira e este deputado. Acho que não temos condições de continuar os trabalhos diante do baixo quórum, que afronta o Regimento Interno. Portanto, solicito o encaminhamento para o encerramento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) -

Não resta outra alternativa senão acatar o requerimento de v.exa. No entanto, como esta Presidência foi citada pelo deputado Antônio Carlos Vieira anteriormente, responde a indagação que entendeu como uma questão de ordem.

Com certeza, o deputado Dionei Walter da Silva teve trabalho para encontrar uma escola neste estado de conservação. E, pelo visto, também gostaria de dizer a v.exa. que quatro anos não deterioraram edificações físicas dessa forma. Há algum tempo seria muito mais fácil encontrar edificações nas condições dessa que acabamos de assistir.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, eu queria manifestar-me na tribuna, mas vou aproveitar rapidamente o espaço concedido por v.exa., pela ordem, e fazer o registro da importante exposição que está acontecendo nesta Casa, promovida pela Associação Catarinense de Imprensa, através do seu presidente, jornalista Moacir Pereira, e de outros tantos jornalistas da associação, que ocupam o nosso *hall* para fazer a 1ª Mostra da História da Imprensa Catarinense.

Trata-se de um trabalho digno de registro, que está recuperando a memória da nossa imprensa catarinense. Esta é a primeira fase e vai ter continuidade, pois é uma exposição itinerante e percorrerá o interior do nosso estado. A Assembléia Legislativa está sendo a sede da primeira mostra.

Vale a pena fazer esse registro. Eu gostaria de fazê-lo da tribuna. Mas como não vou ter oportunidade, desta forma também ficará registrada nos anais da Casa.

Quero convocar e convidar os funcionários e os deputados para visitarem essa mostra porque, acima de tudo, ela resgata a memória da imprensa catarinense e é um trabalho fruto de uma parceria com o governo do estado, através da nossa secretaria, que cedeu um importante servidor público, o museólogo Max Müller, que, na verdade, foi o grande articulador junto ao jornalista Moacir Pereira para esta exposição acontecesse.

Vale a pena este registro, no sentido de valorizarmos esta importante mostra aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Gostaria de, juntamente com o deputado Gilmar Knaesel, cumprimentar e louvar o trabalho do jornalista Moacir Pereira pela exposição aqui montada, mostrando os diários e os jornais publicados em Santa Catarina. Muitos de nós desconhecíamos a sua existência e chegamos à constatação de que eles realmente existem.

Em resposta a v.exa., diria que não precisamos andar com lente de aumento para encontrar cenas como aquelas apresentadas pelo deputado Dionei Walter da Silva.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença honrosa nesta Casa de Ido Mées, diretor-geral da secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul e também de Alcides Fiamoncini, que é o gerente de Articulação de Esporte, Cultura e Turismo da mesma secretaria, fundador do PSDB de Santa Catarina, aliás, um dos primeiros tucanos do Brasil, já que na sua cidade foi instalado o primeiro diretório estadual do PSDB do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sendo visível a falta de quórum, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2006 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Antônio Carlos Vieira - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Narcizo Parisotto - Nilson Machado - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Valmir Comin - Vânio dos Santos.

## SUMÁRIO

Breves Comunicações

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** - Refere-se às péssimas condições da Escola Elza Granzotto Ferraz, em Jaraguá do Sul.

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** (aparte) - Externa sua estranheza pelo fato de em Jaraguá do Sul, apesar de ser sede de secretaria regional, existir escola estadual em precárias condições.

**DEPUTADO VALMI COMIN** - Reporta-se à possibilidade de construção de sítio telefônica no sul do estado, gerando mais de 5 mil empregos.

**DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** - Ataca a produção de carvão no sul do estado e os seus malefícios ao homem e ao meio ambiente.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** (aparte) - Defende a utilização de carvão como fonte energética.

Partidos Políticos

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Discorre sobre o carvão como matriz energética no mundo; procede à leitura de e-mail do ex-governador Esperidião Amin sobre Fermino Rodrigues Martins.

**DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS** - Propugna que a educação é a política social mais importante no combate à exclusão social e à criminalidade; defende as políticas e as obras do governo Lula.

**DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA** - Alerta que Santa Catarina está sujeito a problemas de segurança pública; ataca o governo de FHC que deixou a infraestrutura rodoviária do estado em péssimas condições.

**DEPUTADO NILSON MACHADO** - Comenta a difícil situação das creches comunitárias de Florianópolis; externa sua opinião sobre as coligações para o pleito a governador do estado.

Ordem do Dia

**DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS** (pela ordem) - Informa a realização de debate sobre a conjuntura nacional com o secretário-geral do PT Raul Pont.

**DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ** (pela ordem) - Comunica deliberação da comissão de Constituição e Justiça pela sustação do edital da Casan que pretendia vender as contas-salário dos funcionários para instituição financeira que não o Besc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Antônio Carlos Vieira, encerrei a sessão de ontem com um assunto e tenho o privilégio de começar hoje com o mesmo assunto, portanto é uma continuidade do que eu não pude concluir ontem, sr. presidente.

Falei sobre a questão da falta de tratamento de água na Vila Brumüller, no município de Guarimirim, deputado Afrânio Boppré, e mostrei também as Escolas Felipe Schmidt e Victor Konder, no município de São Francisco do Sul, com problemas sérios no sistema elétrico, nos banheiros, no telhado, nas quadras, no material esportivo, na biblioteca, apresentando goteiras e cupim. Esse não é um assunto prazeroso para trazer a esta tribuna, mas passados três anos e meio do governo, eu acredito que deveriam ter dado uma solução ou pelo menos o encaminhamento da solução para esses problemas.

Quero trazer pela segunda ou terceira vez à tribuna, deputado Gelson Sorgato, a situação da Escola Elza Granzotto Ferraz, que fica no bairro Santa Luzia, em Jaraguá do Sul. Tenho aqui o jornal da nossa região, *Correio do Povo*, de 7 de maio de 2006, que diz: "Moradores reivindicam melhorias na Escola Elza Granzotto Ferraz". Aqui está, deputado Pedro Baldissera, a foto e a matéria de página inteira com a situação dessa escola. Quero mostrar as fotos que tiramos na semana passada, não foi em 2002, deputado Antônio Carlos Vieira. A deterioração vem de longos anos, é lógico, mas a foto foi tirada na semana passada.

(Procede-se à projeção de fotos.)

Nesta foto vemos uma coluna com todo o forro aparente na escola; esta e a fachada e a vista da quadra; há, inclusive, uma mesa escorada na parede para não cair, mesa esta em que as crianças se alimentam; a situação do telhado está péssima, já com telhas sobrepostas lá em cima para tentar evitar as goteiras na escola; aqui onde aparece a quadra há uma sombra que seria a arquibancada para as crianças sentarem e vemos uma árvore com suas raízes rebentando todo o local. É uma escola antiga, a quadra tem apenas piso, não está coberta.

Nesta foto temos a biblioteca, que deveria ser o coração desta escola, com um ambiente para os alunos sentarem e fazerem os trabalhos. No entanto, os livros estão todos empilhados, por falta de espaço.

Nesta imagem aparece um rancho onde os cupins estão fazendo a festa e que está situado no pátio da escola. No banheiro, as canaletas estão soltas.

Aqui vemos uma vista da entrada principal da escola; lá em cima aparece o rancho das bicicletas. Aqui aparecem as rachaduras das paredes da escola, e ali há uma vista dos fundos, aonde o matagal vai até debaixo da escola.

Vemos agora uma mesa de pingue-pongue e lá há uma porta faltando um pedaço. Ali aparece a quadra de esportes sem a cesta de basquete porque já quebrou e a trave já está toda torta e enferrujada.

Agora a foto mostra que o forro da escola está com infiltrações de água e com a madeira toda escurecida. Vejam que interessante: para os alunos jogarem pingue-pongue, eles fizeram uma carreira de brita para separar as duas mesas que nem rede tem. Além disso, existem várias calhas despencando.

Por que nós trazemos, deputado Pedro Baldissera, para a tribuna, pela terceira vez, o assunto referente a essa escola? Em 2003 tivemos uma audiência com o falecido secretário da Educação Jacó Anderle e com a APP daquela escola, quando foi prometido que no início de 2004 as obras seriam iniciadas e que não seria feita apenas uma reforma, mas construída uma nova escola naquela comunidade. Passou o ano de 2004, voltamos em 2005, atendeu-nos o Diomário de Queiroz, que era secretário interino, e segundo ele e a Regional estava tudo encaminhado para que as obras iniciassem em 2005. Passou 2005, estamos em 2006 e até hoje há apenas a escola se deteriorando cada vez mais.

Aqui no jornal está a foto do diretor no portão da escola impedindo a entrada da equipe do jornal *Correio do Povo*, deputado Pedro Baldissera. Talvez o diretor, a serviço do governo, estivesse ali para tentar impedir que a sociedade tivesse acesso a essas fotos sobre a situação da Escola Elza Granzotto Ferraz.

Num regime que se diz democrático, uma escola que se diz pública impediu o acesso de um jornalista com uma câmera fotográfica para registrar a situação da escola. Isso, no meu entendimento, é também tentar cercear a liberdade de imprensa e esconder da sociedade catarinense a situação em que se encontra mais essa escola.

Diferentemente do que disse o presidente, não precisei procurar muito porque a comunidade me chamou para apresentar a situação dessas três escolas. E além de encaminharmos ao governo e à secretaria essas fotos, queremos que sejam tomadas providências na Escola de Educação Básica Elza Granzotto Ferraz, em Jaraguá do Sul, na Escola Estadual de Ensino Básico Victor Konder, de São Francisco do Sul, e na Escola Estadual de Educação Básica Felipe Schmidt, da cidade de São Francisco do Sul. São três escolas que estão em situação precária e precisando urgentemente de melhorias.

Não é por falta de recursos, deputado Pedro Baldissera, e sim de priorizar aquilo que é necessário ser feito em investimento, porque há escolas sendo maquiadas por este estado afora, enquanto escolas tipo as que eu apresentei, que precisam de reforma, vão sendo relegadas para segundo e terceiro planos.

Uma outra questão que quero abordar refere-se aos ginásios. Dizem que estão fazendo alguns ginásios, deputado Vieirão, mas há alguns que de ginásio não têm nada. São umas gaiolas, não têm banheiro, não têm vestiário, nada! São apenas quatro paredes com umas pinturas no chão que algumas cidades estão fazendo.

Mas em outra oportunidade vamos trazer este assunto para discutirmos a respeito.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Nobre deputado, não vai faltar oportunidade para que os deputados da Situação digam que v.exa. está com inveja, que isso não é gaiola, e sim um local de recreio dos estudantes.

Agora, essa escola tem estudantes? Eu não vi nas fotos os estudantes.

Outra coisa: Jaraguá do Sul é sede de uma secretaria de Desenvolvimento Regional. Não é obra da descentralização a melhoria e a recuperação das escolas? O que me deixa preocupado, deputado Dionei Walter da Silva, é que do discurso à prática há uma distância muito grande. Pelo discurso, está tudo as mil maravilhas, todas as escolas estão bem organizadas e bem equipadas. Os nossos olhos não enxergam tão bem quanto os ouvidos do deputado Manoel Mota, quando escuta os roncões dos tratores.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Só para informação, deputado, a Escola Estadual de Educação Básica Felipe Schmidt possui 520 alunos; a Escola Victor Konder, em São Francisco do Sul, 600 alunos; e a de Jaraguá do Sul, cerca de 400 alunos. Uma delas possui, inclusive, uma média de 46 alunos por sala de aula.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, volto à tribuna no dia de hoje, nesta manhã, para falar a respeito da nossa grande esperança do sul do estado: a construção da usina termelétrica que haverá de gerar em torno de 440 megawatts/hora de energia, possibilitando o ingresso de mais de 5 mil trabalhadores da nossa região na sua construção.

(Passa a ler)

"Mais de 500 pessoas compareceram ao salão paroquial de Treviso para acompanhar uma audiência pública de mais de quatro horas para a discussão dos estudos e relatórios de impacto ambiental das obras complementares à Usina Termelétrica Sul Catarinense - Usitesc.

Apesar da expectativa de parte do setor carbonífero sul catarinense, dificilmente a Fundação do Meio Ambiente - Fatma - vai emitir a licença ambiental prévia nos próximos dias para que o empreendimento possa participar do leilão de energia programado pelo governo federal para o dia 12 de junho. O leilão permitirá à usina vender a energia que será produzida a partir da sua entrada em operação, o que seria importante para atrair investidores. A licença, no entanto, teria de sair até a próxima semana, o que se torna virtualmente improvável devido ao volume dos questionamentos feitos aos estudos - especialmente por parte do Ministério Público Federal.

O Ministério Público Federal vai encaminhar à Fatma um relatório contendo pontos que ainda precisariam ser esclarecidos, após a apresentação dos estudos complementares. Entre os pontos que devem constar no documento estão questionamentos levantados pela engenheira florestal e analista pericial do MPF, Denise Nicolaides. 'O EIA/Rima apresentado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Ambientais da Unesc não diz se o empreendimento é viável ou não', diz. Segundo ela, o estudo elaborado pelo Ipat serve de base para a concessão ou não da licença e por isso a informação é necessária. A perita também afirma que antes da concessão da licença são necessários esclarecimentos sobre a supressão da Mata Atlântica e a liberação de licenças ambientais para produtos que serão usados ou gerados pela usina, como a água e a amônia.

O procurador do Ministério Público Federal em Criciúma, Darlan Airton Dias, observa que até o momento todas as reclamações feitas à Fatma no que diz respeito a estudos ambientais de empreendimentos de médio e grande porte foram acatadas pelo órgão. 'Vou esperar o relatório dos técnicos do MPF para poder me manifestar', diz. Ele alerta que no caso de a LAP - Licença Ambiental Prévia - ser concedida indevidamente, assim como em outros empreendimentos, o MPF tem o poder de ingressar com ações públicas para impedir a continuidade dos projetos e a suspensão de autorizações.

O diretor de controle ambiental da Fatma, Luiz Antônio Correa, informa que a Fatma contratou consultoria externa para auxiliar na análise dos documentos apresentados pelas empresas responsáveis pelo projeto da Usitesc. Ele garante que a fundação só irá se manifestar - favorável ou contrariamente ao pedido das empresas - assim que estiver certa de todos os detalhes que cercam o empreendimento. Caso contrário, nenhum parecer será emitido. 'Temos uma equipe técnica que vai analisar todos os estudos e posicionar-se a respeito do empreendimento', afirma.

De acordo com o estudo complementar elaborado pelo Ipat, a Usitesc só poderá entrar em funcionamento com a garantia do fornecimento de água. Para isso, segundo o relatório, é necessária a construção da barragem do rio Mãe Luzia para a captação da água. A obra prevê o alagamento de 88 hectares - área que pode ser reduzida - e a desapropriação de pelo menos 20 famílias que residem na área a ser afetada com a barragem. O procurador Darlan Airton Dias diz que uma das preocupações do órgão federal é a grande quantidade de água que a usina vai

precisar para a geração de energia, apesar de ser um sistema de circuito fechado. 'Sabemos que a região sul é escassa de recursos hídricos e a termelétrica vai consumir grande quantidade de água a ser captada pela barragem. Temos que analisar muito bem o estudo apresentado na audiência para averiguar se existem estas preocupações', diz.

Após exposição do estudo complementar ao EIA/Rima, várias pessoas preocupadas com a construção da usina fizeram questionamentos aos responsáveis pelo estudo e ao empreendedor. Um dos questionamentos apresentados à Fatma foi a forma como a amônia será transportada do Porto de Imbituba a Treviso, onde haverá de ser instalada essa usina, e o risco que as pessoas estão tendo com a presença da substância. A emissão de gases que geram o efeito estufa e os danos ambientais que os mesmos podem acarretar à região também foram levantados durante o encontro. O empreendedor assegura que o empreendimento terá o devido cuidado e o adequado manuseio para evitar acidentes."

Esse é um tema que impressiona e é necessária uma discussão ampla, uma discussão do mérito, e que sejam levadas em consideração as questões ambientais e socioeconômicas. Mas precisamos ressaltar aqui que não se remaneja a jazida de carvão. Não se pode instalar uma usina onde se quer. Ela tem de ser instalada onde está situada a jazida. E o subsolo catarinense contém uma considerável quantidade de milhões de toneladas desse carvão.

A reserva nacional, hoje, auferida pelo DNPM - Departamento Nacional de Pesquisas Minerais -, caracterizou nas suas pesquisas 32 bilhões de toneladas, sendo que 90% dessas estão em subsolo gaúcho, 3% em subsolo paranaense e 7% em subsolo catarinense.

Países desenvolvidos como a Alemanha, deputados Afrânio Boppré e João Henrique Blasi, extraem até 72 subprodutos do carvão, gerando agregação de valor, de renda e evitando a poluição. Nós temos essa condição, mas é preciso - e sempre vou falar isso - que o governo federal, numa parceria com o governo do estado, promova uma política séria, específica, voltada à matriz energética, à geração de energia, através do carvão, envolvendo as universidades e os institutos de pesquisa, de ciência e de tecnologia para poder proporcionar a condição de aproveitarmos esse minério importante que está no subsolo catarinense.

Nós, homens públicos, temos o dever e a obrigação de primar pelos valores da nossa sociedade. Temos mais de 200 mil acadêmicos com estudo superior nas universidades do estado de Santa Catarina, nos sistemas privado e público. O que vai ser dessa juventude? Que oportunidade vamos dar a esses jovens?

Por isso temos que ter essa consciência. Precisamos preservar, sim, o meio ambiente. Mas, paralelo a isso, temos que promover os investimentos necessários e ter a infra-estrutura adequada para que possamos gerar empregos e ter agregação de valor, renda e oportunidade de negócios para Santa Catarina e para o Brasil.

Por isso, sr. presidente, eu reputo de uma importância e de uma magnitude muito grande esse investimento para o sul do estado e para toda Santa Catarina, porque é através dele que vamos alavancar a economia e oportunizar mais de cinco mil empregos para a região sul e certamente escoar a energia, quem sabe, até o sudeste de São Paulo, tendo o setor de transmissão integrada.

Era isto, sr. presidente e srs. deputados, o que eu tinha a dizer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Afrânio Boppré, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente e srs. deputados, meus cumprimentos, meu bom-dia. Eu vou aproveitar o tema importante e relevante que o deputado Valmir Comin trouxe à tribuna para continuar esse debate e apresentar aqui a minha discordância.

Tem razão o deputado Valmir Comin ao dizer que a lavra do carvão tem que ser feita onde está o carvão. Tem razão o deputado Valmir Comin ao dizer que as empresas carboníferas, quando iniciam as atividades, geram emprego e também, decorrente disso, salários para os trabalhadores.

No entanto, o deputado Valmir Comin esquece de registrar a história negativa da lavra do carvão, no sul do estado. deputado Valmir Comin, v.exa. mora na região, conhece Treviso, Siderópolis, Urussanga, Criciúma e sabe que as empresas exploram, tiram tudo. E quando tudo acaba, elas demitem os trabalhadores e fica lá a poluição nos nossos mananciais.

Eu até acredito que é difícil alguém olhar para aqueles rios agredidos e entender o discurso do deputado Valmir Comin, que diz que é preciso defender o meio ambiente, mas não defendem! Agridem, atacam o meio ambiente! Por quê? Porque a lógica é única e exclusivamente o lucro. É a lucratividade das empresas! E depois o deputado Valmir Comin fala como se o carvão fosse a única atividade econômica. E a agricultura, os agricultores e os colonos, que já não conseguem mais água para as suas plantações, não conseguem mais terras para o cultivo e suas lavouras?! E as famílias, os empregos e a renda da agricultura?

Então, fazem uma defesa cega, olham somente para uma atividade econômica e não conseguem ter uma visão ampla do processo. Por isso, deputado Valmir Comin, existe o conflito e o conflito não é gratuito.

Nessas audiências públicas - v.exa. sabe porque tem participado delas - fica patente uma coisa. As empresas que são contratadas para fazer os relatórios de impacto ambiental, a primeira pergunta que elas fazem é a seguinte: como é que querem que se faça o relatório? Dependendo de quem paga, a pergunta é a seguinte: querem que se aprove ou querem que se rejeite? E o relatório é feito, infelizmente!

As audiências públicas, neste caso, têm um grande defeito, porque a empresa paga o relatório, chama-se a população, que até vai pensando que participando poderá também decidir; é feita lá uma *overdose* de um palavreado tecnicista, o povo, muitas vezes, fica assustado, os relatórios são feitos com equipamentos, com telões, com tudo, e a população, na realidade, não pode decidir. É uma audiência pública na qual a população não pode decidir nada. Até há interesse da população em participar, em ouvir, em falar, mas a decisão já está tomada, porque é determinada pela lógica do interesse do capital. Não é pela lógica do interesse do meio ambiente, do pequeno agricultor, do colono. Não é essa lógica! E v.exa., que tem conhecimento de causa, sabe o que significa a lavra de carvão no sul do estado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Eu concedo a palavra a v.exa. para que possa reportar-se em função, inclusive, da minha opinião crítica com relação ao que vem acontecendo no sul do estado com a lavra do carvão. Mesmo que v.exa. diga que a tecnologia mudou, ela mudou para aumentar a produtividade do capital.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Muito obrigado, deputado Afrânio Boppré. Mas v.exa. esqueceu de falar que a metodologia aplicada, hoje, na mineração não tem nada a ver com o que era feito há dez, 15, 20 anos. É uma metodologia nova, científica, uma metodologia segura, com uma técnica competente, tendo a fiscalização dos órgãos ambientais. A tecnologia usada, hoje, pela Gerasul, que gera a energia que nos ilumina agora, vem do carvão, que consome tão-somente 30% dos 100% extraídos, sendo que 70% são jogados ao relento, em depósitos que contaminam os mananciais hídricos!

Esse empreendimento, ao contrário, vai consumir 100% do carvão *in natura* e mais 30% do rejeito que vem sendo jogado há mais de cinco, seis décadas no meio ambiente e que está contaminando os rios. Por isso ele, além do cunho social e econômico, tem o cunho ambiental de ajudar a despoluir, além de produzir o sulfato de amônia, que será utilizado na agricultura, coisa que o Brasil, hoje, importa mais de 1,2 milhão de toneladas.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Deputado Valmir Comin, eu gostaria de dizer o seguinte: as empresas que fizeram aquilo na região sul foram criminosas! Se elas tivessem reparado metade dos estragos que fizeram e v.exa. viesse aqui defender dizendo que daqui para frente será 100% limpinho; se elas tivessem reparado os anos de exploração e de agressão ambiental, poderíamos, até, dar um voto de crédito e ver se esse tipo de técnica é ou não suficiente para não poluir. Mas não fizeram isso, deputado, jogaram fora como se joga uma casca de banana. De lá eles querem apenas o lucro e o meio ambiente não importa.

V.Exa., que conhece a região sul, sabe a opinião daquela população sobre o carvão; sabe o que pensam, hoje, os professores, os bancários, os comerciantes, os agricultores, os comerciários, os operários, enfim, todo mundo.

E v.exa. sabe quem vive batendo palma para o carvão? São aqueles que vivem do carvão! Somente essas pessoas. Nós precisamos apontar que o carvão é uma fonte de energia ultrapassada no mundo! É uma fonte de energia ultrapassada! A humanidade já caminhou para outras alternativas e o sul do estado está preso a um padrão energético ultrapassado.

Por isso nós precisamos, na Assembléia Legislativa inclusive, discutir uma regulamentação para que não continue esse tipo de lavra perversa, em nome de um desenvolvimento que não chega, em nome de uma geração de emprego que não mais emprega, em nome de uma distribuição de renda que fere profundamente outros tipos de fonte de renda, como é o caso dos agricultores que precisam da terra para lavar e da água!

Por isso quero deixar clara aqui uma visão crítica, um contraponto, sob pena de se ter aqui uma voz, a única voz do interesse das empresas carboníferas em Santa Catarina e não ter um contraponto que possa fazer o debate.

Então, deixo aqui o meu registro. Não me inscrevi, hoje, para tratar desse assunto, pois gostaria de tratar de outro assunto, mas v.exa. acaba trazendo um assunto que considero importante e de improviso faço aqui o contraponto ao seu entendimento.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do sr. prefeito municipal de Sul Brasil, Delci Valentini, do vereador do município de Pinhalzinho, Ladir Cassol, acompanhado dos empresários Darci Simon, Gilberto Merigo e Rogério Meine, como também a presença dos integrantes do Hemosc.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado João Henrique Blasi, líder do governo nesta Casa, por até treze minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente e srs. deputados, também desejo, de início, me ocupar deste assunto que praticamente até agora monopolizou o debate nesta sessão matutina de quinta-feira.

Refiro-me ao fato que aí está posto e que nos foi trazido ontem à agenda da Assembléia Legislativa por uma comitiva de agricultores do município de Içara, no Sul do nosso estado, que veio para Florianópolis por duas razões. Primeiro, para acompanhar o julgamento pelo Tribunal Pleno de uma ação direta de inconstitucionalidade, aforada pelo Ministério Público, que colheu um resultado positivo, qual seja, a concessão da liminar que impediu a continuidade de um projeto de extração de carvão numa área de preservação ambiental.

Segundo, para trazer o fato ao conhecimento público desta Casa, obrigando-nos, até por dever de ofício, a tomar conhecimento da matéria. E podem, depois de fazer um exercício dialético de defesa e de contraposição ao assunto, afinal, cada qual dos deputados, ter um juízo a respeito da matéria. Mais do que isso, como disse o deputado Antônio Carlos Vieira, ontem, que a Assembléia Legislativa atue nessa questão através, por exemplo, da sua comissão de Meio Ambiente ou, quem sabe, de uma outra comissão especialmente criada para isso, porque se trata de uma questão social, de uma questão ambiental, que reclama, mais do que reclama, que exige a participação do Parlamento no seu debate.

Eu entendo que uma decisão do Tribunal de Justiça concedendo a liminar é um indício claro, é um indício veemente de que há problemas sérios, o que até a um desavisado parece também ocorrer, se se falar apenas e tão-somente de que se trata de mineração em APA - Área de Preservação Ambiental, mais ainda quando nós sabemos que a matriz energética fundada no carvão é, hoje, suficiente.

As termoelétricas, as siderúrgicas não precisam mais de carvão para continuar a desenvolver a sua atividade. E quando a notícia que se coloca, a ameaça que se potencializa é de que a extração de carvão vai em cima de uma área agricultável, de preservação ambiental, aí o sinal vermelho deve acender para que a questão seja examinada em todos os seus contornos.

O Poder Judiciário fez o seu papel: determinou, a vista do cumprimento daqueles requisitos que são fundamentais para a concessão de uma liminar, que são o *fumus boni juris*, ou seja, a fumaça do bom direito, e o *periculum in mora*, ou seja, o perigo da demora de uma decisão final, se antecipou e desde logo sustou, coartou aquela possibilidade.

Quero crer que a Assembléia Legislativa vá também cumprir com o seu papel, democraticamente, como sempre tem feito, com deputados que defendem uma posição e com deputados que advogam outra posição diametralmente oposta. Mas o que não pode é a Assembléia ficar silente; o que não pode é a Assembléia se omitir nessa questão, porque se há uma atividade, uma função, uma atribuição que este Parlamento tem cumprido com excelência é ser a caixa de ressonância dos grandes problemas em debate no estado de Santa Catarina. E também com relação a essa matéria não tenho a mais mínima dúvida de que vamos cumprir esse papel.

Ainda, sr. presidente, gostaria de me ater àquele outro assunto que hoje é o centro das atenções da mídia nacional e, conseqüentemente, de todos os brasileiros. É a questão havida no estado de São Paulo, a meu ver gravíssima, e que ontem mereceu uma abordagem totalmente equivocada do presidente da República.

No momento em que o presidente da República atribui a reduzida escolaridade como sendo um dos motivos da situação emergencial que enfrenta o estado de São Paulo, pelas investidas contra policiais civis e militares, que a muitos vitimaram, com as investidas contra prédios públicos, o presidente simplifica, numa atitude escapista, atribuindo à reduzida escolaridade ou à falta de escolaridade nos anos anteriores à sua atual gestão de governo, situando ali a grande mazela, a grande causa para a situação, hoje, vivenciada em São Paulo.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado João Henrique Blasi, gostaria de parabenizar v.exa. porque toca num assunto muito importante que domina a conjuntura do país.

Quando o presidente Lula afirma que as penitenciárias superlotadas de hoje se devem ao fato de no passado não se ter investido em educação, de certa forma ele fala a verdade, mas esquece de dizer mais uma coisa, por isso v.exa. tem razão em concluir que ele é simplório, escapista. A pergunta é a seguinte: por que os governos anteriores não investiram substancialmente na educação? Por que optaram por uma política econômica cujo interesse maior era ampliar a acumulação do capital, de fazer vultosos repasses de lucros para o exterior, de atender ao sistema financeiro internacional, de seguir as orientações do Fundo Monetário Internacional, de ter uma política de equilíbrio fiscal que atenda o superávit primário crescente.

E eu pergunto: não é isso tudo que o presidente Lula está fazendo hoje? Será que no futuro não virá um outro presidente que vai dizer: se o presidente Lula tivesse mudado o rumo da política econômica, a situação brasileira teria sido diferente? Será que ele não está criando, hoje, uma superlotação no futuro maior das nossas penitenciárias com essa política econômica que está sendo desenvolvida?

Neste sentido, o presidente Lula acusa o passado, mas não altera o futuro. Está condenado a repetir os erros de todos os governantes anteriores.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Afrânio Boppré, certamente um próximo presidente da República ou um ministro de um próximo governo, como o fez, ontem, o ministro Tarso Genro, vai incorrer no mesmo equívoco de partidizar a discussão da segurança pública no Brasil. Aliás, quem assistiu, ontem, à televisão viu o discurso pela manhã do ministro Tarso Genro, atribuindo os problemas em São Paulo à condução do partido que governa o estado e tendo que, à noite, desdizer o que havia dito. Certamente em razão de alguma admoestação que recebeu.

Então, o equívoco de partidizar também é censurável, na medida em que segurança pública é questão de estado e não questão de governo e tem que estar acima das circunstâncias momentâneas de um governo.

Por outro lado, voltando à questão inicial da simplificação feita pelo presidente da República, ao dizer que a reduzida escolaridade gera a violência, gera a criminalidade, e que não há nexos etiológicos na questão escolaridade, há umnexo etiológico indesmentível e atestado pelas estatísticas entre a exclusão social, a violência e a criminalidade: mais exclusão social, mais violência e mais criminalidade. E no discurso crítico do deputado Afrânio Boppré, que tem razão, porque a linha da atual gestão de governo, em muito ou em quase tudo converge para as anteriores. E aí o que se verifica, em não havendo a redução da exclusão social, praticamente vai-se verificar a potencialização da violência.

Aliás, aqui em Florianópolis, é importante destacar, e ontem eu fiz menção *en passant*, há um projeto de inclusão social coordenado pelo padre Vilson Groh, a partir aqui do Maciço do Morro da Cruz, numa parceria com o governo do estado, numa parceria com a prefeitura municipal, numa parceria com várias entidades privadas, que já começa a mostrar resultados positivos, a atestar aquela máxima que mencionei há pouco, que vamos investir na inclusão social e vamos começar a colher resultados positivos, no que concerne na redução da violência e da criminalidade.

São exemplos como esses que têm que ser incentivados, são exemplos como esses que têm que melhorar a parceria sistemática do governo do estado e da prefeitura. Porque a partir daí vão-se colher, não de hoje para amanhã, mas no médio e no longo prazo, resultados extremamente auspiciosos do que deveria ser uma política de segurança pública exitosa, através da qual há estabilização e no momento subsequente há a redução dos índices de criminalidade.

Até porque a violência e a criminalidade têm que ser enfrentadas em dois campos, no campo social, mitigando essa exclusão, mas também no campo de medidas emergenciais específicas à área da segurança pública. E aí o debate que foi retomado em nível nacional, ontem, no Senado da República, através da comissão de Constituição e Justiça, daquilo que é chamado "pacote anticrime", deveria ter vindo à lume há muito tempo e que agora, em função desses episódios lamentáveis que tem ocorrido em São Paulo, foi retomada à medida de urgência no Congresso Nacional, especificamente no Senado da República.

Duas dentre outras medidas que penso devam ser elencadas porque correm contra o tempo. Primeiro, o aumento da pena em determinados crimes, dada a sua hediondez, até para reduzir a sensação de impunidade. Segundo, a redução de benefícios na execução penal, também em se tratando de crimes hediondos.

Mas há uma outra medida para a qual ainda não se avançou, que é a necessidade premente de receitas específicas para a área da segurança pública. Se temos, hoje, avanços no Brasil na educação são porque já de a muitos anos tem-se receita específica para a área educacional. Se nós temos avanços na área da saúde é porque se vinculam receitas para tal fim. É chegada a hora de fazê-lo, especificamente, também para a área da segurança pública. Em longo prazo vamos começar a colher resultados.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - O próximo horário é destinado ao PP. Com a palavra o deputado Valmir Comin a quem concedemos a palavra por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, preciso aqui contestar as colocações do deputado Afrânio Boppré, quando diz que o carvão é um produto energético ultrapassado, quando na verdade temos países desenvolvidos onde a energia consumida é gerada através do carvão. Por exemplo, na Alemanha 62% da sua matriz energética tem origem no carvão; os Estados Unidos da mesma forma; na Polônia, 98% da energia consumida é gerada através do carvão.

Deputado Afrânio Boppré, se os governos federal e estadual direcionassem uma política séria, específica, voltada à política do carvão, que é uma riqueza inconteste que temos no solo catarinense, talvez não estivéssemos à deriva, com o pincel na mão, como estamos com a situação do gás, ou seja, nas mãos de Hugo Chávez, correndo um sério risco de boicote de um produto que era o terceiro item e hoje é o primeiro na planilha de custos das indústrias catarinenses e brasileiras, muitas delas inviabilizadas pela variação cambial.

A geração de gás através do carvão é possível e viável. E gostaria de contestá-lo também porque v.exa., na sua explanação, faz uma séria acusação, quando disse que os estudos contratados - que envolvem universidades públicas - são direcionados, são projetos encomendados e que as audiências públicas de nada valem.

Ora, sr. deputado, ainda acredito na capacidade, na qualificação dos técnicos da Fundação de Meio Ambiente. E o diretor de controle ambiental da Fatma, Luiz Antônio Correa, é muito claro quando informa que a Fatma contratou consultoria externa para auxiliar na análise dos documentos dada a complexidade e a seriedade com que o órgão trata desse assunto, apresentados pelas empresas responsáveis pelo projeto da Usitesc. Ele garante que a Fundação só irá manifestar-se favorável ou contrariamente ao pedido das empresas assim que estiver certa de todos os detalhes que cercam o empreendimento; caso contrário, nenhum parecer será emitido. Temos uma equipe técnica que vai analisar todos os estudos e posicionar-se a respeito do empreendimento, afirma ele.

Gostaria de aproveitar o espaço do meu partido para ler um *e-mail* enviado pelo nosso grande amigo, ex-governador e futuro governador do nosso estado Esperidião Amin.

(Passa a ler)  
"O Último Comandante

'A caixa (corpo) está fraca, mas a luta continua'.

Com essa frase, que funde conformismo e espírito de luta, Fermino Rodrigues Martins enfrentou os últimos anos da sua vida.

Provavelmente, Fermino 'Caroço' foi o último protagonista do Combate do Irani a se despedir desta vida. Faleceu em 14/05 deste ano de 2006. O denominado Combate do Irani, considerado o marco inaugural da Guerra do Contestado, ocorreu em 22/10/1912. Ali, faleceram os dois chefes dos grupos em luta: de um lado, José Maria, do outro, o comandante do Regimento de Segurança do Paraná, Capitão João Gualberto, patrono da Polícia do estado vizinho.

Como ensina Vicente Telles, nos seus singelos e bonitos versos:

'No entrevero, frente a frente, peito aberto, José Maria decepeu João Gualberto. Nessa refrega, o sertanejo foi ao fim, vencendo metralhadora com facão de guamirim!'

As implicações sociais e econômicas do Contestado, com sua complexidade, sempre me fascinaram. Mas, neste momento, devemos refletir sobre o drama humano de milhares de vítimas anônimas do episódio, tão estranhamente subtraído ao nosso conhecimento.

Fermino 'Caroço' nasceu na Linha Lajeado do Meio (Irani) em data controversa, provavelmente, em fins do século XIX. Ele sintetiza os personagens desse controvertido movimento social.

Ao nos deixar, o último combatente do Irani faz evocar a dívida de justiça e oportunidades de a nossa sociedade tem para com ele e tantos outros daquela época e dos dias atuais.

A luta que deve continuar pode ser resumida nos versos finais do Oratório do Contestado, do maestro José Acácio Santana:

'Não conteste o Contestado sem saber sua razão: da riqueza deste Estado justa seja a divisão!'

A paz que Fermino merece depende da perseverança de todos nós diante da necessidade de promover a justiça e resgatar o Contestado.

(a) Esperidião Amin - 15/05/2006"

[sic]

É uma homenagem a esse combatente pela democracia, pela liberdade dos seus ideais e do povo catarinense.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Vânio de Oliveira, por até 15 minutos.

Sr. deputado Vânio dos Santos, desculpe-me, mas foi tanta convivência com o deputado Vânio de Oliveira, um grande deputado, mas com certeza v.exa. merece agora, desta Presidência, a manifestação de desculpas por parte da colocação incorreta da pronúncia de seu nome, sem prejuízo, logicamente, do tempo que lhe foi destinado.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Muito obrigado, presidente. Na verdade já fui chamado de muitos Vânios, mas isso não me causa problema.

Eu quero, sr. presidente, saudar todos os colegas deputados, os funcionários desta Casa, aqueles que nos acompanham através da TV Assembléia e aqueles que nos visitam para esta sessão de hoje.

Sr. presidente, ouvi atentamente aqui várias colocações e penso que esse é um bom debate. A discussão do deputado Dionei Walter da Silva sobre o governo Lula, sobre o contraditório, sobre as diversas avaliações, enfim, no meu entendimento é assim que se vão construindo novas idéias, a partir do confronto e do debate das opiniões contraditórias. Mas existem questões que é preciso explicitar à luz de quais interesses são colocadas.

Quando estive recentemente num debate na Fiesc, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, a convite de seu presidente, sr. Alcântaro Correa, uma pessoa despreparada, na minha opinião, para tocar aquela entidade, em face da interrupção que fez no início de meu pronunciamento, aquele senhor me pareceu, deputado Dionei Walter da Silva, que queria defender, mas não teve coragem, que as Forças Armadas Brasileiras, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, invadissem La Paz. Claro que a Marinha teria certa dificuldade, já que não há ligação, deputado Pedro Baldissera, por mar com a Bolívia, mas quem sabe o Exército e a Aeronáutica tivessem condições de fazê-lo.

Frente ao contraponto dessa idéia autoritária, atrasada e pertencente à Idade Média, a postura do presidente da República de estabelecer um processo de negociação parece-me a mais coerente, sem rompantes, com tranquilidade, entendendo que existiu uma decisão daquele país. E pelo princípio da autodeterminação dos povos, que nós sempre defendemos, parece-nos uma postura equilibrada de negociação operada pela diplomacia brasileira, que mostra ser a mais conveniente. Assim como o nervosismo que tomou conta daquela reunião, quando me referi, e fui interrompido, à infra-estrutura do estado de Santa Catarina. É fácil até comparar.

A infra-estrutura é algo absolutamente essencial para o crescimento, para o desenvolvimento, para a geração de emprego e renda, enfim, para o escoamento da produção. É só observar um diferencial aqui dentro do estado de Santa Catarina entre as cidades de Florianópolis, deputado Dionei Walter da Silva, e lá próximo da sua cidade, na divisa do Paraná.

Temos hoje funcionando a pleno vapor dois portos, o de Itajaí e o de São Francisco do Sul; três aeroportos, inclusive dois com características internacionais, como é o caso dos aeroportos de Florianópolis e de Navegantes; temos a BR-101 duplicada. E isso proporcionou o quê? Isso proporcionou a instalação de empresas, isso proporcionou o desenvolvimento diferenciado de Florianópolis para a região norte do estado, de Florianópolis para a região sul, onde o governo iniciou obras absolutamente essenciais agora para poder compensar esse atraso de duas décadas e pelo sofrimento da população toda que mora de Palhoça até a divisa do Rio Grande do Sul.

Por isso a importância dos investimentos do governo federal na construção do aeroporto regional de Jaguaruna, na duplicação da BR-101 nesse trecho sul, nas obras do porto de Laguna e também de Imbituba, que são portos com características diferentes, que não irão nem competir entre si, porque o porto de Laguna tem características de um porto pesqueiro, com as fábricas de gelo. E tudo isso vimos quando da presença do presidente Lula naquela cidade. Vimos a alegria daquelas pessoas, em torno de cinco mil, que acompanhavam a visita do presidente. Assim como, pelas características técnicas, pela possibilidade de ancorar grandes embarcações, o porto de Imbituba é o porto de

melhor característica de toda a costa catarinense e poderia muito bem ajudar a escoar a produção até da região norte do Rio Grande do Sul, porque da divisa até o porto de Rio Grande é muito mais longe do que a cidade de Imbituba.

Existe a importância do debate sobre o restabelecimento da malha rodoviária brasileira, também ligando a região sul às ferrovias que foram absolutamente detonadas, porque o que tomou conta foi um processo de desenvolvimento baseado no transporte rodoviário - é mais consumo de pneu, de óleo diesel, quando poderíamos combinar todas essas formas de transporte que ajudariam no desenvolvimento.

Deputado Dionei Walter da Silva, quero louvar o presidente da República por essa iniciativa. E o deputado João Henrique Blasi esqueceu de citar aqui, deputado Dionei Walter da Silva, que no Projeto Aroeira, desenvolvido pelo padre Vilson Groh, não há apenas a participação do governo do estado e de algumas entidades, que o principal parceiro é o governo federal. O ministro Luiz Marinho, do Trabalho, esteve aqui, participamos dessa atividade, bem como da formatura, no Centro Sul, da primeira turma de 1.200 jovens que estão, sim, tendo uma oportunidade de não ficarem seduzidos pelo crime organizado, pelo narcotráfico, porque é dada a eles uma possibilidade de ser alguém na vida, através de um processo de aprendizado, de inclusão digital, de profissionalização e de educação. E sabe-se que são pessoas dignas, são jovens que têm sonhos, objetivos, almejam uma profissão, querem contribuir com a sociedade brasileira com o seu talento de ser alguém e ganhar a vida com dignidade.

Quero enfrentar aqui, de forma fraterna e democrática, o debate sobre a questão da segurança pública. Tem razão o presidente da República de dizer - e todos os políticos dizem, só que alguns dizem da boca para fora - que a educação é o princípio de tudo, que a educação é a principal política de inclusão do cidadão.

É muito comum entre nós o provérbio popular, e que repetimos como políticos, se um pai quer deixar uma verdadeira herança para um filho, que não deixe bens materiais, deputado Antônio Carlos Vieira, que deixe educação, que deixe um patrimônio de conhecimento, que faça um esforço para que o seu filho, a sua filha tenha possibilidade de aprendizado. Assim, naturalmente, a partir de um determinado momento da vida ele seguirá sozinho o seu curso.

O que vimos em relação aos episdios de São Paulo e de alguns outros estados é um verdadeiro desacerto das autoridades. O governador de São Paulo - e lá é PFL e PSDB - negou a ajuda do governo federal com relação ao apoio da Polícia Federal. E ao mesmo tempo, paralelamente a isso, foi um aviãozinho negociar com o sr. Marcola. Não sou eu que estou dizendo, é a imprensa. E negociar o quê? A exigência da troca da cor de uniforme, 29 televisores coloridos novos para assistir a Copa do Mundo e uma série de outras condições exigidas ali, que se não fosse a advogada do sr. Marcola declarar que houve a reunião, isso seria negado.

Vamos discutir aqui a questão preventiva, mas também a questão da ofensiva e das leis, das medidas de segurança pública que precisam ser tomadas. Deputado Dionei Walter da Silva, v.exa. também é advogado e pergunto: a Lei de Execuções Penais é de quando? Ela é anterior ao governo Fernando Henrique Cardoso, que previa a construção de penitenciárias federais. Quantas foram construídas, deputado? Nenhuma!

Passaram-se dois mandatos do Fernando Henrique Cardoso e só se gerou exclusão, miséria, falta de habitação, de saneamento, de educação. E foram os "fefes" da vida, por exemplo, o Fundo de Estabilização Fiscal, e várias outras medidas que retiraram, inclusive da destinação de recursos vinculados constitucionalmente para os municípios e os estados - o deputado Antônio Carlos Vieira sabe o que estou falando aqui -, o dinheiro vinculado constitucionalmente de políticas públicas dos municípios e das unidades federadas, para pagar juro da dívida que não contraímos no nosso governo.

- Ah! O governo Lula está pagando o juro da dívida!

- Mas é claro!

Mas quem fez a dívida, fez a dívida financeira, fez a dívida do ponto de vista do endividamento do país e fez uma dívida social quase que impagável! Então, tem razão o presidente Lula em dizer que a política da educação é uma das políticas fundamentais para que esses jovens tenham oportunidades, porque as cadeias não estão cheias de pessoas com colarinho empinado ou daqueles que têm maior possibilidade econômica no país. As cadeias estão cheias de pobres, de negros, de afro-descendentes e de moradores da periferia.

O sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado Vânio dos Santos, além de cumprimentá-lo pelo pronunciamento, quero falar sobre os dois temas, se v.exa. assim o permitir.

Estava ontem à noite aqui na TVAL, num debate onde participaram um promotor, o comandante-geral da Polícia Militar e o delegado geral, não sei se é esse o nome, mas é o delegado chefe da Polícia Civil. E nas falas de ambos, tentaram passar para a sociedade catarinense que aqui não temos problemas de insegurança. Foi dito que se aqui não aconteceu o que aconteceu em São Paulo foi fruto da ação, da organização, da mobilização da Polícia do nosso estado. Sem desmerecer a Polícia, como fiz ontem, acho que é uma Polícia briosa, é considerada uma das melhores do país, mas sabemos que isso não é verdadeiro.

Na cidade de Corupá, só para citar um exemplo, três carros de Curitiba vieram numa tarde e assaltaram dois bancos. Tentaram um terceiro, mas tinha aquela porta automática e não conseguiram. Dois policiais, com um corsa e dois 38, foram enfrentá-los valorosamente, corajosamente. Com uma rajada de metralhadora o corsinha ficou detonado e eles tiveram que se afastar, porque era o que tinham que fazer, em face da capacidade de fogo dos bandidos. Então, se vier para algumas cidades de Santa Catarina uma ação criminosa, eles vão fazer o que quiserem e sabemos disso. Não é para assustar a população e sim para dizer que a realidade não é bem aquela que se pinta e que se prega.

Quero dizer também, deputado Vânio dos Santos, que tentaram jogar toda a culpa no governo federal, que agora é culpado pelo governo de São Paulo não aceitar ajuda e por faltar capacitação ou motivação a policiais que são funcionários do estado! Então, acho que é fácil jogar as mazelas para o governo federal sem olhar, digamos assim, a sua própria responsabilidade.

Gostaria de falar também, deputado Vânio dos Santos, sobre essa questão que v.e.a. coloca do presidente da Fiesc, da infraestrutura do estado que, durante os oito anos do governo anterior, se deteriorou. Eu sou da região norte, por onde passa a BR-280, que estava em condições praticamente intransitáveis em alguns trechos. No governo Lula toda a estrada foi reformada, de São Francisco do Sul até Porto União está uma maravilha andar por ela! Alguns trechos ainda estão em obras, faltando sinalização e acostamento, mas a pista já está totalmente recuperada. Da BR-282, um trecho já foi concluído e outro trecho que o governo anterior deixou enrolado no Tribunal de Contas, foi liberado apenas no final do ano passado. Quanto à BR-470, até o final do ano passado estava com problemas no Tribunal de Contas não podendo sequer fazer uma licitação para projetos de duplicação. Quer dizer, se eles tivessem tido esse ardor todo no governo passado, nós hoje teríamos uma infra-estrutura melhor.

Ontem, nós ouvimos o deputado José Carlos Vieira, do PFL, dizer aqui que quer fazer um pacto com todos os candidatos a deputado federal, deputado Vânio dos Santos, para não aumentar a carga tributária. Eu já falei na tribuna que é muito bom que o PFL reconheça que não dá mais para aumentar a carga tributária. Ótimo! Eles deveriam lembrar que criaram a Cide, a CPMF, que não distribuíram, aumentaram o Pis, a Cofins. Quer dizer, passaram o PIB de 26% para 36%. Ou seja, é lógico que eles não podem mais aumentar. Estamos tentando baixar, redistribuindo a Cide, reduzindo algumas questões, fazendo o pontual.

Desculpe por tomar todo o seu tempo.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Obrigado, deputado Dionei Walter da Silva.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feita a manifestação do sr. deputado Vânio dos Santos, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos 11 minutos são destinados ao PSDB.

Indago dos srs. deputados da bancada do PSDB se desejam fazer uso da palavra.

(Pausa)

Com a desistência do PSDB, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Com a desistência do PFL, o próximo espaço é destinado ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Machado, seu líder, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos assiste através da TVAL, estou acompanhando essa discussão, esse problema grave a respeito das creches em Florianópolis. Foi marcado um prazo de dez dias para a solução do problema, mas continuo fazendo visitas nas creches e a questão ainda não foi resolvida. Então, fica aqui um aviso ao secretário de Desenvolvimento Social do estado, que as creches vão parar novamente porque o prazo que foi dado não foi cumprido. Sendo assim, as creches não têm alternativa senão fechar as suas portas. Quiseram colocar uma balinha na boca das crianças, disfarçadamente, agora estão querendo tirar. Assim não dá!

Esse é um caso muito sério, estipularam um prazo dizendo que iriam realmente botar os convênios em dia, o prazo expirou, não foi feito nada e agora as creches são obrigadas a fechar as portas e, provavelmente, vão fechar em conjunto. Será expressivo o número de creches aqui da região da Grande Florianópolis que fechará as portas, deputado Antônio Carlos Vieira. Isso é muito triste para a nossa capital, que é uma cidade que sempre teve um trabalho, com prefeitos anteriores, voltado para a criança, com governos que sempre se preocuparam em falar que a educação é a meta e a prioridade do nosso estado. Hoje estamos vendo uma situação muito diferente, com creches fechando suas portas.

Hoje a maior preocupação é saber das coligações: PSDB com PFL, PFL com PMDB e por aí vai. Eles deveriam esquecer um pouco disso! E escutem bem o que eu vou falar: por mais que coliguem PSDB com PFL e PFL com PMDB e por aí afora, o povo de Santa Catarina está bem esclarecido e não está nem um pouquinho preocupado com essas coligações, porque eles sabem muito bem como votar e em quem votar. As coligações não vão resolver os problemas de Santa Catarina. Essa coisa de que fulano ou de que só dois partidos vão resolver a situação de quem vai ser eleito, estão meramente enganados! Comecem a pensar que o povo está votando nas pessoas, está votando no trabalho, o povo está preocupado e está de olho em quem trabalha. E a preocupação, hoje, desses partidos é com a coligação: se o PSDB e o PFL apoiarem fulano, se o PMDB e o PSDB apoiarem sicrano a eleição estará garantida. Não estará garantida, não!

Estão-se preocupando só com coligações, mas lembrem-se que o povo está muito bem ligado e orientado. Estão-se preocupando com as coligações?! Olha, haverá surpresas! Quem diria que a ex-deputada Ideli Salvatti hoje seria senadora por Santa Catarina, hein? Naquela época também se preocuparam bastante com coligações! E aquela senhora, em quarto lugar nas pesquisas, hoje é senadora em Brasília.

O mesmo problema está acontecendo agora, ou seja, estão preocupados com quem vai-se ligar com o PSDB ou com o PFL. Eu gostaria de tirar essa preocupação da cabeça dessas pessoas! Preocupem-se com a educação, com a saúde, com a segurança pública deste estado! Nós, deputados, temos que nos preocupar com os nossos serviços, com os nossos projetos, porque o povo está muito esclarecido e está de olho aqui na Assembléia Legislativa, no palácio do governo, nas prefeituras e nas Câmaras Municipais.

Esqueçam as tais coligações, por favor! Trabalhem mais, lembrem-se que nós estamos aí com os professores em greve, estamos aqui em Florianópolis num caos muito grande com os motoristas. Isso, sim, é motivo para preocupação! Com a eleição não se estão preocupando, só com a chamada coligação, que não vai resolver o problema de quem se quer eleger em Santa Catarina para governador do estado. Podem acreditar, esse fato não é o mais importante, essa situação não é a mais preocupante. Preocupem-se com a área da saúde, com a área da educação e com a área da segurança pública. Não vai ser o PSDB indo para o fulano e nem o PFL apoiando sicrano que o governador do estado já vai estar eleito, não! O povo não está preocupado com essa sigla, volto mais uma vez a dizer aqui, o povo está preocupado com quem trabalha e, por favor, esqueçam as coligações.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0103/2006.

Não há emendas à redação final. Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0002/2006.

Não há emendas à redação final. Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com a abstenção do sr. deputado Dionei Walter da Silva.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.ºs: 0143/2006, de autoria do deputado Julio Garcia, e 0144/2006, de autoria das lideranças partidárias desta Casa, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Cesar de Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e aos presidentes das Câmaras Municipais de Lages e Morro da Fumaça, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Paulo Eccel, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Administração, solicitando que remeta para este Poder projeto de lei que transforma cargos do Anexo IX, da Lei n. 1.139/1992, em cargos de bibliotecário escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria das lideranças partidárias, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Fazenda, solicitando ações pela manutenção do Besc no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, antes de encerrar a presente sessão quero aproveitar a oportunidade para informar que no dia de amanhã, às 19h, no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estaremos recebendo o deputado estadual Raul Pont, secretário-geral do Partido dos Trabalhadores em âmbito nacional, para realizar um debate sobre os desafios do momento político, da conjuntura nacional, ou seja, dos principais temas políticos em discussão no Congresso Nacional, enfim, sobre o momento que estamos vivendo no Brasil. É uma promoção do nosso mandato. Aproveito para informar à Casa que estaremos realizando este evento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feito o convite pelo deputado Vâio dos Santos, reiteramos o evento que vai-se realizar junto ao auditório do Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, apenas para informar que nessa semana a comissão de Constituição e Justiça deliberou pelo acolhimento da nossa proposta de sustação do ato com relação ao

edital da Casan, que pretendia vender as contas de salários de seus funcionários para uma outra instituição financeira que não o Besc. Então, a proposta de sustação do ato foi acolhida pela comissão de Constituição e Justiça. Regimentalmente, o governo tem dez dias para se pronunciar, defender-se. E quero saudar e agradecer o apoio de todos os deputados da comissão de Constituição e Justiça, porque essa iniciativa foi acolhida por unanimidade. Antes de v.exa. encerrar a sessão, registro essa boa decisão da Assembléia Legislativa para fortalecer o Besc como instituição pública.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feito o registro, esta Presidência solicita à assessoria que, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, distribua as matérias destinadas à Ordem do Dia da sessão ordinária do dia 23 do corrente mês.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para a próxima terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Esta encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 258, de 25/05/2006

Corrige os índices de vencimento dos servidores de acordo com o art. 32 da Resolução nº 002, de

11 de janeiro de 2006.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com supedâneo no "caput" do artigo 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

**Art. 1º** Para efeito de implantação da retribuição financeira dos vencimentos dos servidores efetivos, ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, prevista no artigo 32, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, os índices de vencimentos nos níveis 21 a 26, 31 a 45 e 51 a 65, do anexo VI, e os índices de vencimentos atribuídos aos servidores beneficiados por intermédio da correlação inserida no Anexo XIII, da sobredita Resolução, passam a vigorar conforme os Anexos I e II deste Ato.

**Parágrafo Único.** A retribuição financeira prevista no "caput" deste artigo, não se aplica aos servidores ocupantes de cargos de provimento em Comissão e de Procuradores Ativos e Inativos.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação do presente Ato, correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2006.

Deputado Julio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário  
Deputado José Paulo Serafim - Secretário

#### ANEXO I - ATO DA MESA Nº 258, de 25/05/2006

##### TABELA DE IMPLANTAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA ÍNDICES DE VENCIMENTOS

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
PL/AGL - PL/TEL - PL/ALE - PL/ASI  
ATIVOS E INATIVOS - MAIO DE 2006

Níveis	Índice
21	2,9064
22	3,0779
23	3,2646
24	3,4677
25	3,6887
26	3,9173
31	4,0310
32	4,1365
33	4,2456
34	4,3584
35	4,4751
36	4,5958
37	4,7206
38	4,8498
39	4,9833
40	5,1214
41	5,2643
42	5,4120
43	5,5649
44	5,7229

45	5,8864
51	6,0555
52	6,2304
53	6,4113
54	6,5984
55	6,7918
56	6,9920
57	7,1990
58	7,4131
59	7,6345
60	7,8635
61	8,1004
62	8,3454
63	8,5988
64	8,8609
65	9,1320

#### ANEXO II - ATO DA MESA Nº 258, de 25/05/2006

##### TABELA DE IMPLANTAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA ÍNDICES DE VENCIMENTOS CORRELAÇÃO ESTABELECIDADA NO ANEXO XIII DA RES. Nº 002/06 ATIVOS E INATIVOS - MAIO DE 2006

Correlação - Anexo XIII - Res. nº 002/06		
Código	Código	Índice
PL/DCA-1	PL/DAS-1	5,9049
PL/DCA-2	PL/DAS-2	7,0048
PL/DCA-3/DASU-1	PL/DAS-3	8,1048
PL/DASU-2	PL/DAS-4	9,2046
PL/DASU-3	PL/DAS-5	10,3046
PL/DASU-4/DCA-4/3-CC	PL/DAS-6	11,4044
PL/DAT-1	PL/DAS-7	12,5045

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 259, de 25/05/2006

Dispõe sobre o funcionamento da Procuradoria da Assembléia Legislativa.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no artigo 63 do Regimento Interno da ALESC e, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006 deste Poder, RESOLVE:

##### CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

**Art. 1º** A Procuradoria da Assembléia Legislativa é órgão técnico-administrativo colegiado integrante da estrutura organizacional do Poder Legislativo, com atribuições de representação judicial e consultorias jurídica, legislativa e financeira.

**Art. 2º** A Procuradoria da Assembléia Legislativa subdivide-se em Jurídica, de Finanças e Legislativa.

**Art. 3º** A representação judicial e extrajudicial do Poder Legislativo do Estado será exercida pelo Presidente da Assembléia Legislativa, por meio da Procuradoria Jurídica.

**Art. 4º** As atividades das Procuradorias Jurídica, de Finanças e Legislativa serão coordenadas pelo Procurador-Geral e organizadas, a Jurídica e a Legislativa, em Colegiados próprios, integrados pelos respectivos Procuradores.

**Art. 5º** Os Colegiados da Procuradoria reunir-se-ão, mediante convocação do Procurador-Geral ou de um terço de seus membros, sempre que necessário.

**Art. 6º** O Secretário dos Colegiados da Procuradoria será um servidor efetivo ocupante de cargo de nível superior, lotado na Procuradoria.

**Art. 7º** As deliberações dos Colegiados da Procuradoria serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, reservado ao Procurador-Geral o voto de desempate.

#### CAPÍTULO II

##### Da Procuradoria Jurídica

**Art. 8º** A Procuradoria Jurídica compete, especialmente:

I - representar a Assembléia Legislativa em juízo ou fora dele, onde esta conste como autora, ré, assistente, oponente ou litisconsorte em ações e feitos que a envolvam;

II - prestar assessoria jurídica ao Presidente, à Mesa, às Comissões e aos Deputados, mediante parecer técnico-jurídico sobre consultas, editais, contratos, convênios, regulamentos e outros;

III - emitir parecer técnico-jurídico sobre processos administrativos de interesse de servidores ativos e inativos da Assembléia Legislativa;

IV - efetuar estudos e pesquisas sobre assuntos jurídicos, emitindo parecer, orientando e propondo medidas sobre sua aplicabilidade no âmbito da Assembléia Legislativa;

V - prestar assessoria jurídica nos processos que lhe forem encaminhados;

VI - examinar e estudar questões jurídicas relativas a direitos e obrigações nos casos em que a Assembléia Legislativa figure como titular ou interessada;

VII - representar judicial e extrajudicialmente os deputados, em quaisquer atos decorrentes da atividade parlamentar, quando expressamente solicitada pela Mesa; e

VIII - por delegação da Mesa, adotar as providências cabíveis para defesa judicial e extrajudicial de deputado, contra ameaça ou prática de ato atentatório ao livre exercício e às prerrogativas constitucionais e regimentais do mandato parlamentar.

#### CAPÍTULO III

##### Da Procuradoria de Finanças

**Art. 9º** A Procuradoria de Finanças compete, especialmente:

I - ordenar as despesas da Assembléia Legislativa;

II - analisar documentos que envolvam assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;

III - supervisionar a administração contábil, orçamentária, financeira, operacional, patrimonial, pessoal e o sistema interno de controle financeiro-contábil;

IV - coordenar a elaboração da proposta de orçamento da Assembléia Legislativa e acompanhar sua execução, sugerindo o remanejamento e suplementação de verbas, quando necessário;

V - prestar assessoria ao Presidente, à Mesa, às comissões e aos deputados em matérias de natureza contábil, financeira e orçamentária;

VI - coordenar a elaboração da proposta das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual da Assembléia Legislativa;

VII - auxiliar os trabalhos de auditoria da Assembléia Legislativa, quando necessário e solicitado;

VIII - subsidiar e colaborar para a execução das atividades do Sistema de Controle Interno;

IX - encaminhar as informações relativas ao orçamento, contabilidade, pessoal e de licitações ao Tribunal de Contas, através da Comissão de Acompanhamento das Contas Públicas, indicando os servidores componentes do sistema;

X - promover a instauração, instrução e conclusão de processos de tomada de contas especiais;

XI - prestar contas e representar a Assembléia Legislativa junto ao Tribunal de Contas do Estado nas matérias legais, sob suas atribuições;

XII - participar da elaboração e assinar o Relatório de Gestão Fiscal previsto na Lei Complementar federal n. 101, de 04 de maio de 2000;

XIII - assistir ao lançamento das despesas e a execução financeira e orçamentária dos gabinetes dos deputados; e

XIV - acompanhar os processos de compras e as licitações da Assembléia Legislativa.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Procuradoria Legislativa

**Art. 10.** A Procuradoria Legislativa compete, especialmente:

I - prestar consultoria técnica ao Presidente da Assembléia Legislativa, à Mesa, aos presidentes de Comissões e aos Deputados, quando solicitada, acerca de questões regimentais atinentes ao processo e procedimentos legislativos, através da elaboração de pareceres e notas técnicas;

II - desenvolver estudos e planos técnicos e estratégicos afins com o processo legislativo;

III - executar outros cometimentos correlatos às atribuições legislativa e fiscalizatória da Assembléia Legislativa, especialmente no tocante à auditoria e a comissões parlamentares de inquérito; e

IV - atuar, por designação do Procurador-Geral, nas comissões parlamentares de inquérito e especiais.

#### CAPÍTULO V

##### Do Procurador-Geral

**Art. 11.** A Procuradoria é chefiada pelo Procurador-Geral da Assembléia Legislativa, designado por ato da Mesa, dentre os membros integrantes do Colegiado Jurídico.

Parágrafo único. Ao Procurador-Geral da Assembléia Legislativa é atribuída a função PL/FC-7, constante do anexo III-A, Grupo de Atividades de Função de Confiança, da Resolução n. 2, de 11 de janeiro de 2006, ressalvada a situação atual.

**Art. 12.** A escolha do Procurador-Geral far-se-á, obedecidos os seguintes critérios:

I - os membros dos Colegiados, em exercício, na terceira quarta-feira do mês de fevereiro do 1º e do 3º ano de cada Legislatura, através do voto secreto indicarão dois nomes, dentre os membros do Colegiado Jurídico, que serão submetidos à consideração da Mesa;

II - a Mesa, a seu critério, escolherá, dentre os nomes que lhe foram apresentados, o do Procurador-Geral.

Parágrafo único. O exercício da função de chefia da Procuradoria terá a duração de dois anos, permitida a recondução por dois períodos consecutivos.

**Art. 13.** Nas férias, faltas, licenças e impedimentos, o Procurador-Geral da Assembléia Legislativa será substituído por outro membro da Procuradoria Jurídica, indicado pelo Procurador-Geral.

**Art. 14.** São atribuições do Procurador-Geral:

I - integrar, presidir e convocar os membros dos Colegiados da Procuradoria;

II - designar membro da Procuradoria para o desempenho de funções administrativas ou processuais afetas ao órgão;

III - participar das sessões do Tribunal de Justiça do Estado, quando da apreciação de Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, em atenção ao disposto no § 4º do art. 85 da Constituição Estadual;

IV - dirigir administrativamente a Procuradoria, seus membros e servidores;

V - deferir compromisso legal aos membros da Procuradoria;

VI - designar membro da Procuradoria para em juízo ou fora dele, atuar em determinado processo, ato ou medida, bem como para executar tarefa administrativa ou extrajudicial de interesse do Poder Legislativo;

VII - autorizar férias ou licenças aos membros e servidores do órgão;

VIII - promover e disciplinar a distribuição de processos aos Procuradores;

IX - organizar lista contendo dois nomes, dentre os membros do Colegiado, escolhida por este, para a designação do Procurador-Geral, encaminhando à consideração da Mesa;

X - indicar representantes da Procuradoria para atuar junto às Comissões ou ao Plenário, quando solicitado;

XI - expedir instruções e atos disciplinadores das atividades dos servidores e dos membros da Procuradoria;

XII - apresentar ao Presidente da Assembléia Legislativa relatório anual das atividades da Procuradoria; e

XIII - assessorar a Mesa durante suas reuniões e nos despachos processuais.

**Art. 15.** Compete ao Procurador Jurídico:

I - officiar perante os órgãos públicos e judiciários nos processos que lhe forem atribuídos;

II - participar das sessões dos Tribunais, quando necessário e por interesse do Poder Legislativo, de acordo com designação do Procurador-Geral;

III - presidir ou integrar, excepcionalmente, comissões de processos administrativo - disciplinares ouvido o Procurador-Geral;

IV - representar a Procuradoria junto aos demais órgãos do Estado, nos casos previstos em lei, quando designado pelo Presidente do Poder Legislativo ou pelo Procurador-Geral;

V - representar a Assembléia Legislativa em juízo ou fora dele, por expressa delegação de poderes, onde essa constar como autora, ré, assistente ou oponente em ações e feitos que a envolvam;

VI - inspecionar os processos em que atuar com vistas ao cumprimento dos prazos nas ações em que a Assembléia Legislativa for parte, fazendo referências oportunas e convenientes ao Procurador-Geral;

VII - prestar consultoria de natureza jurídica à Mesa, às comissões e aos deputados em processos afins com as atribuições constitucionais do Poder;

VIII - emitir pareceres técnico-jurídicos em processos administrativos da Assembléia Legislativa, e analisar minutas de editais, contratos, convênios, regulamentos, e outros; e

IX - efetuar estudos e pesquisas sobre assuntos jurídicos, emitindo parecer, orientando e propondo medidas sobre sua aplicabilidade no âmbito do Poder Legislativo.

**Art. 16.** Compete ao Procurador de Finanças:

I - ordenar, por expressa delegação, as despesas sujeitas ao regime de prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado a fim de atender ao sistema de controle interno e externo da execução financeira e orçamentária das unidades administrativas da Assembléia Legislativa;

II - assessorar a Mesa e as comissões da Assembléia Legislativa; e

III - prestar contas e representar a Assembléia Legislativa junto ao Tribunal de Contas do Estado nas matérias legais relacionadas às suas atribuições.

**Art. 17.** Compete ao Procurador Adjunto de Finanças:

I - assessorar a Mesa e as comissões da Assembléia Legislativa;

II - analisar documentos que envolvam assuntos contábeis, financeiros e orçamentários, emitindo parecer sobre sua adequação à legislação vigente;

III - promover a instauração, instrução e conclusão de processos de tomada de contas especiais; e

IV - substituir o Procurador de Finanças em suas

férias, faltas, licenças e impedimentos.

**Art. 18.** Compete ao Procurador Legislativo:

I - prestar consultoria técnica ao Presidente da Assembléia Legislativa, à Mesa, aos Presidentes de Comissões e aos Deputados, acerca de questões regimentais atinentes ao processo e procedimento legislativos, através da elaboração de pareceres e notas técnicas;

II - desenvolver estudos e planos técnicos e estratégicos afins com o processo legislativo;

III - executar outros cometimentos correlatos às atribuições legislativas e fiscalizatória da Assembléia Legislativa, especialmente no tocante à auditoria e ao inquérito parlamentar; e

IV - atuar, por designação do Procurador-Geral, nas Comissões Parlamentares de inquérito e especiais.

## CAPÍTULO VI

### Disposições Finais

**Art. 19.** Pelo exercício irregular da função pública, o membro da Procuradoria, responde penal, administrativa e civilmente, observado neste último caso o que dispõe a Constituição Federal.

**Art. 20.** O horário de trabalho dos membros e dos servidores da Procuradoria será aquele estabelecido para os demais servidores da Assembléia Legislativa.

**Art. 21.** Os prazos para emissão de pareceres pelos Procuradores designados como relatores dos processos pelo Procurador-Geral, serão no máximo de trinta dias.

**Parágrafo único.** No caso de demanda judicial, observar-se-ão os prazos legais e os estabelecidos pela autoridade judiciária competente.

**Art. 22.** A critério do Procurador-Geral poderão ser divulgadas as atas, pareceres, relatórios e estudos técnico-jurídicos realizados pelos Procuradores.

**Art. 23.** Incumbirá à Assembléia Legislativa, através da Mesa, propiciar os meios e as condições físicas e instrumentais necessárias ao adequado funcionamento da Procuradoria e dos serviços a ela atinentes.

**Art. 24.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 25.** Fica revogada a Resolução nº 972, de 11 de dezembro de 2002.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado José Paulo Serafim - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 653, de 25/05/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CLÁUDIO HENRIQUE ROSSI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/05/06 (Deputado Ronaldo Benedet).

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 654, de 25/05/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:  
LOTAR **FLÁVIA MARIA DE S. G. DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0979, na Escola do Legislativo.

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 655, de 25/05/2006

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:

LOTAR **ALMERINDA LEMOS THOMÉ**, matrícula nº 4968, na Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões.

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:

**PORTARIA Nº 656, de 25/05/2006** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **JUVENAL LINO MACHADO**, matrícula nº 2174, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 10/05/2006.

**PORTARIA Nº 657, de 25/05/2006** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA SELMA DA SILVA FONSECA**, matrícula nº 0313, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 12/05/2006.

**PORTARIA Nº 658, de 25/05/2006** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **GILBERTO LUIZ HELFENSTEIN**, matrícula nº 1930, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 18/05/2006.

Carlos Antonio Blossfeld  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006,

RESOLVE:

**PORTARIA Nº 659, de 25/05/2006** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MÁRCIA REGINA PETRY**, matrícula nº 2143, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 07 (sete) dias, a partir de 19/05/2006.

**PORTARIA Nº 660, de 25/05/2006** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA INÊS CATALANO**, matrícula nº 0687, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 20/05/2006.

**PORTARIA Nº 661, de 25/05/2006** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MAX ANTUNES DA CRUZ**, matrícula nº 0933, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 20/05/2006.

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 662, de 25/05/2006**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 683/06,

RESOLVE: *nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,*

CONCEDER a **RITA DE CÁSSIA COSTA**, matrícula nº 1483, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 03/08/97 a 13/08/03.

Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

PLANO PLURIANUAL 2004-2007  
PROGRAMAÇÃO FÍSICO - FINANCEIRA  
EM R\$ 1,00

PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR
870 -MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA				
6648 -Disponibilização do Trabalho Prisional para a Reintegração Social do Apenado - Joinville	Detento	360,0	OF	250.000

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em favor do Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville, por conta do excesso de arrecadação do orçamento do Estado no corrente exercício, vinculado à receita resultante da 1600 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

1686 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE

Atividade	Disponibilização do Trabalho Prisional para a Reintegração Social do Apenado - Joinville			
Código	1699.064218702.6648			
Produto	Oportunidade de trabalho ao apenado			
3.	DESPESAS CORRENTES			
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
3.3.90.	Aplicações Diretas			
3.3.90.30.00	(0240)	Material de Consumo	R\$	80.000,00
3.3.90.36.00	(0240)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	70.000,00
3.3.90.39.00	(0240)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	30.000,00
4.	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.	INVESTIMENTOS			
4.4.90.	Aplicações Diretas			
4.4.90.52.00	(0240)	Equipamentos e Material Permanente	R\$	20.000,00

Art. 3º Para o exercício financeiro de 2006, fica incluída no Quadro Geral da Receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social constante do Anexo I da Lei n. 13.672, de 1600 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

1686 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE  
EM R\$

**PORTARIA Nº 663, de 25/05/2006**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 705/06,

RESOLVE: *nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,*

CONCEDER a **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 18/04/01 a 17/04/06.  
Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 664, de 25/05/2006**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no âmbito da competência que lhe atribui o Ato da Mesa nº 218, de 08 de março de 2006 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 718/06,

RESOLVE: *nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,*

CONCEDER a **JOHNI LUCAS DA SILVA**, matrícula nº 2096, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/05/01 a 01/05/06.  
Carlos Antonio Bosfeld  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÕES FINAIS**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 083/2006**

Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007, autoriza a abertura de crédito especial e aprova o orçamento do Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007, constante do Anexo Único da Lei n.12.871, de 16 de janeiro de 2004, e suas alterações posteriores, conforme a programação a seguir especificada:

venda de serviços e de revenda de mercadorias produzidas pelos apenados, conforme o que dispõe a Lei n. 5.455, de 29 de junho de 1978, alterada pela Lei n. 11.167, de 5 de setembro de 1999, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA	RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS			
		E	DESDOBRAMENTO	FONTES	CATEGORIA ECONÔMICA
1000000000	RECEITAS CORRENTES				200.000,00
1400000000	RECEITA AGROPECUÁRIA			200.000,00	
1410000000	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	F	30.000,00		
1500000000	RECEITA INDUSTRIAL			100.000,00	
1520000000	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		100.000,00		
1520990000	OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	F	100.000,00		
1600000000	RECEITA DE SERVIÇOS			70.000,00	
1600010000	SERVIÇOS COMERCIAIS		70.000,00		
1600019900	OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	F	70.000,00		
<b>TOTAL</b>					<b>200.000,00</b>

Art. 4º Fica aprovado o orçamento do Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de abril de 2006

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 155/06

Institui o Programa de Revigoração do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas de Santa Catarina - PRÓ-CARGAS/SC.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Revigoração do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas de Santa Catarina - PRÓ-CARGAS/SC, com o escopo de, mediante concessão de tratamento tributário especial no campo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, fomentar o desenvolvimento da atividade no Estado.

Art. 2º Ao prestador de serviço de transporte rodoviário interestadual ou intermunicipal de cargas fica assegurado:

I - o creditamento do ICMS destacado no documento fiscal relativo à aquisição das seguintes mercadorias, para uso em veículo utilizado exclusivamente na prestação de serviço de transporte de cargas, sem prejuízo da utilização de outros créditos garantidos pela legislação do imposto:

- a) combustível;
- b) lubrificantes, aditivo e outros fluidos;
- c) pneus e câmaras de ar;
- d) peças de reposição; ou

II - a utilização, conforme dispuser o regulamento do imposto, em substituição aos créditos efetivos do ICMS, de um crédito presumido de até cinquenta por cento do imposto devido na prestação de serviço de transporte exclusivamente de cargas, iniciada em território catarinense.

§ 1º Na hipótese do inciso I:

I - o creditamento deverá observar, no que couber, o disposto na Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, Capítulo IV, Seções II, III e IV; e

II - deverão ser estornados, proporcionalmente ao respectivo faturamento, os créditos incorridos:

- a) na prestação de serviço de transporte sujeita ao imposto sobre serviços, de competência municipal;
- b) na prestação de serviço de transporte iniciado em outro Estado.

§ 2º O disposto neste artigo não elide o destaque do imposto nos documentos fiscais emitidos por contribuintes enquadrados no regime de tributação instituído pela Lei nº 11.398, de 08 de maio de 2000 (SIMPLES/SC).

Art. 3º O crédito do ICMS, decorrente da entrada de caminhão e demais implementos rodoviários destinados ao ativo permanente de empresa prestadora de serviço de transporte rodoviário interestadual ou intermunicipal de cargas, será apropriado à razão de um doze avos por mês.

§ 1º O disposto no *caput*:

I - somente se aplica na hipótese de o bem:

- a) ter sido adquirido de contribuinte do ICMS estabelecido neste Estado;

b) destinar-se exclusivamente à prestação de serviço de transporte de cargas;

II - sujeita-se às normas constantes do art. 2º, § 1º, desta Lei, e, feitas as devidas adequações, do art. 22 da Lei nº 10.297, de 1996; e

III - alcança inclusive, atendido o que estabelece os incisos I e II, a parcela do crédito ainda não apropriada, relativa ao caminhão e demais implementos rodoviários adquiridos até a data de publicação desta Lei.

§ 2º Na hipótese do § 1º, III, o prestador de serviço poderá optar pela apropriação do crédito na forma prevista na legislação em vigor na data da aquisição do veículo ou implemento.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a diferir, total ou parcialmente, o pagamento do ICMS nas saídas de caminhões e demais implementos rodoviários destinados ao ativo imobilizado de prestador de serviço de transporte rodoviário interestadual ou intermunicipal de cargas estabelecido neste Estado.

§ 1º O disposto no *caput* poderá alcançar a, no máximo, vinte por cento da parcela do imposto devido na operação, em se tratando de mercadoria não produzida no Estado.

§ 2º Caso o bem seja alienado ou transferido para estabelecimento do mesmo titular situado em outra unidade da Federação, ou na hipótese da dissolução da empresa de transporte, o prestador deverá recolher:

I - cem por cento do valor do imposto diferido, se a alienação, a transferência ou a dissolução ocorrer antes de decorrido um ano da data de sua aquisição;

II - setenta e cinco por cento do valor do imposto diferido, se a alienação, a transferência ou a dissolução ocorrer após um ano e até dois anos da data de sua aquisição;

III - cinquenta por cento do valor do imposto diferido, se a alienação, a transferência ou a dissolução ocorrer após dois anos e até três anos da data de sua aquisição; e

IV - vinte e cinco por cento do valor do imposto diferido, se a alienação, a transferência ou a dissolução ocorrer após três anos e até quatro anos da data de sua aquisição.

§ 3º Fica assegurado, observadas as normas pertinentes ao aproveitamento de crédito previstas na legislação do imposto, o aproveitamento integral do crédito referente à entrada da mercadoria.

Art. 5º Nas saídas internas de câmaras frigoríficas para caminhões, promovidas pelo estabelecimento industrial que a produzir, fica concedido, observado o disposto no regulamento do imposto, crédito presumido equivalente a sete por cento do valor das respectivas saídas.

Art. 6º O disposto nesta Lei:

I - em seu art. 2º, I, *b* a *d*, aplica-se somente às aquisições realizadas a partir de sua entrada em vigor;

II - em seu art. 2º, II, não se aplica cumulativamente com qualquer outro benefício existente na legislação tributária relacionado exclusivamente à prestação de serviço de transporte; e

III - atendidas as condições nela estabelecidas, alcança também as prestações submetidas ao regime de substituição tributária, hipótese em que caberá ao substituto tributário utilizar o crédito presumido previsto no art. 2º, II.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente a data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de maio de 2006

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*